

78+25000
241042
NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA

X
A IDEIA DE EDUCAÇÃO

EM

JOSE FELICIANO DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação (Filosofia da Educação) à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Sigris.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

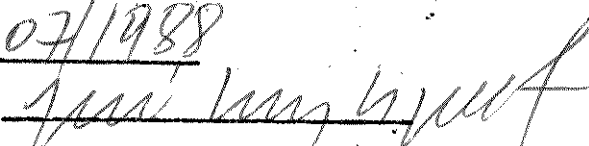
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1988

NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Norma Felicidade Lopes da Silva e aprovada pela Comissão Julgadora em

Data: 04/07/1988

Assinatura: 

A IDÉIA DE EDUCAÇÃO

EM

JOSE FELICIANO DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação (Filosofia da Educação) à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Sigríst.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

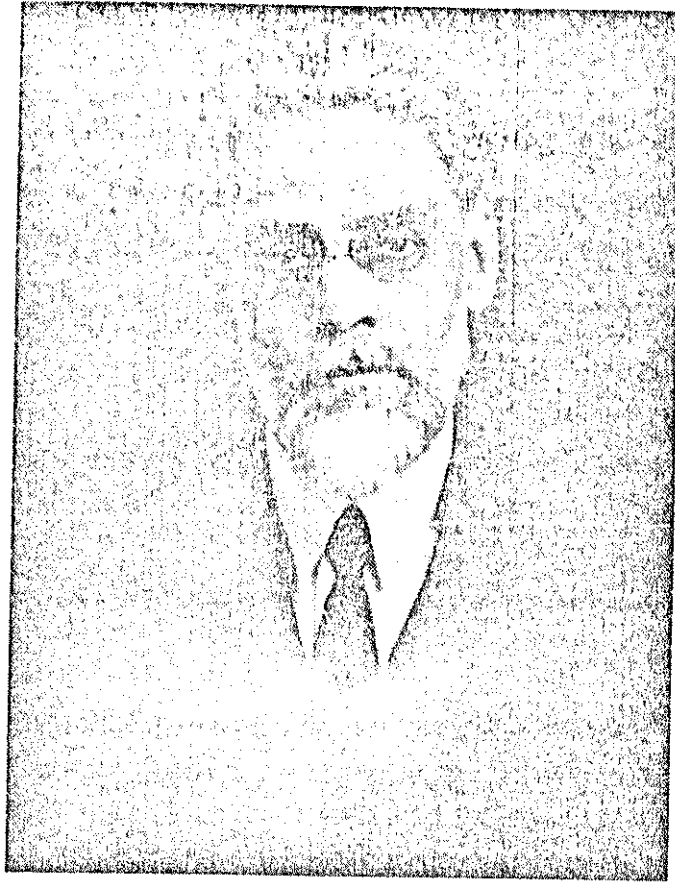
1988

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof.Dr. JOSÉ LUIZ SIGRIST, meu Orientador, pelo estimulante acolhimento no curso de pós-graduação e pelo incentivo e crédito que deu ao meu trabalho.

Igualmente sou devedora ao Prof.Dr.JOÃO RIBEIRO JÚNIOR, pelo interesse com que acompanhou minhas investigações e o auxílio que prestou seja indicando fontes seja cedendo obras raras, indispensáveis à realização desta dissertação.

Finalmente, meu agradecimento especial à UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO, de Bragança Paulista, pelo apoio dado através do seu Programa Institucional de Capacitação Docente - PICD, e pela simpática atitude na execução das cópias do presente trabalho.



Professor José Feliciano de Oliveira

RESUMO

Este trabalho,além de pretender reconstruir o contexto em que viveu JOSÉ FELICIANO DE OLIVEIRA(1868-1962),um dos teóricos do Positivismo na educação brasileira,evidenciando a integração de sua vida e obra,procura,também,captar suas idéias básicas sobre a educação no sentido estabelecido por Augusto Comte,ou seja,educação que se resume no ensino integral,enciclopédico,útil e prático,sem teologismo nem metafísica. Ensino em que se supõe a subordinação do espírito de detalhe ao conjunto,da análise à síntese,do progresso à ordem,do egoísmo ao altruísmo.

Assim,após referir-se à vida e à obra de José Feliciano,tendo por fundo as circunstâncias históricas republicanas e o pensamento positivista em franca ascensão,analisa a ética positivista e a sua influência no conceito de educação deste mestre.

A seguir,preocupa-se com os conteúdos fundamentais do pensamento educacional positivista de José Feliciano,demonstrando as premissas teóricas deste pensamento e as interpretações doutrinárias conteanas,que o inspiraram.Trata da prática pedagógica positivista na visão de José Feliciano e comenta a reforma de ensino por ele proposta,e da necessidade que ele via em estabelecer-se um novo regime:a Ditadura Republicana Positivista.

Enfim,nas conclusões,procura demonstrar até que ponto José Feliciano,como positivista educador,contribuiu para a reforma do ensino no Brasil,mormente na capital paulista,e até onde legou uma orientação pedagógica capaz de alterar este ensino,pelo menos na Escola Normal de São Paulo.

"Toda educação humana deve preparar
cada um a viver para outrem, a fim de
reviver em outrem."

Augusto Comte

"Educar é sobretudo dispor a viver pa
ra outrem, a fim de reviver em outrem
por outrem, um ente muito de seu pro-
penso a viver para si e consigo!"

José Feliciano de Oliveira

Í N D I C E

INTRODUÇÃO

1. Proposição Geral	7
2. Justificativa da Dissertação	8
3. Abordagem Teórico-Metodológica	8
4. Plano da Dissertação	9

CAPÍTULO I - VIDA E OBRA DE JOSÉ FELICIANO DE OLIVEIRA

1. Traços biográficos	10
2. A obra	32

CAPÍTULO II - A ÉTICA POSITIVISTA E A IDÉIA DE EDUCAÇÃO EM JOSÉ FELICIANO

1. A ética positivista	41
2. A Educação na visão de José Feliciano .	43

CAPÍTULO III - O ENSINO POSITIVISTA DE JOSÉ FELICIANO

1. Aspectos gerais do ensino positivista .	52
2. As concepções teóricas e práticas de José Feliciano sobre o ensino	53
3. O ensino integral ou enciclopédico	55
4. Considerações fundamentais sobre a classificação das Ciências para o ensino em enciclopédico, integral	59
5. As fases da educação enciclopédica positivista	66

CAPÍTULO IV - A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL
POSITIVISTA NA VISÃO DE JOSÉ FELICIANO

1. A Educação física e moral	73
2. A Educação estética	76
3. A Educação intelectual	78

CAPÍTULO V - A REFORMA DO ENSINO, SEGUNDO JOSÉ FELICIANO

1. O Novo Regime	85
2. A Reforma do ensino	90

CONCLUSÕES	100
------------------	-----

ANEXOS	104
--------------	-----

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	138
-------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

1. Proposição Geral

A finalidade desta dissertação é a de delimitar e esclarecer a idéia de educação no pensamento do positivista José Feliciano de Oliveira (1868-1962).

Em 1893, deu-se em São Paulo a reforma do ensino com o aparecimento de uma Escola Normal para formação de professores secundários, uma Escola Complementar para professores primários, uma Escola Modelo e um Jardim de Infância. Passado o ímpeto da grande reforma, que revolucionou o ensino paulista, sob a direção de Caetano de Campos e Gabriel Prestes, entrava-se na fase de reforma sistemática e lógica em que José Feliciano de Oliveira, aplicando seus conhecimentos pedagógicos e embasado no Positivismo, dava à educação uma nova orientação.

O objetivo deste trabalho, além de pretender reconstruir o contexto em que viveu um dos teóricos do Positivismo na educação brasileira, hoje esquecido, evidenciando a integração de sua vida e obra, procura, também, captar suas idéias básicas sobre a educação no sentido estabelecido por Augusto Comte, ou seja, educação que se resume no ensino enciclopédico, integral, útil e prático, sem teologismo nem metafísica. Em suma, o que se vai aprender, vai-se usar. Tal supõe a subordinação do espírito de detalhe ao conjunto, da análise à síntese, do progresso à ordem, do egoísmo ao altruísmo.

Evidentemente, não se trata de um juízo sistemático e defi-

nitivo sobre o pensamento positivista de José Feliciano de Oliveira, cuja fecundidade literária é ímpar; apenas tentarei interpretar sua idéia sobre educação no interior dela mesma, e o clima histórico que a envolveu.

2. Justificativa da Dissertação

Ao pretender abordar o pensamento positivista de José Feliciano a respeito da educação, tive em mente, em primeiro lugar, tirar do esquecimento uma figura importante do nosso cenário intelectual, um dos mais antigos e completos professores da famosa Escola Normal de São Paulo, hoje "Caetano de Campos". E depois, examinando suas reflexões dentro do pensamento positivista, poder constatar que o tema "educação" em sendo uma constante em seus escritos, poder-se-ia, aproximando e comparando os textos, encontrar uma teoria da educação em nível positivista, que teria sido aplicada nesta escola, após a grande reforma do ensino paulista.

3. Abordagem Teórico-Metodológica

A cada passo da dissertação se estará problematizando a exposição; assim não pretendo desenvolver, em capítulo especial, considerações de ordem metodológica. Todavia, julguei que algumas observações devem ser enumeradas.

Essa pesquisa se insere num processo onde descrição e interpretação se interrelacionam. Assim, norteou esse trabalho a idéia de que é perscrutando a atividade do sujeito-no-mundo, que podemos voltar às coisas mesmas em seu sentido originário.

Deste modo, ao analisar o pensamento positivista de José Feliciano sobre a educação, não determinei a priori quais deveriam ser os limites ou as fronteiras desse pensamento, porquanto eles devem surgir como parte da configuração total, que é o fenômeno para nós; ou seja, na dialética entre nós e o mundo, na qual nossas percepções e conceitos nascem e ganham sentido.

4. Plano da Dissertação

Este trabalho é composto de cinco capítulos.

O primeiro refere-se à vida e à obra de José Feliciano, tendo por fundo as circunstâncias históricas republicanas e o pensamento positivista em franca ascensão.

Nele tento manter um equilíbrio entre a descrição e a interpretação dos fatos, pretendendo alcançar as conexões existentes entre a vida e a obra de José Feliciano e sua época, através da análise dos elementos indispensáveis à interpretação do seu pensamento sobre a educação brasileira.

Sua biografia interessa-me, assim, mais como matriz do seu pensamento positivista, do que revelação de suas intimidades.

O segundo capítulo analisa a ética positivista, cuja máxima moral - Viver para outrem (a Família, a Pátria e a Humanidade) - regula, segundo Comte, toda a existência individual; e sua influência no conceito de educação de José Feliciano.

O terceiro capítulo preocupa-se com os conteúdos fundamentais do pensamento educacional positivista de José Feliciano, demonstrando as premissas teóricas deste pensamento e as interpretações doutrinárias comteanas que o inspiraram.

O quarto capítulo trata da prática pedagógica positivista na visão de José Feliciano. Aqui, objetivei, uma vez mais, detectar a presença marcante de Augusto Comte na elaboração desta prática, que visa uma educação integral, enciclopédica.

O quinto capítulo comenta a reforma do ensino proposta por José Feliciano, e da necessidade, segundo ele, de que se estabeleça um novo regime: a Ditadura Republicana Positivista.

Finalmente, nas conclusões, procuro demonstrar até que ponto José Feliciano, como positivista educador, contribuiu para a reforma do ensino no Brasil, e até onde legou uma orientação pedagógica capaz de alterar este ensino, pelo menos, na capital paulista.

CAPÍTULO I

VIDA E OBRA DE JOSÉ FELICIANO DE OLIVEIRA

1. Traços biográficos

Para ser bem compreendido, o pensamento de José Feliciano sobre a educação requer uma colocação no seu tempo. Esse tempo é precisamente um tempo convulsionado por inumeráveis transformações, e que vem a ser representado num volume formidável de interrogações e de promessas. É uma época de crise.

José Feliciano viveu essa crise em toda a sua intensidade, percebendo-lhe o alcance, e se propôs, como num desafio, radicalizar, no seu próprio âmago, o esforço de uma reflexão criadora em torno de uma educação indispensável na luta pela vida, fortalecendo o aluno pela cultura enciclopédica, integral, positivista.

Os progressos e os impasses que o Positivismo exerceu neste país, particularmente na conspiração que levou à República, afetaram José Feliciano de modo particular; e é a partir dos mesmos que ele pretendeu estabelecer os vetores da teoria da educação positivista, mais coerente, satisfatória para a inteligência, segundo Augusto Comte.

Em meio à confusão dos espíritos, embaraçados pelos desvios multiformes, procurou José Feliciano encontrar uma ordem, uma visão clara, capaz de conquistar o progresso para uma perfeita educação do homem brasileiro, exatamente como queria a proposição positivista.

José Feliciano nasceu de uma família modesta, a 6 de março de 1868, numa casa situada à rua do Comércio (hoje Rangel Festana), na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, sendo filho do casal Feliciano Pires Rois de Campos e Alexandrina Maria de Oliveira.

A época em que ele nascia abria-se um novo período na História do Brasil. Acontecimentos marcantes de grande repercussão afetavam a quase todos os brasileiros, alterando a vida nacional. A defesa do negro substituiu o indígena, na poesia abolicionista; o movimento científico da Europa, com suas novas concepções do mundo, varria as nuvens do romantismo. Instalavam-se o ceticismo, a anarquia mental de um período de "boêmia do espírito", o negativismo religioso e o republicanismo, como necessidade de demolir-se a estrutura do Estado. Aceitavam-se facilmente todas as teorias: o positivismo de Comte, o evolucionismo de Haeckel, o simbolismo de Baudelaire, o realismo de Zola.

O testemunho de Silvio Romero revela-nos a profundidade daquele momento em que o pensar romântico já não mais serve. "Um bando de idéias novas", acompanhando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia começam a impregnar a vida intelectual, determinando um notável progresso do espírito crítico:

"Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo, a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma

vez houve na história em um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A Guerra do Paraguai estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão e então a questão dos cativos se agita e, logo após, é seguida da questão religiosa; tudo se põe em discussão: o aparelhamento sófístico das eleições, o sistema de arrocho das instituições policiais e da magistratura e inúmeros problemas econômicos; o partido liberal, expelido grosseiramente do poder, comove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programa de extrema democracia quase verdadeiramente um socialismo(sic); o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar. Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçam sobre nós de todos os pontos do horizonte!"¹

Graças à divulgação dessas "idéias novas" formou-se no Brasil, uma geração de tendências eminentemente críticas, animadas pelo desejo de esquadriñar a cultura nacional e dar-lhe orientação diversa.

O Brasil retomava a expansão das suas forças produtivas de maneira razoavelmente acelerada. Apesar da Guerra do Paraguai (1865-1870), ter causado sérios danos às finanças do Império, o país conseguia retomar os índices de prosperidade esboçados desde 1850.

A crise comercial de 1864, apesar de insuficiente para parar o progresso ascensional da economia brasileira, reduziu o seu ímpeto.

Fruto da instabilidade de uma economia que não dispunha de sufi-
ciência de capitais para o seu pleno desenvolvimento, teve suas rai-
zes nas especulações e nas más colheitas. Consequentemente, o comér-
cio interno irá sofrer mais intensamente os seus efeitos, enquanto
que o comércio exterior parece não ter sofrido o impacto desta cri-
se, pois continuou a crescer; e a indústria nascente vai começando a
intensificar a vida nas cidades, criando novas condições de mercado.

Como ensina Caio Prado Júnior:

"Um incipiente capitalismo dava aqui seus primei-
ros passos. A incorporação das primeiras compa-
nhas e sociedades, com ritmo acelerado e apesar
dos exageros e certo artificialismo, assinala as
sim mesmo o início de um progresso de concentra-
ção de capitais, que, embora ainda acanhado, repre-
senta ponto de partida para uma fase inteiramen-
te nova. Ele servirá de motor para a expansão das
forças produtivas do país, cujo desenvolvimento
adquire um ritmo apreciável!"²

No plano econômico, portanto, havia fatores positivos e ne-
gativos. O país tinha 14 milhões de habitantes, distribuídos em 916
municípios. Contava apenas com dois portos aparelhados e uma usina
elétrica. Sua infra-estrutura era modesta: oito mil escolas, 360 qui-
lômetros de rodovias, dez mil quilômetros de ferrovias, e 18 mil de
linhas telegráficas. Sua produção agrícola ascendia (no padrão mo-
netário da época) a 500 mil contos de réis e sua produção indus-
trial era um pouco maior: 508 mil contos de réis. Mas a abolição da
escravatura, em 1888, arruinou muitas lavouras e lançou contra o Im-
pério um poderoso contingente de senhores de terras e escravos.

No plano institucional, após a bem sucedida agitação aboli-
cionista, agravavam-se as condições de sobrevivência do Império. Ha-
via descontentamento nas Forças Armadas; prevenções do Exército con-
tra o Conde D'Eu, marido da princesa Isabel, provável sucessor do im-
perador D. Pedro II, cujo estado de saúde complicava-se diariamente,
o que provocava seu afastamento progressivo dos negócios do Estado;

instalava-se a febre da Bolsa de Valores; e, por fim, o Positivismo ganhava adeptos, pois era o único sistema filosófico que se importava com a função social da ciência, e que havia descrito a ascensão e as características da sociedade industrial, como sociedade dominada pelo cálculo científico, organizada e especializada.

A cidade de São Paulo saía da modorra colonial modernizando-se e com ela as pacatas cidades do interior, como Jundiaí, berço de José Feliciano. "É neste contexto que a oligarquia rural, através do processo político, irá tentar estruturar um sistema de relações sociais que lhe permitirá impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tentar estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos!"³

Dentre os fatores de importância que podem explicar o crescimento das cidades paulista na segunda metade do século XIX, três aparecem intimamente entrelaçados: a expansão cafeeira, a multiplicação das estradas de ferro e o surto da imigração européia. O regime econômico esteiado na monocultura, sob a égide do qual vivia a sociedade escravocrata e latifundiária de então, exigia que o caminho para o mar se mantivesse em condições de satisfazer-lhe as necessidades, escoando a produção agrícola e trazendo para as localidades de serra acima e além planalto tudo o que seus habitantes careciam. Uma febre de progresso rápido, constante e seguro apoderava-se dos paulistas.

A partir de 1870, começa a economia a experimentar um surto que não conhecera antes e que iria definitivamente tirar a província do torpor em que caíra após o esforço colonial que lhe haviam custado as Bandeiras. O café, em sua marcha para o Oeste, já havia transposto Campinas, e fôra alcançar Ribeirão Preto e Jauú. O algodão, por sua vez, alastrava-se em Sorocaba, Itu e Tatuí, e na Capital surgiam as primeiras tentativas industriais, que se estenderiam as cidades produtoras desse produto. Essa efervescência não poderia deixar de repercutir nos meios de transportes, de que a produção entrou a sentir a urgência para a sua distribuição: em 1867 já se inau

gurara a São Paulo Railway, que ligava Santos a São Paulo e Jundiaí; a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, coloca Jundiaí em comunicação com Campinas; a Companhia Ituana traz, em 1873, os seus trilhos de Itu a Jundiaí e a Sorocabana principia a funcionar em 1875. Como consequência cresce o intercâmbio paulista com o exterior.

Mas, o Império, mostrando sua incapacidade para resolver os problemas nacionais, sempre crescentes, comprometia a sua estabilidade. Abria-se, assim, o caminho para o movimento republicano, cujas idéias não eram novas no Brasil. No Rio de Janeiro funda-se o Clube Republicano e o jornal A República (3 de dezembro de 1870), onde aparece o Manifesto Republicano, ponto de partida da propaganda organizada. Em 1873, o Partido Republicano estruturava-se com a Convenção de Itú.

A educação, todavia, não estava inteiramente privada das novas disciplinas e dos novos horizontes dos anos do Romantismo. São Paulo constituia uma exceção ao abandono em que caíra a educação primária no Brasil, liderando mesmo o movimento contra este abandono.

Depois do Ato Adicional de 1834 foi que se iniciaram, sob a iniciativa do Legislativo provincial de São Paulo, as primeiras providências destinadas a atender os reclamos da educação popular.

"A primeira lei de ensino - diz Moacyr Primitivo - decretada pela Assembléia legislativa em 1836 foi a criação de uma Fazenda Nacional de Agricultura que tinha por objeto: a) recolher, aclimatar e distribuir pela Província todas as plantas de utilidade conhecida, tanto indígena como exótica e igualmente as melhores raças de animais domésticos; b) ensaiar, aperfeiçoar e praticar os melhores métodos de agricultura e fabricação rústica; c) fabricar todos os instrumentos e máquinas úteis à agricultura e manufaturação rústica, e de todos os objetos em uso na economia doméstica do campo; d) ensinar as primeiras letras, doutrina cristã, noções de geometria, de mecânica, de química aplicada às artes; noções de botânica, de regras práti -

cas de agricultura; e plantar matas de construção."4

Em 1839, já se reclamava uma escola normal, ao mesmo tempo em que o Legislativo autorizava o Governo a contratar professores nacionais ou estrangeiros para prover as cadeiras a serem criadas.

A situação do ensino na Província não era das mais satisfatórias: as aulas de latim em número de dez encontravam-se abandonadas, sem inspeção e os gastos da Província com a instrução pública atingiam apenas a cifra de 35 contos de réis.

O desenvolvimento das escolas elementares, entretanto, se fez numa escala ascendente que, em números absolutos, representa progresso, mas comparados com a evolução demográfica da Província patenteia sobretudo o reduzido alcance da escola popular. Em 1837 havia 48 escolas de meninos e 7 de meninas; em 1840, 40 escolas com 2.226 alunos; em 1844, frequentavam as 82 escolas existentes, 2.286 alunos; em 1850, 3.307 alunos estavam distribuídos, segundo o sexo, pelas 101 escolas de meninos e 54 de meninas. Uma simples reflexão sobre estes algarismos é suficiente para se demonstrar que o crescimento das aulas de ensino elementar e de seu custo, não trouxe, praticamente, nenhuma melhoria para a difusão da instrução na Província de São Paulo.

Com um número quatro vezes maior de aulas elementares existentes em 1840, 10 anos depois, apenas 1.181 alunos se beneficiaram do programa de expansão da rede de ensino popular realizada com sacrifícios e lutas.

Já tinha, entretanto, a Província, desde 1846, a sua lei que regulava, em conjunto, a instrução pública. De acordo com esta lei, instalar-se-iam, informa Moacyr Primitivo:

"escolas em todas as vilas e cidades e nas povoações; quando houver escolas com frequência superior a 40 alunos poderá haver mais uma escola. Nesta escola de segundo grau, o programa era acrescido das seguintes matérias: noções de geografia e história, principalmente do Brasil, noções de ciências físicas aplicadas aos usos da vida; e nas de meninas, a música."5

O desenvolvimento do ensino elementar na Província, durante todo o Império foi feito assim. Com ensaios de reformas, com leis que se apresentavam sempre como capazes de "salvar" a instrução do calamitoso estado em que se encontrava. Empregava o poder público, naqueles tempos, considerável parcela de seu orçamento e, entretanto, os resultados não correspondiam aos esforços e aos sacrifícios da administração. Faziam instalações, os professores nem sempre cumpriam com os seus deveres, os serviços de inspeção não tinham liberdade para agir e, sobretudo, não havia alunos.

A escola, alheia às conquistas pedagógicas de seu tempo, deveria representar para a criança uma espécie de casa de castigo, último recurso de que lançavam mãos os pais para coibir os impulsos indóceis de seus filhos. Por este motivo, a multiplicação do número de aulas não foi suficiente para atrair e despertar o interesse de uma população pouco afeita às luzes da cultura.

O ensino de grau médio manteve-se por muito tempo, graças às aulas estabelecidas nos tempos coloniais ou por força de leis anteriores à Independência. O curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, organizado sob o modelo do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro (1837), foi em São Paulo e em toda a Província, um fator apreciável de disciplina, de estruturação e de elevação do ensino de nível pré-acadêmico. Ao lado desse curso, depois de 1846, funcionava, em São Paulo, uma Escola Normal, e dois Liceus, um em Taubaté e outro em Curitiba. A Escola Normal, apesar do regime de pensionato, se manteve por alguns anos com reduzidíssimo número de alunos. Os dois Liceus não tiveram melhor sorte; não é de se estranhar pois que o senador Joaquim Tomás Nabuco de Araújo, em 1850, propusesse a sua supressão, substituindo-os por dois internatos.

Tal era em seus traços mais expressivos, a situação do ensino de nível primário e médio na Província de São Paulo, transcorridos quase trinta anos da proclamação da Independência.

Se assim era, assim continuou o ensino na Província nos anos posteriores. Reformas sobre reformas, sugestões, leis, providências urgentemente reclamadas - e tudo se fazia sem que os objetivos superiores da instrução fossem alcançados.

Nem mesmo faltou a bandeira da liberdade do ensino, como símbolo, e mais do que isso, sintoma de uma crise que se agravava com a presença de fatores ideológicos até então desconhecidos.

Em 1868 (ano do nascimento de José Feliciano) nova reforma do ensino provincial, na qual se suprimiam as cadeiras públicas de ensino secundário. Essas cadeiras, muitas delas criadas na época colonial, constituíam ainda uma garantia dos estudos de humanidades. Se os professores que nelas lecionavam não estavam em condições de exercer o magistério, o certo e aconselhável seria provê-las com pessoas que estivessem à altura das tarefas pedagógicas. Cuidou-se, entretanto, apenas da supressão de cadeiras, com o pensamento voltado para o regime da livre iniciativa, como se este regime, por si só, pudesse eliminar males que desafiavam, há mais de um século, a administração pública.

É neste ambiente sócio-político-econômico e cultural trepidante, em que se discutia a propriedade escrava, a forma de governo, a fé católica tradicional, - que José Feliciano vai crescer. Desde cedo demonstrou acentuado pendor pelos estudos. Conta-se que quando trabalhava como agente auxiliar do Correio de Jundiaí, nomeado em 1880, com doze anos portanto, descobriu, na Prefeitura local, uma coleção de livros deixados por um antigo diretor de um colégio da cidade; leu-os todos, vindo-lhe daí a idéia de fundar um Gabinete de Leitura, o que levou a efeito, com seu amigo Joaquim Teixeira Carvalhosa, dois anos depois, quando já era secretário do vereador José de Queiroz Teles.⁶

Datam desta época suas colaborações no jornal A Procelária do gramático Julio Cesar Ribeiro. Este jornal era considerado "pornográfico" pela sociedade de então.⁷

Autodidata, José Feliciano preparou-se sozinho para o ingresso na Escola Normal de São Paulo, que era dirigida pelo Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides; tendo-se formado em 1887.

A Escola Normal foi criada no governo de João Theodoro Xavier, por lei de 2 de março de 1874, inaugurada em 1875, fechada em 1878, e de novo aberta em 1880, com 61 alunos, no sistema de aulas mistas.⁸

Contudo, já nesta época, a profissão de "mestre-escola" não

apresentava atrativos para os professores paulistas. Certo professor nomeado para uma escola primária da década de 1880 constatou que ela não existia e teve que alugar por sua conta uma sala de aula. Muitos alunos indisciplinados, entre eles alguns cujas mães chegaram a pedir que lhes batessem dada a sua completa insubordinação, tinham que ser tolerados, pois se não houvesse um mínimo de frequência o professor perderia o cargo.⁹

Só a partir de 1890, com o Decreto 377-A, de 5 de maio, o governo provisório da República organiza a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, despertando, realmente, o ensino público. Cria-se o Pedagogium destinado ao ensino profissional, que teria papel efêmero, mas realizando ação meritória.

A alfabetização¹⁰ e a propagação do ensino contribuíam para a estratificação social e para caracterizar a classe média. O índice de analfabetos, entretanto, continua elevadíssimo e a legislação referente ao ensino não tem eficácia. Decorre daí a estratificação social extremada: no alto situam-se os latifundiários; em baixo os trabalhadores livres, e no meio, o funcionário público e o profissional liberal.

Nesta época, o método predileto de infundir conhecimentos era fazer uma classe inteira repetir em uníssono a lição. Assim, na ausência de métodos de estudos,¹¹ serviu a José Feliciano, além do desejo sincero de aprender, o gosto de não contentar-se em pensar que sabia sem estar certo de que sabia até onde fôsse possível. Mas ter-se-ia perdido e extraviado num labirinto, em meio das noções, sistemas, escolas, teorias e doutrinas, da lista de nomes, etc, se — como ele próprio confessa — desde seu ingresso na Escola Normal de São Paulo não tivesse sido conquistado pelas doutrinas de Augusto Comte.

O Positivismo aspirava a desempenhar um papel de filosofia da ciência, mas o seu intento era a reforma da sociedade, circunstância que fazia desembocar suas investigações nas ciências sociais. O método a ser empregado para a consecução de tais objetivos era o das ciências matemáticas e físicas. E o objeto seriam os fenômenos

que só podem ser comprovados pela experiência.

E assim a doutrina de Comte conquistou, entre os alunos da Escola Normal, bom número de adeptos, e, para isso, muito concorreu a admiração que inspirava à mocidade normalista o professor de matemática e geometria, Godofredo Furtado, cuja influência na Escola Normal pode ser comparada a de Benjamin Constant Botelho de Magalhães na Escola Militar do Rio de Janeiro,¹² onde ensinava à juventude as bases do Positivismo. Embora Godofredo Furtado não fizesse ostensivo proselitismo, todos o sabiam positivista ortodoxo, e sua atitude valia por um argumento em favor das idéias comteanas.¹³

José Feliciano, vivendo no contexto das contradições do regime monárquico, e vendo o enfraquecimento das oligarquias tradicionais, desde cedo mostrou-se republicano e abolicionista, através de artigos publicados nos jornais O Democrata e A Redenção.

A mentalidade capitalista, se não um capitalismo, pleno invadia o Brasil urbano. O Positivismo era o único conjunto formal de princípios a ganhar reconhecimento apreciável por parte dos que estavam interessados nos padrões futuros da economia e da sociedade.

É de se notar que a plataforma dos republicanos paulista, em 1881, sobre a instrução pública, acentuava, sob a égide do Positivismo, a liberdade de ensino e a exclusão da instrução religiosa:

"Somos pela liberdade de ensino em todos os seus graus e entendemos que quanto mais científico ele se torna, mais livre deve ser. Não prescindimos da intervenção do Estado, por enquanto, no ensino primário e secundário. Queremos, porém, que essa intervenção seja limitada à verdadeira função do Estado. Admitida a liberdade de ensino, entendemos que o Estado (ou província ou município) deve ministrar a instrução sob o ponto de vista positivo. O ensino oficial não pode estar sujeito à influência de escolas filosóficas; deve ser integral, concreto, tão completo quanto possível como recapitulação das verdades afirmadas pela ciência."¹⁴

Nesta década de 80, onde os relatórios dos presidentes das Províncias contêm numerosas queixas de que a falta de escolas bem instaladas, professores dedicados e alunos assíduos não estavam de acordo com a nova prosperidade e progresso material, - José Feliciano funda a Revista dos Novos, contando com a colaboração de Julia Lopes, Valentim Magalhães, Wenceslau de Queiroz e outros grandes nomes da literatura nacional, e colabora intensamente na imprensa paulista, principalmente, no Correio Paulistano, depois n' A Província de São Paulo.

Depois de formado, José Feliciano dedicou-se ao ensino particular e à propaganda do Positivismo. Nesta época, Benjamin Constant expunha publicamente as diretrizes positivistas para uma reforma do ensino, ao mesmo tempo em que condenava o ensino religioso nas escolas públicas.

E o Positivismo avançava a passos firmes na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, no Colégio Pedro II, na Escola Normal e em outros estabelecimentos. No Liceu de Artes e Ofícios, sua influência era considerável. Para esse estado de coisas contribuíram sensivelmente as reformas do ensino preconizadas em 1881-1882, pelos pareceres de Rui Barbosa, "imbuidos do espírito comteano".¹⁵

O Positivismo alcançava as forças influentes da opinião brasileira - executando-se, obviamente, as correntes populares e as da média burguesia, que começava a se formar - em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, esta última em função de sua agitada Faculdade de Direito.

Em 1889, José Feliciano resolveu participar de um concurso para ocupar uma cadeira de ensino primário na Capital, no bairro dos Campos Elísios. Contudo, mesmo sendo aprovado, quase não conseguiu tomar posse, devido as maquinações de alguns políticos liberais republicanos, que não queriam que positivistas estivessem à frente da educação primária no Estado de São Paulo. É desta época um projeto seu para um Grêmio dos Professores Paulistas, isto é, uma associação para defesa dos direitos e reivindicações da classe.

Demonstrando as miseráveis condições do ensino da época, Jo-

sé Feliciano conta:

"Quando exercia o professorado público primário (1889-1891) organizei quadros programatizando o ensino animado (tenho-os ainda em meu arquivo, com o livro de matrícula, comprado à minha custa)... Mas que fazer numa salinha ordinária, onde se apertavam três classes barulhetas? Quando ensinava pessoalmente uma, as duas outras 'faziam as lições' passadas, e, sobretudo, perturbavam ativamente o meu ensino, brincando, remexendo-se, pedindo para sair (sair à rua, porque não havia quintal para recreio). A média de frequência sendo necessária para ter os magros vencimentos, era forçoso tolerar demais os indisciplinados e fazer da escola um maior inferno. Cheguei a pensar, - como os experimentados colegas mais antigos, - que só a palmatória se podia levar essa corjinha... Dois anos e meses suportei isso. Para um professor, que nunca teve no mister maior interesse que o ensinar de verdade, - foi o mais que pude fazer, ensinando realmente alguma coisa!"¹⁶

E o Brasil continuava sendo um país com enorme contingente de analfabetos. O censo de 1890 apontava algo em torno de 85% de analfabetos numa população de mais ou menos 14 milhões de habitantes. A educação passa então a ser vista pela elite como complemento de uma ação política, que integrasse as massas no processo social; por outro lado, fazia-se necessário educar o homem para que ele tornasse elemento produtivo dentro de uma sociedade mais dinâmica.

E assim, enquanto o republicano Rangel Pestana escrevia no O Estado de São Paulo um manifesto, mostrando a necessidade de uma educação adaptada a nova sociedade capitalista:

"Quanto mais solidamente é um povo instruído, tanto mais forte e produtor se torna. É preciso, porém,

que a instrução prepare hoje homens úteis, capazes de aumentar as forças progressistas do país e de fomentar em alto grau a sua riqueza, que se ja integral, concreta, com recapitulação das verdades afirmadas pela ciência!"¹⁷

O diretor da Escola Normal de São Paulo, o positivista Caetano de Campos, discursava:

"A educação do homem moderno exige uma notável soma de conhecimentos, que resultam sinteticamente das noções enciclopédicas hauridas em diversos ramos de estudo(...) Ainda mais que para que esse ensino seja profícuo deve, quanto possível, ser completo, inteiro em todos os ramos do conhecimento indispensáveis à vida, enciclopédico por assim dizer, já que nosso viver social na atualidade envolve-nos em condições oriundas de toda sorte de noções científicas!"¹⁸

Atento a esta realidade, José Feliciano, entendendo que o Positivismo era o único conjunto formal de princípios que poderia modificar os padrões futuros da sociedade brasileira, serve-se da imprensa para uma campanha pela educação fundamental, em família, com objetivo do aperfeiçoamento moral, reclamando, também, instrução científica, não apenas decorativa e fragmentária; e interessa-se pela educação popular fundando três escolas para operários, no Brás, na Luz e na Boa Morte. Para a manutenção destas escolas foi consignado no orçamento do município a verba de 375 mil réis, sendo 200 para o professor, 100 para um auxiliar e 75 para material escolar e livros. Pouco durou, entretanto, esse benefício, pois a verba foi suprimida, destinando-a o governo de São Paulo aos vereadores para reforço de seus próprios proventos.

Relata José Feliciano:

"Quis fazer cousa melhor nas Escolas Municipais Noturnas, que, em setembro de 1891 aí fundei, com

Lamartine Delamare e Luiz Piza. Aí ensinei a ler pelo método da palavrão sonora (Método João de Deus). Um operário gazista, aos 40 anos, aprendeu a ler em 30 lições: desde Lorena lidava ele por descobrir os segredos do ABC e não conseguia na da com outros mestres. Essas três escolas tinham uma organização bem simples e econômica. Seu orçamento não passava de 375 mil réis por mês, com diretor, adjunto e porteiro; na minha havia sobras para comprar livros! (...) Os mercadores como os quais mais tarde invadiram os tempos de Gabriel Prestes, - entraram por essas escolas e acabaram com tudo. Primeiro foram os mesmos professores diurnos, mal remunerados, que se empenharam para criar novas escolas noturnas, a fim de acumular os ordenados. Depois foram os próprios Intendentes municipais, que se constituíram em quatro espécies de ministérios - a conto de réis cada uma, por mês. Para isso, era necessário economizar (!) - suprimindo as escolas de 375\$000... Para honra dos republi^{li}canos entusiastas desse bom tempo, devo dizer que a coisa se fez numa Câmara em que dominavam anti^{ti}gos monarquistas. Custou muito acabar em São Paulo com as sentinelas da monarquia (da Mona... diziam os gaúchos, em 1889, suprimindo o resto numa tabuleta da rua Quinze, ex-Imperatriz). Como curio^{si}dade e para ver o mal que fizeram os tais ministros do município, registro estes dados estatísticos: 58 alunos matricularam-se desde logo em minha escola da Sé (funcionava das 7 às 9 ou das 19,00 às 21,00 horas nos baixos da antiga Escola Normal, à rua da Boa Morte); 49 eram brasileiros (dos quais 40 paulistas) e 9 estrangeiros (6 portugueses e 3 alemães). Poucas eliminações houve, embora a fre

quência fosse difícil aos pobres cozinheiros, copeiros, criados, empregados do comércio, etc., que não tinham então limites de hora legal para seu trabalho. Houve 23 inteiramente analfabetos e destes só 15 puderam continuar, aprendendo a ler e a escrever - uns 10 no correr do primeiro semestre, em tempos vários. (As escolas funcionaram de setembro de 1891 a dezembro de 1892).¹⁹

Nesse ínterim, continua colaborando nos jornais, e pesquisando a nossa História, pois, como positivista, compreendia o futuro como algo que, de certo modo, se contém no passado. (Para Augusto Comte a História é o processo do desenvolvimento do espírito, assim cada fase vivida pela humanidade conta, e não pode ser elidida).

Éra a época dos grandes reformadores do ensino no Brasil - Cesário Motta, Caetano de Campos e Gabriel Prestes - e do esclarecimento do governo estadual de Bernardino de Campos. São Paulo foi um dos principais centros da ideologia republicana. Não é de estranhar, portanto, que na província paulista se encontrassem algumas das vozes mais expressivas de nosso pensamento político pedagógico.

Convidado em 1890, por Prudente de Moraes, na época chefe do Governo provisório de São Paulo, o médico Antonio Caetano de Campos inicia a reforma do ensino normal, colocando-o em tais termos que decorridos apenas alguns anos e graças ao trabalho de Cesário Motta, Gabriel Prestes e Miss Marcia P. Browne, alcançava notável índice de desenvolvimento.

Em 1892, o secretário do interior, Cesário Motta, republicano histórico e homem de idéias esclarecidas, diante da situação em que se encontrava o ensino secundário em São Paulo e da Província, inicia uma luta que se prolongou pelos dois anos seguintes, e do qual resultou a transformação completa do curso.

Em 1893, José Feliciano é nomeado professor de Astronomia e de Mecânica Celeste na Escola Normal de São Paulo. Assim o descreve um dos seus ex-alunos:

"Com a sua linguagem escorreita plasmada em estilo acima do vulgar, com os seus ademanos de discreta ritmia; com a sua gravata muito preta, envolvendo colarinho muito branco; com a sua barba à nazarena, negra e luzidia, emoldurando um rosto pálido, a lembrar o sembalnte de Jesus, José Feliciano impressionava como se fôra um sacerdote de seita religiosa. E ele era de fato - como Teixeira Mendes no Rio - discípulo entú-siasta de Augusto Comte."²⁰

Outro ex-aluno comenta que ele

"Não se limitava a fazer preleções. Procurava ilustrar as explicações da aula fazendo observar o Céu, em exercícios feitos à noite e nem sempre em condições favoráveis, por causa da bruma tradicional da Paulicéia. Empenhava-se para que os alunos ficassem conhecendo as principais constelações do nosso Céu, mas de um modo especial as constelações do Zodíaco, a fim de poderem acompanhar os movimentos dos planetas, da Lua e do Sol, movimentos que se realizam precisamente nessa faixa celeste. A esse conhecimento meti culoso das constelações zodiacais devo eu a fortuna de ter podido observar, alguns anos mais tarde, um astro que Copérnico não conseguiu divisar durante a sua longa carreira de astrônomo - o planeta Mercúrio."²¹

Neste ano, José Feliciano realiza diversas conferências comemorativas, merecendo destaque especial as referentes à obra de Augusto Comte, levadas a efeito no Clube Cooperador Positivista, que fundara em 1891. Ele desligara-se do Apostolado Positivista, do Templo da Humanidade, do Rio de Janeiro, após desentendimentos com Teixeira Mendes.

Estava vigente a reforma Benjamin Constant - Decreto nº 981, de 1890, que tentava dar à escola secundária um objetivo essencialmente educativo ou formador, desligando-a de sua função preparatória aos cursos superiores, pela estruturação de um "curso integral de estudos". Realmente, "a reforma Benjamin Constant dá à escola secundária um 'cunho científico'. Inclui as ciências segundo a classificação de Augusto Comte: Português; Latim; Grego; Francês; inglês; Alemão; Matemática; Astronomia; Física; Química; História Natural; Biologia; Sociologia e Moral; Geografia, História Universal; História do Brasil; Literatura Nacional; Desenho; Ginástica; Evoluções Militares e Esgrima; Música. Na verdade um currículo mais propriamente enciclopédico."²²

Data desse período a construção, às suas expensas, de um observatório astronômico à rua Antonio de Queiroz, em São Paulo. Nesta época, o governo ia fundar um observatório astronômico; José Feliciano oferece o seu, com casa, terreno, instrumentos, aparelhos de ensino e 2 mil volumes, alguns raros, e pedia a renda vitalícia de 300 mil réis mensais, que após sua morte, reverteriam sob a forma de apólice para o Estado. Como o futuro diretor do observatório oficial tinha sido criticado por ele, que fizera correções em seus artigos sobre astronomia, publicados em jornais locais, a oferta foi recusada. É de se destacar que com o aparecimento do cometa Halley em 1901, teve José Feliciano ensejo para publicar uma série de artigos versando os corpos celestes, os quais formaram um volume chamado Cometas, Bóides e Estrelas Cadentes.

Porém, José Feliciano não se preocupava apenas com a astronomia, dedicava-se diuturnamente à matemática, à filosofia, à literatura, à política e à história. Assim quando se comemorou o 4º Centenário do descobrimento do Brasil, ele publicou o livro O Descobrimento do Brasil, sustentando a tese, arrojada para a época, da premeditação da descoberta. Essa contribuição valeu-lhe a admissão ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

E pelo O Estado de São Paulo prosseguia, incessantemente, discutindo sobre vários assuntos, sendo que um dos mais interessantes

trata dos índios Cherentes, com cujo cacique teve frequentes entrevistas, daí lhe advindo oportunidade para estudar intimamente a vida, língua, costumes e religião dessa tribo, numa obra semelhante à que Capistrano de Abreu realizaria, mais tarde, em relação aos índios Caxinauas. Tais estudos tiveram repercussão internacional, sendo apresentados nos Estados Unidos e no Congresso dos Americanistas, de Londres, em 1912, quando se publicou o mais completo vocabulário da língua cherente. É desta época, também, a publicação do alentado trabalho sobre José Bonifácio, fruto de uma promessa que fizera quando escolheu o "Patriarca da Independência" como patrono de sua cadeira na Academia Paulista de Letras.

Após uma viagem a Europa, José Feliciano, em 1903, acolhe o convite do diretor da Escola Normal para substituir o lente da cadeira de Português, onde permanece três anos. Aí introduziu Os Lusíadas como livro texto no ensino da língua portuguesa. Com isso teve de enfrentar as críticas de professores que achavam que "Camões não se entende, Camões é antiquado..." Eis como ele explica seu método inovador:

"Não comeei o estudo pelo primeiro canto do poema, e nunca o expliquei por artes de análises sintáticas ou lógicas(...). Análise lógica é uma burla, um contrassenso, - como processo para entender um autor, - pois só é possível quando o autor já está entendido, explicado ou miudamente destrinchado. Se, para fazer esta análise é preciso antes compreender inteiramente o trecho, como pode ela servir para o "explicar"? (...) Livre assim dos empecilhos, corriolas e sancadilhas gramaticais(...) comeei a explicação no canto quarto, pela partida de Vasco da Gama..."²³

Convidado ainda a substituir o professor de latim, também nesta disciplina, ele inovou quanto ao método pedagógico. De acordo com uma ex-aluna, José Feliciano adotava a gramática latina

"contendo exercícios do francês para o latim, de modo que, passando-se para o português, trabalhávamos com as três línguas ao mesmo tempo(...). Quanto ao português, o professor José Feliciano não nos obrigava a estudar gramática, mas com - por(...)o método vivo e natural das composições criticadas e comentadas. Assim, desde pequeninas (...)as alunas(...)não seriam como muitas pessoas que me dão a impressão de estarem comprimidas dentro de uma forma que as impede de dar largas ao pensamento."²⁴

Tinha ocorrido, então, uma nova reforma do ensino, contrária as diretrizes positivistas: a de Epitácio Pessoa (Decreto nº 3.890, de 1901), que acentou o estudo das disciplinas literárias em detrimento às científicas.

Enquanto isso, os artigos e livros de José Feliciano se sucedem com o passar dos anos. Antimilitarista, em 1910 toma parte na luta contra uma presidência militarista ao lado de Rui Barbosa, mostrando no O Estado de São Paulo, as características divergentes do civilismo e do militarismo no que diz respeito à governança do país. Artigos esses de uma atualidade marcante.

Contudo, apesar de dar sempre o melhor de seu pensamento, em prol do programa moral, sócio-político e cultural do Brasil, o governo suprimiu-lhe a cadeira de Astronomia, pela qual ele tanto batalhara. A esse respeito, conta José Feliciano:

"...minha cadeira incomodava muito os bacharéis de então, nem que nela, à minha custa, fizesse eu escola ativa, com observatório, com aulas práticas, noturnas, ao ar livre, para o real conhecimento do céu(...). Para que serve normalista saber astronomia? - diziam eles. Nós não sabemos isso e nos sentimos tão bem, tão leves, tão ligeiros para subir, subir!... Um dia, Almeida Nogueira veio a minha casa propor-me uma transação. Dava-se em troca de

minha cadeira uma de Filologia com um nome bem vistoso, à minha escolha. Rejeitei, porque, dizia eu, nós precisamos estudar as leis fixas, a regularidade intangível dos fatos astronômicos, para assentar nossas idéias, para educar nosso espírito. O ensino precisava de Astronomia, para ser normal, completo, educativo. Fiquei, assim, resistente, ainda, um pouco animado, até que em 1904, as mesmas forças aumentadas de outros interesses do ensino(?), suprimiram finalmente a cadeira de astronomia na Escola Normal do rico Estado de São Paulo. Que alívio, no céu e na terra! Para me consolar, davam-me uma cadeirinha de vadiação, para ensinar só a geometria (tinham ainda medo que eu ensinasse demais?) Não aceitei: propus que me dessem a série toda de matemática elementar em dois anos e de aritmética e álgebra até a geometria e trigonometria. Aceitaram".²⁵

Todavia, enquanto o marechal Hermes da Fonseca inicia o seu governo com a política das chamadas "Salvações", ou seja, a derrubada violenta dos governos estaduais que não contassem com as simpatias do governo federal, José Feliciano, ligado à oposição civilista, é aposentado. Desgostoso, parte para a França, num exílio voluntário de 40 anos, acompanhado de sua filha adotiva, Dolores Charlotte. E assim não participou da nova reforma do ensino, realizada pelo então Ministro da Justiça, Rivadavia Correia, a chamada "Lei Orgânica do Ensino" (Decreto nº 8659, de 5 de abril de 1911), que refletia a orientação positivista dominante no Rio Grande do Sul, instituindo o regime do ensino livre e subtraindo ao Estado a interferência no domínio da educação. Para Rui Barbosa essa Lei foi uma verdadeira "catástrofe administrativa".

Já em Paris, José Feliciano conviveu com os mais ilustres representantes da intelectualidade européia, causando profunda impressão. Para sentirmos o clima, basta transcrever o que dele disse o pro

fessor Pierre Ducassé, da Universidade de Paris, presidente da Sociedade Positivista Internacional:

"Professor igualmente notável pela pujança pedagógica como pela ciência, José Feliciano quis ser o apóstolo totalmente desinteressado das únicas convicções que lhe pareciam unir ao amor da Humanidade, que lhe iluminava a vida, a certeza da ciência que lhe iluminava o espírito."²⁶

Fez, então, inúmeras conferências na Sorbonne e no Colégio Livre de Ciências Sociais. E como positivista convicto regiu cursos de filosofia na Casa de Augusto Comte.

Porém, jamais se esqueceu da Pátria e de sua bem amada Jundiaí, e, assim, comunicava-se, constantemente, com seus amigos, através da Sociedade Amigos de Jundiaí. O melhor de suas cartas, se publicadas, daria um alentado volume.

Quando rebentou a Primeira Guerra Mundial em 1914, apesar de estrangeiro, José Feliciano alistou-se como padroleiro no exército francês, enquanto sua filha, Dolores, prestava serviços como enfermeira.

A partir de 1920 passou a residir nos Alpes Marítimos, perto de Nice, no recanto bucólico de Les Amandiers, em Cros-de-Cagne.

Em 1934, Getúlio Vargas concedeu-lhe um subsídio de 150 dólares mensais, e o título de Adido Especial. Entre 1934 e 1939, realizou novos cursos e conferências sobre Astronomia, Filosofia e História do Brasil, na Sorbonne, na Faculdade de Letras e na Faculdade de Ciências, no Palais de la Mutualité, no Institute de Histoire des Sciences, anexo à Universidade de Paris e no College Livre des Sciences Sociales, do qual se tornou professor catedrático. Colaborou no Figaro e no Le Monde. Até fins de 1938 escreve continuamente no O Estado de São Paulo e no Diário Carioca, enviando essa correspondência ora de Paris, de Roma ou de Londres. Cuida de assuntos internacionais, mas o Brasil está, neles, sempre presente.

Sobreveio a Segunda Guerra, que José Feliciano, a exemplo da

primeira, havia previsto e temido.²⁷ Recolhe-se, então, limitando sua atividade à realização de seus Cursos, nos quais aplicou métodos da educação positivista de forma a habilitar o homem, desde a infância "a viver para o bem de todos e a utilizar a ciência como elemento para melhorar a vida neste planeta, que é nosso imenso lar".

Finda a guerra, de 1947 a 1950, dá cumprimento a quatro cursos seguidos de Filosofia Positiva. No decorrer de um destes, em 1948, seus amigos, tendo a frente o professor Paulo Carneiro, delegado do Brasil na Unesco, festejaram os seus 80 anos, na Casa de Augusto Comte.

Em 1951, José Feliciano volta ao Brasil, sendo recebido na Assembléia Legislativa;²⁸ mas logo retorna à França, onde escreve Le Positivisme Religieux, em comemoração ao centenário da morte de Augusto Comte. Ele era membro da Execução Testamentária do Mestre de Montpellier desde 1908, eleito em substituição ao dr. Bridges, historiador e filósofo inglês.

Permanece na França até 1958, quando regressa definitivamente ao Brasil com uma bagagem, praticamente, só de livros. E em São Paulo, no bairro do Sumaré, viveu até 3 de julho de 1962, quando aos 94 anos, após um acidente vascular cerebral, faleceu, sendo enterrado, como pedira, em sua terra natal, Jundiaí.

Moralmente, a vida de José Feliciano foi guiada pela regra universal do Positivismo: Viver para Outrem, que consubstancia a moral comteana, consistente na preponderância do altruísmo sobre o egoísmo.

2. A obra

Homem de vasta e profunda cultura, José Feliciano, como professor, cientista, literato, jornalista, historiador, astrônomo, - dialogou continuamente com o seu tempo, deixando inúmeros livros, artigos, poesias, traduções. Ainda não se fez uma classificação e inventário minucioso, mas o pouco que temos em mãos revela um intelectual poliforme, um polígrafo, que escrevia sem trégua sobre tudo, como um

perfeito positivista.²⁹

A sua produção intelectual inicia-se com artigos para jornais; passa por uma fase de conferências, que tomará como forma de comunicação de suas idéias, mas sem deixar a colaboração jornalística. Publica, então, esses artigos em forma de livros, e lança vários outros inéditos. Daí a dificuldade de se organizar os seus trabalhos (alguns já extraviados), mesmo dividindo-os em filosóficos, políticos, históricos, sociológicos e produção literária diversa. A verdade é que desde seus primeiros trabalhos, José Feliciano já se define como positivista convicto. Mas, a que grupo de positivistas pertencia?

Coincidindo com os primeiros sinais de decadência do regime imperial e com as crises políticas a partir da abolição do tráfico negreiro, o Positivismo, representando uma reação de uma nova classe de intelectuais contra o Romantismo sócio-político, penetra no Brasil já cindido em dois grupos: o de Pierre Laffite, com sua ortodoxia dogmática da Religião da Humanidade, do Culto do Grande Ser, seguindo à risca os ensinamentos do mestre Augusto Comte em sua evangelização dos espíritos, e apregoando um governo de elite, ditatorial; e o de Paul-Emile Littre, que se afastava da evolução mística para impor a emancipação dos espíritos, considerando o ateísmo a única religião que convinha a um autêntico positivista. Esse grupo dissidente³⁰ desprezava o movimento ortodoxo da Religião da Humanidade, para seguir Augusto Comte apenas em sua metodologia científica de observação, experimentação e comparação, e em sua filosofia política.³¹

Assim, enquanto que o Positivismo integral, ortodoxo, através de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, fundava, no Rio de Janeiro, o Apostolado Positivista do Brasil (Templo da Humanidade), os positivistas dissidentes, muito mais spencerianos, isto é, ligados ao evolucionismo liberal sócio-político de Herbert Spencer, de marcante individualismo, oferecem os ingredientes ideológicos para o movimento republicano.³²

José Feliciano foi um positivista ortodoxo, que aceitou com fidelidade os ensinamentos de Augusto Comte, sem, contudo, orientar-se

pela religiosidade dogmática da Igreja Positivista do Brasil.³³ Assim, seu positivismo apresenta-se como um instrumento de combate a todas as formas de especulação metafísica, fortalecido pelas categorias do cientificismo. Ele tinha esperança na precisão das ciências físico-matemáticas como dados irrefutáveis na operacionalidade da organização racional da sociedade brasileira, segundo os preceitos de Augusto Comte.

E toda sua obra se inspira na fórmula máxima do Positivismo: O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim.

Segue-se uma listagem em ordem cronológica das obras de José Feliciano, apenas para ilustração:

- 1884 - "Resumo Histórico e Econômico sobre Jundiá" in Alma - nach Seckler, de 1885.
- 1884 - "O Republicanismo e a Imparcialidade" (artigos no jornal Democrata, de Niterói, já com os primeiros laivos de Positivismo).
- 1887-1888 - O Barão Júlio Cesar e o Jornalismo (folheto sob inspiração positivista, e com artigos tirados da Revista dos Novos (1885-1886)).
- 1889 - A Ditadura Republicana, segundo Augusto Comte (opúsculo)
- 1889 - O Novo Culto - A Mulher e a Arte (opúsculo)
- 1889-1890 - O Novo Regime (opúsculo)
- 1890 - A Reforma da Instrução Pública (opúsculo).
- 1891 - O Supremo Par (poema).
- 1892 - Geometria de Clairaut (tradução com anotações. A 2a. edição feita em 1909, não tem anotações).
- 1892 - Defesa de Tiradentes (série de artigos no Correio Paulistano enfeixado em folheto pelo Clube Republicano de Campinas, com prefácio de Basílio de Magalhães (1904)).
- 1896 - Os Cherentes (artigos no O Estado de São Paulo, enfeixados em folheto pelo dr. Horace Lane, nos Estados Unidos).
- 1898 - O Novo Natal (poema comemorativo ao nascimento de Augusto Comte).
- 1898-1899 - A Propaganda Positivista em São Paulo e o Partidarismo

- Positivista do Rio - Les habilités de M. Lemos (3 opúsculos).
- 1900 - O Descobrimento do Brasil: Esboço de apreciação histórica e filosófica documentada (opúsculo).
- 1899-1900-1902 - O Fim do Mundo por um Cometa (estudo astronômico, posteriormente publicado em livro com o título Cometas, Bóides e Estrelas cadentes).
- 1903 - A Educação e a Urbanidade. SP. Typ. do Diário Oficial.
- 1905 - Voeux et Voeux (Allocutions à Paris, en 1902 et 1905 à l'occasion de célébration du 5 septembre par les positivistes, à la Maison d'Auguste Comte). (folheto).
- 1906 - A Revolução Francesa e a Educação Universal (opúsculo).
- 1907 - Tiradentes e a Educação Cívica (opúsculo. Seguem-se artigos publicados no O Estado de São Paulo: "A Figura de Tiradentes"; "Sua Família" (1910); "A Religiosidade de Tiradentes" (1909). E da Europa, o Autor continuou a celebrar aspectos do Inconfidente, em 1912, 1913, 1914 e 1927).
- 1907 - A Bandeira Nacional: Estudo astronômico, histórico e cívico. SP. Typ. Siqueira.
- 1907 - O Ensino. Notas Esparsas (opúsculo).
- 1908 - A Reforma Constitucional. SP. Typ. da "A Notícia".
- 1910 - Notas Civilistas (opúsculo com artigos publicados no O Estado de São Paulo, de janeiro a março de 1910).
- 1910 - A Vulgarização do Ensino (Conferência inaugural de uma universidade popular em Firacicaba) (folheto).
- 1912 - The Cherentes of Central Brazil (opúsculo. Extrato da Memória apresentada ao XVIII Congresso Internacional de Americanistas em Londres. Contém um vocabulário cherente com tradução em português e inglês).
- 1912 - "Un Positiviste Brésilien de la première heure: Dr. Luiz Ferreira" (estudo publicado no O Estado de São Paulo e na Revue Positiviste Internationale (1924, 1º semestre, pp. 42/51)).
- 1919 - L'Humanité (opúsculo: Discours du 1er Janvier, 1919, à la fête de l'Humanité, célébrée au Collège Libre de Sciences Sociales).

- 1924-1939 - "A Guerra, a Paz e o Ensino da História" (artigos publicados no O Estado de São Paulo).
- 1925 - Os Precursores da Aviação - Santos Dumont. Fai da Aviação (opúsculo com artigos publicados no O Estado de São Paulo).
- 1932 - O Ensino em São Paulo. SP. Typ. Siqueira.
- 1934 - Les Conditions Positives d'une Veritable Union (opúsculo).
- 1951 - Mon Action Positiviste à Paris (opúsculo).
- 1955 - Notas Camoneanas. SP. Ed. da Academia Paulista de Letras.
- 1957 - Os Pais da República (seguido de "Demétrio Ribeiro e Rui Barbosa"; "Primeiros dias: descalabro das finanças"; "O Brasil sem ouro e finanças da República"). SP. Livraria Ed. Logos Ltda.
- 1964 - José Bonifácio e a Independência. SP. Ed. Martins. (obra póstuma).

São muitos os artigos publicados no O Estado de São Paulo e em outros jornais nacionais e estrangeiros, bem como em revistas especializadas, que ainda não foram selecionados. E assim, oferecer uma exposição detalhada seria completamente impossível, dado que sua obra - resultado de febril atividade - discorre por milhares de páginas e abarca uma enorme diversidade de temas. Cito alguns, que José Feliciano pretendia enfeixar em livros: "A Primeira Década da História do Brasil"; "As Primeiras Expedições"; "Odorico Mendes, biografia; A Descoberta de seu Túmulo em Londres"; "O caso da publicação da Cdis-séia"; "As Finanças e sua pretensa estabilização"; "Verdades Econômicas e Verdades Financeiras com moeda boa"; "Veros banqueiros no governo: orçamentos equilibrados, sem dívidas, sem déficits e com crédito bancário"; "A Política Internacional, com Nacionalismo cívico e Visão planetária humana"; "O perigo amazônico"; "Civilização econômica do Amazonas"; "O Caso da República do Cunani"; "Cursos e Conferências em Paris, na Sorbonne e em diversas instituições"; "Cours sur l'Ensemble du Positivisme" (resumo dos cursos feitos durante quatro anos na Casa de Augusto Comte. Educação Positivista e Reforma da Propaganda).

Notas

- (1) Sílvio ROMERO. "Explicações Indispensáveis", como Prefácio dos Vários Escritos de Tobias Barreto, in Obras Completas, Ed. do Estado de Sergipe, Tomo X, 1926, pp. XXVI-XXVII.
- (2) Caio PRADO JÚNIOR. História Econômica do Brasil, p. 193.
- (3) João RIBEIRO JÚNIOR. Alberto Salles: Trajetória Intelectual e Pensamento Político, p. 14.
- (4) Moacyr PRIMITIVO. A Instrução no Estado de São Paulo, I, p. 42.
- (5) Ibidem, I, p. 44.
- (6) Livro de Atas da Câmara de Jundiá (março de 1879 a março de 1883). Ata da 3a. sessão, de 29/12/1882, p. 83, verso: "Um ofício datado de 2 do corrente mês assinado por Joaquim Teixeira Carvalhosa e José Feliciano de Oliveira comunicando que tendo-lhes em vista organizar um gabinete de leitura nesta cidade, cujo progresso depende desta Câmara, solicitarão as obras existentes no Arquivo para fazerem parte do mesmo gabinete. Posto em discussão foi deferido respondendo-se os signatários do referido ofício pelas obras que recebessem da Câmara."
- (7) Na apresentação do primeiro número lê-se: "A Procelária não se destina a colégio de meninas, a conventos de freiras, pois quem se ofende com um termo escabroso, mas próprio em uma questão de fisiologia, quem se arrenega com uma descrição verdadeira, resalista, de coisas que se dão todos os dias, não compre, não leia (...) A Procelária não é uma folha pornográfica: longe disso. Entre o real e o pornográfico escancara-se um abismo" (Informação fornecida pelo prof. João Ribeiro Júnior).
- (8) Num relatório enviado ao Presidente da Província, que era então o Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, o Dr. Benevides mostra-se infeso ao sistema de aulas mistas: "Este sistema, diz ele, não está de acordo com os nossos costumes e tem acarretado dificuldades práticas para a boa ordem e disciplina escolar. Ademais ele é inconveniente mesmo para o ensino que, sob o ponto de vista do método, não pode ser identico para alunos de um e outro sexo, em razão da diversidade de seu desenvolvimento intelectual." (João RODRIGUES. Retrospecto, p. 130. Grifei).
- (9) Cf. José Feliciano de OLIVEIRA. O Ensino em São Paulo, pp. 26-28.
- (10) "Entretanto, certos fatores contribuíram para difundir a alfabetização, se não mesmo uma instrução compensadora. As tipografias da cidade tornavam possível a existência de cartilhas baratas. Uma lei provincial de março de 1874, tornando compulsória a educação para meninos de 7 a 14 anos e meninas de 7 a 11 em todas as cidades que tivessem escolas oficiais ou oficialmente subvencionadas. Em números redondos a taxa de alfabetização da cidade de São Paulo (para pessoas de mais de 6 anos) subiu de 5% (1836) para 30% (1872) e 45% (1887). A imigração estrangeira teve sua parte nessa ascensão." (Richard M. MORSE. Formação Histórica de São Paulo, p. 215).

(11) Na verdade havia o "Método João de Deus", que desde 1881 era usado para o ensino da língua portuguesa. Foi Silva Jardim o primeiro professor do Estado de São Paulo a utilizar esse método de palavração para o ensino da leitura. "João de Deus pretendia aperfeiçoar o estilo de seus discípulos, que a seu ver tinham uma linguagem cheia de vícios, e, para tanto propunha que as primeiras lições fossem apenas de conversa sobre objetos familiares aos alunos; a seguir, a formação de pequenas frases com as próprias palavras do livro de leitura adotado, que deveriam ser apenas insinuadas pelo professor, mas formuladas pelas crianças, para então depois passarem à descrição de objetos, narrações de casos, redação de cartas, etc. A fonologia deveria, pois, aparecer só após estas etapas terem sido cumpridas bem como todas as demais partes em que se divide a Gramática Portuguesa, no que Silva Jardim plenamente concordava, já que para ele a gramática era 'a linguagem falada em regra'" (Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI. Ação e Pensamento em Silva Jardim, p.22 (nota 5). José Feliciano usava este método em suas aulas, mas praticado à sua moda: "o aluno aprendia a ler em 24 lições" (O Ensino em São Paulo, p.31).

(12) "Os positivistas do Rio eram liderados pelo grupo da Escola Militar, de que faziam parte muitos filhos de famílias da pequena burguesia, e que constituía 'uma nova elite', de espírito talvez um pouco diferente daquele que era representado pelos bacharéis em leis, de Coimbra, do Recife, ou de São Paulo, onde recebia formação superior, grande parte dos filhos das famílias do patriciado rural" (João CRUZ COSTA. Contribuição à História das Ideias no Brasil, pp.144).

(13) "Era versão corrente que o Dr. Godofredo quebrava lanças em prol de alunos simpáticos ao seu credo filosófico. Contava-se mesmo, para prova disso, que em certo exame, não podendo evitar a reprovação de um desses alunos, o Dr. Godofredo Furtado chegara quebrar a pena para não assinar a respectiva ata." (João RODRIGUES, op.cit., p.131).

(14) Partido Republicano. Programa dos Candidatos, pp.19-20.

(15) Segundo Miguel Reale, em seu estudo "A Posição de Rui no Mundo da Filosofia": "Os mencionados Pafeceres aduzem exemplos e mais exemplos para evidenciar a necessidade e a exequibilidade do ensino positivo e integral desde a aula primária" (in Rui BARBOSA. Escritos e Discursos Seletos, p.827).

(16) José Feliciano de OLIVEIRA, op.cit. pp.30-31.

(17) Apud Casemiro REIS FILHO. A Educação e a Ilusão Liberal, p.34

(18) Ibidem, p.61 (grifei).

(19) José Feliciano de OLIVEIRA, op.cit. p.32.

(20) Ataliba de OLIVEIRA. "Dias Idos e Vividos" in Correio Paulistano, 18 de maio de 1940.

(21) João L. RODRIGUES. "Impressões de Alunos do Prof. José Feliciano de Oliveira na Escola Normal da Praça da República" in José Feliciano de OLIVEIRA, O Ensino. Notas Esparças, pp.37-38.

(22) Jorge NAGLE. "A Educação na Primeira República" in História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, III, 2, p. 279.

(23) José Feliciano de OLIVEIRA. Notas Camoneanas, pp. 8-9.

(24) Lázara Neves BRANCO. "Impressões dos alunos de José Feliciano na Escola Normal da Praça da República" in José Feliciano de OLIVEIRA, op. cit., pp. 41-42.

(25) José Feliciano de OLIVEIRA. O Ensino em São Paulo, pp. 52-53.

(26) In Dolores C.F. de OLIVEIRA. "Apresentação" ao livro de José Feliciano de OLIVEIRA, José Bonifácio e a Independência, p. 11

(27) José Feliciano sempre denunciou a guerra e os seus males. Para ele o ensino histórico "pautado segundo as guerras, os reinados e dominações conquistadoras" deveria ser eliminado do currículo escolar. "Evitemos na escola (...) o ensino que institui o prestígio da farda, das glórias guerreiras, do espírito militar, das lendas napoleônicas. Derroquemos o plinto histórico, ou de 'histórias' que sustenta falsidades de épocas artificiais, situações gloriosas e instituições nacionais que aparecem resultar de vitórias militares ou mesmo de conquistas abominadas (...) Consagremos nos livros escolares os elementos sãos da vida nacional. Mostremos sua evolução normal, e apareça a pátria vivendo realmente em sua expansão nativa. Os rezaentos, as perturbações das lutas, as guerras a seu tempo serão notadas, mas sem falsa idéia de que são tudo, de que são causa principal da vida, do eletivo, desenvolvimento de um povo." (Artigo no O Estado de São Paulo, de 1925, citado por Dolores de OLIVEIRA in "A Guerra, A Paz e o Ensino da História", apud José FELICIANO. O Ensino. Notas Reparsas, pp. 48-49).

(28) Em 1952, estando José Feliciano em São Paulo, O Estado de S. Paulo o celebra nestes termos: "Completa, hoje, 84 anos de idade, o professor José Feliciano de Oliveira, que durante largo tempo, ocupou, na Escola Normal de São Paulo, a cadeira de astronomia. Com tanto escrúpulo exercia as suas funções que à custa de sacrifícios, chegou a construir um pequeno observatório, nesta cidade, onde ministrava lições práticas a seus alunos. Apesar de tudo isso, um belo dia suprimiram-lhe a cadeira sem razões plausíveis. Deliberou ele, então, retirar-se para o estrangeiro, onde permaneceu cerca de quarenta anos. Homem de vasta e profunda cultura, o ilustre professor deixou a marca de sua passagem no ensino público de São Paulo, conquistando o respeito de todos os homens de estudo e a estima, senão mesmo a amizade carinhosa de todos os seus discípulos. Não tendo sido e não querendo ser outra coisa na vida senão professor, para cujas funções a natureza o dotou de predicados especiais, continuou, no estrangeiro, a doutrinar e a ensinar da maneira mais desinteressada, honrando lá fora a cultura brasileira. Positivista desde os verdes anos, grande parte dos seus trabalhos foi dedicada ao estudo, à explicação e à difusão da obra filosófica de Augusto Comte. Nesse particular fez cursos em Paris, que despertaram viva atenção e que constituem realmente contribuição preciosa para o conhecimento do positivismo. Dos mais antigos colaboradores desta folha, onde durante cerca de quarenta anos espalhou os

frutos do seu saber em artigos e ensaios sobre os mais variados assuntos, o eminente professor tem a sua vida intelectual intimamente ligada à vida deste jornal. É com satisfação por isso que registamos a passagem de seu aniversário e assinalamos com vivo prazer a circunstância de que em anos tão avançados a lucidez do seu espírito continua a ser a mesma e que a sua capacidade de trabalho não sofreu diminuição."

(29) "É mister não esquecer que, em carta a Hutton, Augusto Comte escrevia: 'não posso reconhecer como verdadeiros discípulos se não aqueles que, renunciando a fundar eles próprios uma síntese, consideram a que eu construí como essencialmente suficiente e radicalmente preferível a qualquer outra. O dever deles é então propagá-la e aplicá-la, sem pretender criticá-la, ou mesmo aperfeiçoá-la!'" (Miguel LEMOS. la. Circular Anual do Apostolado Positivista no Brasil, 2ed., 1900).

(30) "Sem esses positivistas independentes (muitos dos quais ingressaram no magistério superior e secundário, militaram na imprensa, participaram do Governo Provisório, da constituinte e das assembleias e governos estaduais, além de ocuparem importantes postos no Exército e na Marinha, no alto funcionalismo, na diplomacia e na magistratura) quase nula teria sido a influência política do Apostolado, frequentemente envolvido em problemas de ortodoxia e cerimônias litúrgicas, assim como se foi tornando imperceptível, em nosso cenário cívico, depois de escassearem entre nós os discípulos de Comte alheios ao grêmio de Miguel Lemos e Teixeira Mendes" (Ivan LINS. História do Positivismo no Brasil, p. 432).

(31) Cf. João RIBEIRO JÚNIOR, op. cit., pp. 145 a 148.

(32) Cf. Ibidem.

(33) "Foram Teixeira Mendes e Miguel Lemos homens de inatacável integridade moral, de alto valor intelectual e de extensa cultura. São qualidades que ninguém lhes poderá negar e que impõem o respeito à sua memória. Pela sua intransigência e intolerância, que atingia as raízes do fanatismo, porém, mais prejudicaram do que serviram a causa do mestre de que se intitulavam os apóstolos. E pelo seu exclusivismo, pelas extravagâncias, exageros e peculiaridades, algumas quase pueris, em que incorreram e de que cercaram a sua Religião da Humanidade, tornaram o positivismo ortodoxo, de que eram os expoentes máximos, algo da irreverência pejorativa do público. Incidiram no ridículo. E também no Brasil nada mata mais e mais de pressa do que o ridículo!" (Vicaldo COARACY. Todos contam sua vida Memórias de infância e adolescência, p. 282). Grifei.

CAPÍTULO II

A ÉTICA POSITIVISTA E A IDEIA DE EDUCAÇÃO EM JOSÉ FELICIANO

1. A ética positivista

O Positivismo assumiu para si uma árdua tarefa: quis dar à educação um fundamento e um conteúdo ético que pudesse ser aceito por todos sem ofender a consciência de ninguém e que tivesse fundamentos nas exigências psicológicas e sociais direta e positivamente seguras, quer da criança quer da sociedade. Só assim, pensava Augusto Comte, poder-se-ia acabar com a "crise política e moral da sociedade".

"A crise política e moral da sociedade - escreve Comte - deriva, em última análise, da anarquia intelectual. Nosso mal mais grave consiste, com e feito, naquela profunda divergência que existe a gora em nossos espíritos, com relação a todas as máximas fundamentais, cuja estabilidade é a primeira condição de uma verdadeira ordem social. Enquanto as inteligências individuais não adquirirem um mínimo de idéias gerais, capazes de formar uma doutrina social comum, o estado das nações seguirá sendo por necessidade essencial - mente revolucionário e não terá, realmente, senão

soluções provisórias. É igualmente certo que essa união dos espíritos em uma mesma comunhão de princípios pode obter-se, por fim, que as insti- tuições convenientes, derivarão necessariamente, sem dar lugar a alguma forte comoção, sendo dissipada a maior desordem só por este fato."¹

Assim, o aperfeiçoamento moral acima de tudo e depois a con- quista de sólidos conhecimentos, que sistematizem o trabalho intelectual, é a preocupação constante da ética positivista.

Para o Positivismo, quando nossa inteligência estuda as leis abstratas,² que presidem a todos os acontecimentos, está adquirindo os elementos necessários para poder realizar previsões que permitam guiar a ação: "Saber para prever a fim de prover". A ação se exerce, entretanto, modificando os seres de acordo com nossas ne- cessidades.

Como de todos os seres o mais complexo, o mais difícil de modificar é o ser humano, principalmente se apreciado em sua tríplici- ce natureza moral - afetiva, intelectual e prática - todos os outros seres tornam-se menos importantes, e ao ser humano subordinados, a ele referidos, constituindo apenas elementos de aperfeiçoamento da- quele.

Destarte, segundo Augusto Comte, na escala abstrata, da mesma forma, onde estudamos os fenômenos independentemente dos seres, a fim de melhor apreciar as relações gerais, deve ser guardada também a mesma ordem de subordinação de todos os conhecimentos aos da natureza humana. É esta que, segundo ele, devemos conhecer da melhor for- ma possível de modo a aperfeiçoarmos cada vez mais nossa natureza já em si tão complexa e imperfeita.

Os estudos abstratos anteriores aos da Moral, desde os da Matemática até aos da Sociologia, não constituem, portanto, sob este aspecto principal, senão degraus para o conhecimento e o aperfeiço- mento da natureza humana.

O estudo das leis abstratas do Mundo e do Homem, de acordo com o Positivismo, tem, pois, dupla finalidade: uma secundária, a de

servir de base à modificação direta e sistemática dos seres correspondentes; outra, principal, a de formar a extensa escala abstrata por meio da qual subimos da apreciação das relações mais simples e mais gerais da Matemática até as mais nobres, mais importantes e mais complexas, aquelas que nos dão a conhecer o homem sob os três aspectos: afetivo, mental e ativo.

Para a ética positivista é somente do estudo cuidadoso dos difíceis e complexos problemas da existência humana, individual e coletiva, que pode resultar o aperfeiçoamento da existência humana e consequentemente a melhoria das condições de vida.

Partindo da visão de que a sociedade humana ainda atravessa uma fase de anarquia, mental e moral, intensa, que domina todas as classes, todos os povos, impedindo a convergência de esforços, a colaboração fraternal e pacífica de todos os homens, - a ética positivista prega a ordem, o progresso, a paz, o amor, a fraternidade, a harmonia plena em todas as instituições sociais.

2. A Educação na visão de José Feliciano

Sentindo que estava vivendo num contexto de anarquia intelectual, José Feliciano volta-se para os ensinamentos de Comte, cuja filosofia pretendia que o espírito humano deve renunciar a conhecer a natureza das coisas e contentar-se com as verdades tiradas da observação e da experiência dos fenômenos,³ e se preocupa em difundir a educação integral, enciclopédica positivista, para se atingir "a maturidade positiva de um governo sociológico e moral",⁴ acabando de vez com a "alternância anarquizante de experiências governamentais".⁵

Assim, entendendo com Augusto Comte que só a Filosofia Positiva poderia cessar com a anarquia e a dispersão da inteligência; pois, segundo Comte, a propriedade intelectual do estado positivo consiste, precisamente na capacidade espontânea para determinar e manter uma total coerência mental, que não se consegue, em um grau semelhante, nos espíritos mais avançados e melhor organizados,⁶ - afirma José Feliciano que a Humanidade não poderia desenvolver-se senão por cooperação crescente,⁷ condição indispensável para a consecução

não só dos interesses gerais como dos particulares.

Convém chamar a atenção para a ressalva que Augusto Comte faz sobre o significado da palavra Humanidade (conjunto dos seres humanos passados, futuros e presentes):

"Conjunto indica-vos bastante que não se deve compreender aí todos os homens, mas só aqueles que são realmente assimiláveis, por efeito de uma verdadeira cooperação na existência comum. A espécie humana não é, portanto, a Humanidade. Posto que todos nasçam necessariamente filhos da Humanidade, nem todos se tornam seus servidores, e muitos permanecem no estado parasitário que só foi desculpável durante a sua educação!"⁸

A "cooperação", contudo, depende dos "sentimentos altruístas", que estruturam e fortificam, progressivamente, as relações individuais para a obtenção do fim comum.

Ao aceitar que os homens seguem na conduta a direção que lhes é indicado pelo "instinto de sociabilidade", e não pelo útil, José Feliciano afasta-se do utilitarismo, de modo que sua ideologia humanista não encobre uma tendência utilitarista. Daí afirmar que:

"O fim da educação regular (sistemizada) é, pois, predispor à vida social um ser espontaneamente propenso a viver egoísta. A educação deve habilitá-lo com as impulsões, com as tradições e ensinamentos do Passado para bem servir a geração atual e as gerações vindouras, onde seu nome viverá, para ainda reviver como exemplo a novas, sucessivas gerações!"⁹

Tal é o objetivo da educação positivista na visão de José Feliciano. É a incorporação sistemática do humano no homem ao mesmo tempo que é uma integração do homem no humano. Entre o homem e o humano um intermediário é necessário, o educador.

Estritamente falando, o indivíduo deve participar do pro-

cesso educacional, levando avante o que os outros pensaram antes dele. Encontra-se dentro de uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriados, ou procura aperfeiçoar mais ainda os modos de reação herdados ou substituí-los por outros, para enfrentar com armas mais adequadas as novas dificuldades provenientes das variações e mudanças da situação. Cada indivíduo é, pois, num duplo sentido predeterminado pelo fato de se ter criado dentro de uma sociedade: por um lado, já encontra uma situação definida e, por outro lado, encontra, dentro dessa situação, padrões de comportamento e de pensamento estabelecidos.

Portanto, o problema básico da educação, para José Feliciano, é o problema da vida humana, ou seja, dentro da concepção positivista, a subordinação do egoísmo ao altruísmo. Esse desiderato só será alcançado "pela reação da sociedade sobre o indivíduo, pela influência da vida coletiva sobre a vida individual."¹⁰ Em outros termos, a sociedade terá sempre que influir no educando.

Alegando que ainda não prepondera um sistema educativo que ligue a Família à Sociedade, que vise sempre o serviço social na educação do indivíduo, e que "nesses encontros ou reencontros, nos contatos sociais, nas influências recíprocas que nós exercemos, nossos pendores egoístas provocam antagonismos individuais que tendem a neutralizá-los,"¹¹ José Feliciano entende que a educação deve ter por fim sistematizar essa reação geral da sociedade sobre a vida individual, preparando especialmente a conduta do indivíduo. Toda dificuldade educativa está, para ele, em vencer a preponderância dos instintos inferiores.

Demonstra, assim, a necessidade social de uma educação positiva, sistemática, a fim de preparar o indivíduo como cidadão consciente. Indivíduo que se acha intimamente ligado à família, que por sua vez se liga à pátria e, por esta, à Humanidade, que o completa coletivamente.¹²

Deste modo, passando da educação espontânea à educação sistemática, a educação positiva institui a unidade real (cidadão consciente, filho de uma família, célula elementar da sociedade, e unido

à Humanidade), ensinando a "viver para outrem"¹³ Destinada a adaptar o indivíduo ao serviço contínuo da Humanidade, a educação permanece sempre moral, mesmo tornando-se intelectual. José Feliciano jamais coloca em dúvida que a Humanidade seja ideal ético por sua própria natureza, ainda que não seja a própria eticidade numa maneira essencial de se exprimir. Pois que a idéia de Humanidade, para ele, é a própria idéia de valor ético.

Fundada sobre a existência natural das tendências simpáticas, a educação positiva subordina os instintos pessoais do indivíduo, durante a idade onde a preponderância espontânea delas se encontra muito contida, segundo a interseção providencial que dispensa o indivíduo de atividade.

Só assim, entende José Feliciano,

"o cidadão poderá tornar-se uma personalidade, uma personificação de forças sociais, governada pelos assentados mortos e servindo os nutantes vindouros. (...) Esse homem se evolverá coletivamente, ligado à família pelo sentimento, à pátria pela atividade e a um grêmio espiritual, religioso pela inteligência. Sua evolução espiritual é inseparável da evolução total da espécie. Não há evolução individual, sobretudo na ordem intelectual e moral, que não se inspire na evolução geral da Humanidade. Só esta é real, na evolução da espécie. O homem propriamente dito, o indivíduo, na sociologia, é uma abstração. Toda noção individual de aperfeiçoamento, direitos ou deveres falha, se se destaca, ou se isola, da evolução total. Não há indicações e leis de evolução individual, ou hauridas num 'Eu' abstrato, que sejam reais e completas, quando não se manifestar no direto estudo da espécie humana. (...) O indivíduo, feito personalidade social, condensa o feixe de forças sociais que nele concorrem."¹⁴

É partindo dessas premissas que ele irá dar ênfase especial ao altruismo, isto é, o predomínio das inclinações sociais sobre as inclinações egoísticas, pois concebe a dignidade humana como superioridade moral, que se adquire procurando o bem alheio. Essa moral positivista aplicada à educação reconhece implícita em si um idealismo ético, como também aceita a sua afirmação tradicionalista, não contrapondo uma moral de todo diversa.

É, pois, com os dados da Filosofia Positiva que José Feliciano chega ao princípio da idealidade antiegoística das ações humanas, ou seja, à afirmação da moralidade que, segundo Comte, afirma a preponderância do sentimento sobre a inteligência na formação da moral altruística. Em outros termos, pode-se dizer que o Positivismo salva cientificamente a moralidade através da educação.

Como se vê, a sua preocupação é demonstrar que os princípios fundamentais positivistas têm um valor não somente dogmático como também de fato e de experiência, radicados no que a ordem social tem de mais essencial.

Destarte, as exigências do espírito não são separadas, diversas da realidade da vida social; pelo contrário, aparecem como a sua verificação completa, sem a qual e fora da qual não teriam nenhum valor, senão de abstrações dogmáticas e arbitrárias.

Em suma, José Feliciano segue a orientação de Augusto Comte, que consiste em querer formar uma consciência moral e social que, des das bases, pudesse ser inspiradora de todos os idealismos humanos. Onde afirmar que a arte de educar faz parte da moral, é a sua parte prática:

"é a resultante final de todo o ensino científico. Instituído o conhecimento e o aperfeiçoamento da natureza humana, - a arte de educar repousa nas demais ciências, que nos fazem conhecer os meios: o meio social, o vital, o terrestre ou cósmico, - onde essa natureza aparece e vive; onde ela se evolve e se educa realmente. A educação (...) começa realmente, deve começar da concepção - que digo? - da esco-

lha dos germens, da boa escolha dos progenitores, como fazem com certas raças animais. A educação humana é diretamente biológica, é físico-moral antes de tudo. Que o digam em particular os eugénistas ou eugênicos(...) O que chamam psicologia educativa, ética ou moral, - se quiser tratar da realidade humana, - que é social, biológica, físico-química, luni-solar ou planetária, - há de obedecer a essa dependência fatal e deve preparar-se nas ciências, que a condicionam."¹⁵

E que a educação é sobretudo

"dispor a viver para outrem, a fim de viver em outrem por outrem, um ente muito de seu propenso a viver para si e consigo. Não pode haver mais levantada concepção da tarefa educativa; não se pode imaginar modo melhor de sintetizar numa definição lata e compreensiva todo um mundo de idéias regeneradoras, de fins nobilíssimos, de intentos humanamente bons e santos."¹⁶

Assim, para José Feliciano, a educação pode ser considerada como o cultivo da urbanidade, isto é, o cultivo da aptidão de viver em solidariedade com os demais cidadãos. Daí resulta que tal solidariedade, que objetiva a Ordem e o Progresso, só poderá se dar tendo-se em vista a formação integral do homem.

Esta colocação põe em relevo importantes conceitos de Augusto Comte, como a Ordem, o Progresso e a Solidariedade, usados à sociedade por José Feliciano, que merecem uma explicação mais detalhada.

Comte, partindo da idéia de que a natureza humana evolui segundo leis históricas, embora em si mesma não ocorra nenhuma transformação, isto é, existe uma base perene no homem frente ao elemento cambiante da sociedade, divide o estudo da estrutura social em dois campos principais: o estudo da ordem social, que ele denomina está-

tica social, e o estudo da evolução da sociedade, que recebe o nome de dinâmica social. Enquanto a estática estuda o consenso (a solidariedade), o organismo social em suas relações com as condições de existência, traçando a teoria da Ordem; a dinâmica parte do conjunto para as particularidades, e determina o Progresso geral da Humanidade. O que poderia conciliar a Ordem e o Progresso pela sua capacidade de generalização? A Filosofia Positiva, responde Comte. Só ela pode realizar a harmonia entre a existência e o movimento, resultando na organização da vida. O termo mais apropriado é Solidariedade, que, segundo Comte, é natural na própria vida humana. É uma característica da vida humana que os homens sigam na conduta a direção que lhes é indicada pelo "instinto de sociabilidade", que não só determina inicialmente a convivência, como dá lugar, no seu mais alto desenvolvimento, ao amor da Humanidade, por meio do qual o homem atinge a sua máxima expansão sentimental, e, ao mesmo tempo, satisfaz a necessidade do eterno no que nele, com a Humanidade, continua eternamente, indefinidamente.

Para o Positivismo, portanto, a Ordem constitui sempre a condição fundamental do Progresso; e reciprocamente, o Progresso é o objetivo necessário da Ordem. Como na mecânica animal, são mutuamente indispensáveis o equilíbrio (a Ordem) e a progresso (o Progresso), um como fundamento e a outra como destino. Já não se pode separar a Ordem das especulações positivas, realizando ligações entre as observações, e consequentemente, atingindo a sistematização. A multidão de homens deve ser traduzida, após isto, como um homem só, nos termos de Pascal. O Progresso aparece como unívoco, dessa maneira melhorando a condição e a natureza do humano.¹⁷

Deve-se atentar que para o Positivismo, não somente o estudo especial das generalidades científicas é destinado a reorganizar a educação, mas que também deve contribuir para o Progresso. O Progresso é o verdadeiro dogma da doutrina positivista. Assim, se atinge eficazmente o mundo pela explicação da intervenção racional coordenando os fenômenos humanos individuais ou coletivos por serem os mais modificáveis de todos. A adoção do dogma do Progresso não se faz sem filosofia porque exige exata apreciação geral dos

melhoramentos contínuos "de nossa própria natureza, principal objeto da progresso humana,"¹⁸ como bem compreendeu José Feliciano.

Foi com este conceito de educação, que José Feliciano preocupou-se em substituir o ensino profissional "lacunoso", pelo ensino integral, enciclopédico positivista.

Mas, que vem a ser o ensino integral, enciclopédico? É isto que iremos ver no próximo capítulo.

Notas

(1) Augusto COMTE. Cours de Philosophie Positive, vol. II, p. 27.

(2) Ensina Comte que as leis ou relações abstratas, quer indutivas ou de semelhança, quer dedutivas ou de sucessão, constituem a base de todas as nossas previsões e são as únicas que comporta a nossa organização intelectual. Para ele, a fraqueza de nossa inteligência não nos permite resolver diretamente os casos concretos e, por meio deles, realizar previsões que possam facilitar nossa ação. Temos, por isso, que nos limitar a previsões gerais, baseadas no conhecimento abstrato, e procurar depois a conciliação, em cada caso concreto, com as circunstâncias especiais que o envolvem. A construção das teorias, a determinação da constância no meio da variedade para a indução e a dedução das leis respectivas, exige, segundo Comte, como fundamento, o trabalho intelectual de coordenação dos fenômenos independentemente dos seres, isto é, o trabalho de abstração. (Cf. Synthèse Subjective, p. 25).

(3) "No estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a indagar a origem e o destino do universo, e a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para se consagrar unicamente a descobrir pelo uso bem combinado do raciocínio e da observação, as suas leis efetivas, isto é, as suas relações invariáveis de sucessão e de semelhança." (Idem. Cours de Philosophie Positive, vol. I, p. 9).

(4) José Feliciano de OLIVEIRA. "Experiências Governamentais Frustrâneas (A noção sociológica do indivíduo, sem Eus teratológicos)" in O Estado de São Paulo, 25/04/1937; revisto e com uma conclusão in Os Pais da República e seus Primeiros Dias, p. 265.

(5) Ibidem.

(6) Cf. Augusto COMTE, Cours..., vol. VI, p. 518.

(7) Cf. Idem. Catecismo Positivista, p. 249: "Com efeito, as necessidades contínuas oriundas de nossa constituição corporal impõem à Humanidade uma atividade material que domina o conjunto de sua existência. Não podendo desenvolver-se senão por uma cooperação crescente, essa atividade, principal estimulante de nossa inteligência, fornece sobretudo à nossa sociabilidade sua mais poderosa excitação" (grifei).

- (8) Ibidem, pp. 60-72, e ainda Synthèse Subjective, vol. I, p. 352 (grifei).
- (9) José Feliciano de OLIVEIRA. A Educação e a Urbanidade, p. 20.
- (10) Ibidem, pp. 20-21.
- (11) Ibidem, p. 22.
- (12) Idem. "Experiências Governamentais Frustrâneas", op.cit., p. 266.
- (13) "O positivismo, reduzindo toda a moral humana a viver para outrem, limita-se realmente a sistematizar o instinto universal, de pois de ter erguido o espírito teórico até o ponto de vista social, inacessível às sínteses teológicas e metafísicas" (Augusto COMTE. Catecismo Positivista, p. 325) (grifado no texto).
- (14) José Feliciano de OLIVEIRA. "Experiências Governamentais Frustrâneas", op.cit., p. 267.
- (15) Idem. O Ensino em São Paulo, pp. 60-61. Quanto a eugenia, ensina Augusto Comte que "destinada a instituir os meios mais próprios para o aperfeiçoamento da sua natureza, adaptando-o cada vez mais a viver na coletividade em que surge, a cultura integral do homem há de remontar até à sua concepção, em virtude das íntimas reações que da mãe recebe a criança durante a gestação." (Cours de Philosophie Politique, vol. IV, pp. 318-319; Correspondance Inédite, vol. II, pp. 131 e 133; e Lettres à divers, pp. 435/437.).
- (16) José Feliciano de OLIVEIRA. O Novo Regime, p. 57 (grifei).
- (17) Cf. Augusto COMTE. Cours... vol. IV, pp. 430 e segts; Système de Politique Positive, vol. II, pp. 3 a 24; Discurso sobre o Espírito Positivo, pp. 67-69.
- (18) Idem. Discurso sobre o Espírito Positivo, p. 71.

CAPÍTULO III

O ENSINO POSITIVISTA DE JOSÉ FELICIANO

1. Aspectos gerais do ensino positivista

O caráter fundamental do ensino positivista é considerar como absolutamente inacessível e vazia de sentido a investigação das causas, quer primeiras, quer finais. Este ensino não pretende expor as causas geradoras dos fenômenos, pois com isso apenas recuaria a dificuldade; assim pretende simplesmente analisar com exatidão as circunstâncias da sua produção, e ligá-las umas às outras por relações de sucessão e de semelhança.

Para o Positivismo, a educação resume-se no ensino integral, enciclopédico, sem teologismo nem metafísica. Tal supõe a subordinação do espírito de detalhe ao de conjunto, da análise à síntese, do progresso à ordem, do egoísmo ao altruísmo.

O Positivismo não representa estritamente a realidade objetiva do mundo, mas a idéia analítica que faz nosso entendimento, a coordenação de suas concepções, e sua unidade, toda lógica, não existe absolutamente fora, e ele tira de si mesmo, os processos e meios desta construção.

O estudo positivo do mundo e do homem surge naturalmente da contemplação da ordem física, a mais simples e independente do domínio moral, que é o seu objetivo mais importante; porém, somente muito mais tarde sistematizado. A unidade do sistema só se pode estabelecer pela ligação dos dois domínios extremos, o que foi ob

tido por meio do domínio social, cuja constituição está essencialmente caracterizada pelas leis intelectuais. Há, portanto, três tipos de leis abstratas: físicas, intelectuais ou lógicas e morais. As primeiras relativas à existência material, as segundas compreendem as disposições fundamentais e os processos essenciais do entendimento; em fim as últimas são relativas à moral.¹

2. As concepções teóricas e práticas de José Feliciano sobre o ensino.

Como já fiz notar, José Feliciano inovou o método pedagógico da época em relação ao ensino de português e de latim, bem como o de astronomia.² Vejamos, agora, como ele, no conjunto geral das concepções humanas, dividido entre os dois domínios, prático e teórico, fazia a apreciação dos seres ou dos acontecimentos, segundo o Positivismo.

De acordo com José Feliciano,³ nossa inteligência procura, no conhecimento da realidade objetiva, colher os elementos necessários à ação modificadora. De dois modos, em geral, podem ser obtidos pela inteligência os esclarecimentos: contemplando os seres ou os acontecimentos. No primeiro caso, quando contempla diretamente os se res, tais como a realidade permite apreciá-los, revelados por um con junto de fenômenos ou acontecimentos que os caracteriza, está a nos sa inteligência armazenando dados para o conhecimento direto da - queles seres contemplados. Quando, ao contrário, um único fenômeno, uma propriedade, um acontecimento é apreciado independentemente dos seres concretos em que se apresenta, quando nossa inteligência, por um esforço interior, subjetivo, separa o fenômeno estudado, retirando-o de diversos seres para melhor examiná-lo e verifica as relações constantes que existem, está procedendo a um trabalho de abs-tração.

Assim, ao abordar, por exemplo, na física, o estudo da teoria do calor, José Feliciano transmite aos seus alunos o conhecimento de uma série de leis abstratas, entre as quais a que se refere à dilatação dos gases, descoberta por Gay-Lussac, e que ensina terem

todos os gases, sob pressão constante, um mesmo coeficiente de dilatação. E ele explica que o estabelecimento desta lei resultou da apreciação primeiro concreta de todos os gases, depois a separação abstrata de uma única qualidade, aquela que devia ser estudada, a da dilatação. Isto porque é primeiro o conhecimento dos seres gasosos que adquirimos através de suas propriedades, do conjunto dos fenômenos físicos e químicos por meio dos quais distinguimos esses corpos. Depois um trabalho interior subjetivo, do nosso cérebro, separa dos seres concretos o fenômeno que está preocupando nossa atenção, que é no caso figurado, o fenômeno da dilatação.

Esse fenômeno, explica, é um dos que caracterizam os gases, mas não existe em si separadamente do conjunto das outras propriedades, pelas quais fazemos idéia dos corpos gasosos. No nosso cérebro, entretanto, separamos essa qualidade para melhor estudá-la sem as perturbações que possam trazer as outras propriedades. Assim, ele demonstra que se pode analisar e comparar as dilatações dos gases e chegar ao conhecimento da lei que regula esse fenômeno.

Da mesma forma, ensina José Feliciano, em qualquer outro do mínio, sempre que queremos estudar cientificamente um fenômeno pa ra conhecer as leis abstratas que permitem a previsão dos acontecimentos, devemos agir por abstração, considerando o fenômeno a estudar como o único existente e supondo desaparecidos todos os outros.

No domínio prático, porém, esclarece, na modificação dos seres de acordo com as necessidades humanas, temos que prever os acontecimentos, conforme as relações abstratas conhecidas, considerando, entretanto, os coeficientes práticos referentes às influências mútuas de uns fenômenos sobre outros.

Para José Feliciano, como na Física, também na Moral temos de abstrair para estabelecer as leis teóricas que permitem a previsão dos acontecimentos, embora na ciência final convirjam a teoria e a prática, pois a principal finalidade dos estudos científicos - segundo ele, seguidor fiel de Comte - é o conhecimento de nossa alma, para aperfeiçoá-la.

As duas formas pelas quais a inteligência procura os meios de esclarecer a atividade estão, pois, de acordo com ele, ligadas à apreciação dos fenômenos ou à dos seres, donde resulta a separação entre a teoria e a prática.

Assim, no domínio prático o ser é examinado em toda a sua complexidade e os esclarecimentos obtidos vão servir diretamente à ação. No teórico, ao contrário, os dados obtidos, mais precisos e sistemáticos, servem de base à previsão e aplicam-se em geral a to dos os casos semelhantes.

Na prática, segundo José Feliciano, realizamos a especialização, o empirismo, a ação direta, o conhecimento dos seres em toda a sua complexidade; na teoria, a generalização, a sistematização, o estabelecimento de relações constantes que permitem uma previsão segura. No primeiro, o domínio direto da atividade é que prevalece sobre a inteligência; no segundo esta encontra seu maior desenvolvimento.

A separação entre os dois domínios - teórico e prático ou abstrato e concreto - corresponde à primeira grande divisão do conjunto geral das concepções humanas segundo Augusto Comte, a quem José Feliciano acompanha integralmente.

3. O ensino integral ou enciclopédico

Partindo das premissas acima, e procurando na ciência os elementos fundamentais de esclarecimento intelectual para melhor apreciação do mundo, isto é, do meio material em que vivemos, e do homem, em suas existências coletiva e individual, - José Feliciano entende que o ensino integral, enciclopédico

"deve consistir, antes de tudo, na universalidade da função educativa aplicada a todas as faculdades humanas em evolução."⁴

E esclarece que não se trata do enciclopédismo de noções elementares, secundárias, superiores de ciências mal concatenadas e expostas em diversas disciplinas, por diversos métodos, com doutrinas contraditórias. Isto seria para ele

"o caos integral de um ensino exaustivo em que supõe um aluno capaz de aprender o que só muitos professores coligados são capazes de lhe ensinar ou de lhe atochar indigestamente, desordenadamente."⁵

Em suma, de acordo com José Feliciano, o ensino integral não é nem cultura enciclopédica, nem uma seleção artificial das mentes, senão o desenvolvimento metódico de todos os poderes ou faculdades da pessoa através da universalidade das ciências classificadas e arrumadas em uma hierarquia, tendo por mira um emprego didático positivista.

Acompanhando Augusto Comte, ele entende que o fundamento próprio do estado positivo do espírito humano, o caráter essencial da mentalidade positiva, é afastar tudo que venha da imaginação na explicação das coisas e só proceder por constatação real, por observação; e eliminar todas as suposições indemonstráveis e inverificáveis, e se limitar a observar e constatar relações naturais. É, ainda, desde que os seres sejam enumerados em seu conjunto e conhecidos sob o aspecto concreto, investigar as propriedades que eles possuem e estudar cada uma delas, abstração feita de qualquer outra e do corpo onde ela se observa.⁶

Donde ele ser contrário ao ensino especializado, "o ensino profissional, lacunoso quanto às vistas gerais e desenvolvido quanto aos aspectos casuísticos."⁷ Mas, também, não deseja que o professor ensine tudo, seguidamente, a alunos que tudo aprendem, pois, segundo ele, estes revoltar-se-ão contra os mestres "parciais". Este tipo de ensino enciclopédico, dividido em várias disciplinas, com vários métodos é "pernicioso, destruidor da integridade cerebral dos alunos."⁸

José Feliciano distingue a idéia do todo e das partes, dando-nos uma categoria de muita importância, a qual pode ser considerada como a de unidade do ensino. Assim, ele chama de educação integral a forma pela qual o educador faz uso de círculo perfeito de conhecimento, ainda que, a fim de que seu plano possa ser levado a

cabo, tem que omitir uma grande quantidade de detalhes. Seu órgão é o todo completo, apesar de que faça uso desse todo com um conteúdo incompleto, ainda que representativo. Neste caso, não há nenhuma antítese substantiva como em outras categorias.

A educação contra a qual ele se coloca é a educação seccionada, especializada, equivalente a não-integral. O educador por seções é a pessoa que escolhe as partes do conjunto do conhecimento que considera mais adequado para o educando, e se confia à suas próprias capacidades para completar o conhecimento resultante, sem lacunas demasiado manifestas.

A educação integral adquire às vezes como característica a unidade da mente, em lugar da unidade do conhecimento. A verdadeira educação integral deve incluir ambas unidades em um todo completo, como ensina José Feliciano:

"Integral ou enciclopédica, a educação é sempre una é humana(...). A educação humana deve ser integral, para que não se torne um polimento singular de facetas, que brilham enganadoramente. Um homem não está educado só porque é visto com o polido aspecto de uma faceta única, exageradamente brilhante. O teatro geral da vida exige movimentos complexos, em que precisa voltar-se o homem, mostrando-se em todas as fases. Ninguém nasce mais para ser rei somente ou para ser fidalgo, herdeiro, morgado. mofento, espelho de virtudes ou de vícios avoengos. Hoje somos o que a educação nos faz, o que nos faz um viver social, um mérito esforçado, que assenta em outras heranças mais seletivas, mais ao alcance da robustez humana."⁹

E acrescenta mais adiante:

"A educação integral tem, pois, raízes mais fundas e exige mesmo que se estendam à espécie humana os minuciosos cuidados com que já selecionamos

ou cruzamos as raças animais. Todos os professores sabemos quantos aborridos labores nos custam certos apoucados ou degenerantes frutos de infelizes pais...Esses casos anômalos estão já pedindo um separado ensino, que melhor os corrija, sem danificar os bons..."¹⁰

A educação integral deve, pois, caracterizar-se pela unidade de finalidade ou de propósitos, e deve ser coerente em todas as suas partes, considerada em seu conjunto e em cada uma de suas partes, tomadas isoladamente. Seu ideal será um conhecimento que é universal em seu conteúdo e em sua aplicação, ou seja, que deve compreender todo o conhecimento, e que esse conhecimento deve ser comunicado de tal maneira, que impressione todas as mentes. Deve ser universal em todo o sentido da palavra.

Dáí enfatizar José Feliciano:

"O enciclopedismo pode ser praticado em termos, em graus, sem a subdivisão do ensino, sem mestres isolados para matérias únicas. Cada cérebro que aprende precisa haurir o saber de uma só fonte, de um mestre só. É um cérebro só que em nós aprende; porque multiplicar os sapientes cérebros que nos ensinam? Como supor maior capacidade no aluno e no mestre menor força mental, menor soma de saber efetivo?"¹¹

Assim, para se atingir o verdadeiro ensino integral, enciclopédico, é necessário exercer todas as faculdades humanas em evolução em cada fase do desenvolvimento educativo, e dar-lhes, definitivamente, o que de necessário nessa fase lhes pertence.

Ao proclamar a unidade da inteligência e a unidade de conhecimento, José Feliciano pretende demonstrar que toda verdadeira educação deve ser integral e que deve abster-se de dividir, fragmentar o que a natureza fez uno e indivisível.¹²

Partindo do princípio de que só as ciências exatas podem dar a base da educação enciclopédica, ele - na esteira de Augusto

Comte - classifica as ciências, baseando-se na ordem lógica e cronológica,¹³ onde cada ciência deve ser estudada ao grau necessário para se chegar a seguinte até se atingir à Moral, que é a principal. Nesta se passa naturalmente da teoria para a prática, quando, depois de estudar a natureza humana, na Moral teórica, estabelece-se o seu aperfeiçoamento na Moral prática, elaborando-se o sistema geral da educação enciclopédica ou integral.

4. Considerações fundamentais sobre a classificação das Ciências para o ensino enciclopédica, integral

José Feliciano, como vimos, segue a concepção geral do mundo e do homem, pelo conhecimento das leis imutáveis, que regem os fenômenos de todas as categorias. Em sua idéia de educação integral, ele não cogita das causas primárias ou finais, nem da natureza íntima dos fenômenos, porque, para ele, tais indagações são inaceitáveis e ociosas, como propunha Comte. Nunca se explica porque, apenas se constata como as coisas passam. As leis exprimem relações constantes de dependência entre fenômenos que variam de intensidade.

Para José Feliciano, acompanhando Comte, a ciência é abstrata, criando a Teoria, e a Arte é concreta, dirigindo a Prática. O domínio da ciência compreende a Filosofia Primeira e a Filosofia Segunda, e o domínio da arte constitui a Filosofia Terceira.

Assim, meditando sobre a epistemologia comteana, que se apoia nas leis estáticas e dinâmicas,¹⁴ que presidem à elaboração e à coordenação das idéias, José Feliciano explica que a classificação das ciências positivas baseia-se nos três pontos que constituem a Filosofia Positiva,¹⁵ que se desdobra nos três tipos de Filosofias a cima citadas; todas convergentes para o mesmo objetivo final, isto é, a melhoria do homem e das condições de existência da Humanidade.¹⁶

O primeiro dos três pontos é a hierarquia das ciências, que nos aparecem divididas em três grupos correspondentes ao conjunto que denominamos natureza: o grupo matemático-físico, isto é, o grupo das propriedades ou forças físicas com suas condições numéricas, geográficas e mecânicas; o grupo químico, com suas ações a exercerem-

se molecularmente; e o grupo orgânico, com suas propriedades vitais. Este último supõe os dois primeiros; o grupo químico supõe o grupo físico, e só este não supõe nenhum outro. Neste agrupamento somente figuram forças ou propriedades.

O segundo ponto essencial da Filosofia Positiva consiste em separar o abstrato do concreto; as ciências concretas dependem das abstrações, e não estas daquelas. O domínio das ciências independentes é o abstrato das ciências dependentes, o concreto.

O terceiro ponto essencial é que as ciências, à proporção que se tornam positivas, hão de renunciar a qualquer investigação acerca da essência das coisas, das causas primárias e finais; isto é, do que a metafísica chama absoluto; e sendo a Filosofia Positiva filha das ciências, tem de renunciar como estas à mesma investigação, pois a ciência humana nada mais é que o estudo das forças que pertencem a matéria e das leis que regem tais forças.

Isto posto, José Feliciano apresenta, no quadro dos princípios universais, sobre os quais repousa todo o saber positivo, a Filosofia Primeira, que permite-nos conhecer o modo pelo qual se formam as leis. Ela institui uma série de princípios elementares, de princípios fundamentais que nos dizem como nasce, como se elabora, como se desenvolve cada lei, cada teoria de qualquer das categorias científicas. Esta Filosofia trata das quinze leis gerais, comuns a todos os fenômenos. Leis que partem do espírito humano e se estendem aos fenômenos cosmológicos e leis que partem da cosmologia e se estendem ao entendimento humano, desde que se reconheceu a identidade entre a matéria viva e a não viva.

As quinze leis da Filosofia Primeira foram distribuídas por Comte, em três grupos, procurando harmonizar cada grupo com a natureza da matéria de que trata.

O primeiro grupo consta de três leis, tanto objetivas como subjetivas, ou seja: 1º) Formar sempre a hipótese mais simples e mais simpática, que possa satisfazer ao conjunto dos fatos já conhecidos; 2º) Conceber como imutáveis as leis que regem os seres mediante os fenômenos respectivos, abstratamente apreciados; 3º) To-

das as modificações de ordem universal limitam-se à intensidade dos fenômenos, cujo arranjo é inalterável.

O segundo grupo é formado de leis essencialmente subjetivas, e divide-se em duas séries, cada uma de três leis; a primeira contém as leis estáticas do entendimento, a segunda as leis dinâmicas, ou seja [Primeira série: 4º) Subordinar as construções subjetivas aos materiais objetivos; 5º) As imagens interiores são sempre menos vivas e menos nítidas do que as impressões exteriores; 6º) As imagens normais devem predominar sobre as que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir. Segunda Série: 7º) Cada entendimento apresenta a sucessão dos três estados - fictício, abstrato e positivo - relativamente a quaisquer concepções com velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos correspondentes; 8º) A atividade é a princípio conquistadora, depois defensiva, e, finalmente, industrial; 9º) A sociabilidade é a princípio doméstica, depois cívica, e, por fim, universal, consoante à natureza de cada um dos três instintos simpáticos.

O terceiro grupo também se divide em duas séries: a primeira, formada pelas leis mais objetivas da Filosofia Primeira, e a segunda, pelas mais subjetivas que as precedentes. Assim temos na primeira série: 10º) Qualquer estado, estático ou dinâmico, tende a persistir espontaneamente sem alteração alguma, resistindo às perturbações exteriores; 11º) Qualquer sistema conserva a sua constituição, ativa ou passiva, quando os seus elementos experimentam modificações simultâneas, contanto que lhes sejam exatamente comuns; 12º) Existe sempre equivalência entre a reação e a ação, se a intensidade de ambas for medida de acordo com a natureza de cada conflito. A segunda série: 13º) Subordinar a teoria do movimento à da existência, concebendo qualquer progresso como desenvolvimento da ordem correspondente, de cujo arranjo promanam as alterações que constituem a evolução; 14º) Qualquer classificação positiva deve ser feita de acordo com a generalidade crescente ou decrescente, tanto subjetiva como objetiva; 15º) Qualquer intermediário deve, normalmente, subordinar-se aos dois extremos, cuja ligação realiza.

Já a Filosofia Segunda ensina a prever os acontecimentos pelo estudo das relações abstratas, pela apreciação das leis do fenômenos. Seu conjunto constitui a ciência. "Este estudo é endereçado ao dualismo, objeto de todas as nossas pesquisas, o Mundo e o Homem. Estudamos o Mundo porque constitui a sede de nossa existência objetiva, a base material donde retiramos os elementos capazes de manter nossa vida. Separando, na apreciação do Mundo, o estudo dos atributos universais de número, extensão e movimento, daqueles mais especiais que estão diretamente ligados à existência inorgânica, temos estabelecida a divisão entre a Lógica ou Matemática e a Física. Sob a denominação geral da Física estão aí compreendidos os acontecimentos referentes à Física celeste, à apreciação da Terra em suas relações com os demais elementos de nosso sistema planetário, o que constitui objeto da Astronomia, e os da Física terrestre, por sua vez subdivididos entre a Física, propriamente dita, e a Química. O domínio mais elevado da Moral deve ser previamente repartido entre a apreciação da vida em geral, estudada na Biologia, e a da existência humana em particular, apreciada esta primeiro sob o aspecto coletivo, depois sob o individual, donde resultam a Sociologia e a Moral. Passamos, assim, através de uma série sucessiva de decomposições binárias, da divisão geral de nossos conhecimentos abstratos entre o Mundo e o Homem, para a escala setimal: Lógica ou Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral!"¹⁷

E a Filosofia Terceira trata da aplicação prática dos sete graus enciclopédicos (as sete ciências acima citadas). Refere-se não mais aos fenômenos, a fim de aproximá-los para realizar previsões, mas diretamente aos seres para modificá-los. Há, pois, uma perfeita correspondência entre a escala dos acontecimentos (ou hierarquia abstrata) constituída pelas sete ciências, e a escala dos seres (ou hierarquia concreta) onde são sistematizadas todas as aplicações da atividade humana. Os Elementos da escala concreta correspondem, assim, aos da escala abstrata e constituem a Indústria, isto é, conjunto de artes práticas, que correspondem as cinco primeiras categorias enciclopédicas; a Política, formada pelo conjunto de artes sociológi -

cas, de aplicação de nossa atividade à modificação da sociedade humana, e a Moral Prática, que sintetiza todo o conjunto do saber humano. Para ela concorrem todas as artes e todas as ciências.

Pode-se dizer, resumindo, que as Filosofias Primeira e Segunda, abrangendo o conjunto das leis, universais e especiais, dos fenômenos, compreendem todos os recursos de natureza abstrata de que dispõe a inteligência para esclarecer a ação. A Filosofia Terceira reúne todos os conhecimentos concretos sobre os seres, aqueles que estão, portanto, diretamente ligados à atividade humana.

Além dessa propriedade científica, o ensino integral, enciclopédico positivista possui uma importante propriedade lógica. Indica, por sua vez, o surto gradual do verdadeiro raciocínio, segundo Comte. Porque só aprende raciocinar raciocinando, e o método positivo¹⁸ só pode ser plenamente apreciado no estado do conjunto das sete ciências já mencionadas.

Ensina João Ribeiro Júnior que

"O método preconizado por Augusto Comte, ou seja, observação dos fatos, adivinhando-lhes por indução as leis da coexistência e da sucessão, e deduzindo dessas leis, por via da consequência e correlação, fatos novos que escaparam da observação direta, mas que a experiência verificou -, é o método geral de raciocínio proveniente do concurso de todos os métodos particulares (dedução, indução, observação, experiência, nomenclatura, comparação-classificação e filiação histórica) que constituem o método objetivo, e do método subjetivo, que resulta da combinação da lógica dos sentimentos, das imagens e dos sinais, como entende Comte!"¹⁹

Releva notar que a Lógica Positiva resulta do concurso de três elementos: Sentimentos, Imagens e Sinais. Daí as três espécies de lógica: a dos sentimentos (afetiva), que se encontra em todas as manifestações estéticas; a das imagens (indutiva), que dá clareza ao pensamento e se acha bem patente na geometria, facilitando a indução

nas outras ciências; e a dos sinais (dedutiva) peculiar ao cálculo, coadjuvando a generalização e a precisão.

De acordo com Augusto Comte, apesar de raciocinarmos segundo um método uniforme, desenvolveremos melhor os processos lógicos correspondentes à medida que os fenômenos se complicam. Estes processos lógicos são: Indução, Dedução e Construção, cuja sequência constitui a marcha necessária do verdadeiro raciocínio, segundo a fórmula comteana: "Induzir para deduzir a fim de construir". A Indução leva a generalizar por comparação; a Dedução nos leva a sistematizar por coordenação; e a Construção nos conduz aos dois resultados por essas duas vias.²⁰

Não poderemos deduzir imediatamente, senão sobre especulações assaz simples, para que seus princípios sejam espontaneamente apreciados. É o caso da matemática, na qual as induções são quase sempre espontâneas.

Ensina Augusto Comte (e tal ensinamento foi seguido à risca por José Feliciano) que Deduzir, tomado em seu sentido mais comum, consiste em fazer ver que um fenômeno está contido noutro. Assim compreendida a dedução ficaria limitada ao domínio matemático, o único que, segundo Comte, oferece a este método de raciocinar uma suficiente precisão. Mas em matemática encontramos outra forma de dedução, na dedução por absurdo. O raciocínio dedutivo pode demonstrar que há contradição entre duas proposições. Uma outra forma de dedução é a conhecida por análise geométrica, que consiste em se supor o problema resolvido e tirar uma consequência verificável e tirar outras que nos conduzam àquela que se tem em vista.

A Observação consiste na simples meditação sobre fenômenos contemplados, que se apresentam exteriores a nós. Medir ângulos e contar tempos decorridos, tais são os únicos meios pelos quais nossa inteligência possa proceder à descoberta das leis que regem os fenômenos celestes.

A Experiência consiste em atenuar um ou vários aspectos do fenômeno a fim de pôr bem em relevo aqueles que queremos estudar, ou melhor, em observar fora das circunstâncias naturais, colocando os cor

pos em circunstâncias artificiais.

A Nomenclatura é uma ligação geral e de termos técnicos, entre os componentes e os compostos. A química cria seu objeto - a linguagem, que facilita o trabalho cerebral, como se vê desde a criação da álgebra, mas o vemos em química, segundo Comte, desde a instituição da nomenclatura.

A Comparação Taxonômica, uma confrontação de caracteres semelhantes é o método biológico, que pode ser encarado como estático ou dinâmico.

A Filiação Histórica consiste no encadeamento dos estados sociais sucessivos. Mais os fenômenos se tornam complexos e especiais, menos é possível separar, utilmente, o método da doutrina. É sobretudo nos estudos dos fenômenos sociais que a verdadeira noção fundamental do método, segundo Comte, não pode efetivamente resultar senão de uma primeira concepção racional do conjunto da ciência, de sorte que os mesmos princípios pareçam aí se relacionar alternadamente ou ao método ou à doutrina.

A comparação histórica dos diversos estados consecutivos da humanidade não constitui somente o principal artifício científico da Filosofia Política positiva, informa Augusto Comte, mas seu desenvolvimento racional formará também, diretamente, o fundo mesmo da ciência, no que ela poderá oferecer a todos os aspectos de mais característico. Conquanto a análise histórica pareça só destinada à sociologia dinâmica é, entretanto, incontestável que ela se estende à estática, primeiro em virtude da solidariedade das duas partes e, além disso, as leis da existência se manifestam durante o movimento. Depois de ter passado por esta série de preparações objetivas é que os dois elementos do método positivo, Dedução e Indução, fazem surgir o terceiro, essencialmente subjetivo, representado pela Construção, que se torna o supremo regulador do entendimento humano, permitindo coordenar, na síntese moral, todos os materiais provenientes da análise teórica.²¹

Distinguindo-se, como foi feito, verifica-se que os sete graus lógicos tornam-se exatamente iguais aos sete graus científicos. Eis

pois como o estudo do método positivista e o da doutrina se ligam; e assim, poderemos considerar a Matemática - ciência da dedução; a Astronomia - ciência da observação; a Física - ciência da experimentação; a Química - ciência da Nomenclatura; a Biologia - ciência da comparação; a Sociologia - ciência da filiação histórica; a Moral - ciência da construção subjetiva; ou então em sentido inverso considerar: Dedução, método da matemática; Observação, método da Astronomia; Experiência, método da Física; Nomenclatura, método da Química; Comparação, método da Biologia; Filiação Histórica, método da Sociologia; Construção subjetiva, método da Moral.

Subindo na Escala Enciclopédica constatamos que cada ciência usa os métodos das ciências anteriores.

A homogeneidade de doutrina e a unidade de método são garantidos pela satisfação suficiente das necessidades humanas, isto é, a unidade subjetiva substitui a unidade objetiva, inacessível em vista da deficiência de nossos meios de investigação.²²

5. As fases da educação enciclopédica positivista

O objetivo educacional positivista é modificar o mundo para adaptá-lo às necessidades humanas e aperfeiçoar o homem. A participação da inteligência nessa ação transformadora consiste em esclarecer, reunindo para isso os elementos destinados às previsões. Sabendo como os fenômenos se passam pode nossa inteligência, segundo Comte, prever os acontecimentos e as modificações que devem ser neles introduzidas para que sejam obtidos determinados efeitos.

Neste sistema educacional, a primeira fase, que se estende do nascimento à puberdade, deve ser ministrada apenas pela mãe, que deve dirigí-la de modo "inteiramente espontâneo, ao mesmo tempo, física, intelectual e moral."²³ Esta educação exclusivamente familiar deve consistir sobretudo na cultura dos sentidos, no desenvolvimento da destreza natural, pelos jogos, e na aquisição de bons hábitos. Dos 7 ou 8 anos até a puberdade, a educação, sem cessar de ser doméstica e dirigida pela mãe, se tornará meio sistemática, livre, mas não mais inteiramente espontânea, e será estética, formando-lhe a base do ensino, a poesia, a música e o desenho ou a pintura. Durante esse

período, a cujo ensino predominantemente artístico, seria preciso acrescentar o estudo das línguas; a criança não deveria ainda ouvir falar de qualquer das sete ciências da classificação comteana.

Só então, atingida a idade de 14 ou 15 anos, e depois de iniciada nas artes e nas línguas, é que deve começar a instrução científica das sete ciências fundamentais. A criança não sabe até essa idade senão o que se aprende espontaneamente por ocasião dos exercícios físicos, dos ofícios e também das artes, que fazem necessariamente alguns empréstimos às ciências. A educação a partir dos 15 anos já não será doméstica, mas sistemática; ela seguirá escrupulosamente o Quadro Hierárquico Positivista das Ciências e a ordem lógica de sua filiação, que caracteriza a ordem universal, segundo Comte.²⁴

As características da educação positivista são as seguintes: em primeiro lugar ela é viável aos dois sexos; a segunda característica é que ela está subordinada ao desenvolvimento biológico, já que o estudo do homem e do mundo exterior constituem necessariamente o duplo e o eterno sujeito de todas as concepções filosóficas positivistas; a terceira característica dessa educação se relaciona à interconexão da lei dos três estados,²⁵ com as etapas mentais do desenvolvimento da criança, combinando a estática social com a dinâmica social, ou seja, as leis da ordem com as de movimento.²⁶

O positivista José Feliciano pressentiu, evidentemente, o perigo de classificar os educandos por idades, proque tratou de justificar as idades limites, propostas por Comte, referindo-se a algum processo fisiológico, sociológico, ou fato que assume cada uma delas. Assim, nos passos do Mestre de Montpellier, divide a educação em seu primeiro período - o da educação espontânea - em dois períodos, o primeiro que termina aos 7 anos, coincidindo com a segunda dentição; e o segundo, aos 14 anos, que coincide com a puberdade. O segundo período, o da educação sistemática, termina aos 21 anos, maioridade. Nota-se que o fim do período espontâneo coincide, também, com o princípio da aprendizagem.²⁷

Explica José Feliciano que

"Estas distinções lógicas e didáticas só indicam, essencialmente, a preponderância em cada fase de certos aspectos educativos. Ninguém sensatamente pensará que, por exemplo, a educação moral ou a física não deva ser curada em todas as fases. Apenas na 1.ª fase é predominante a educação física, conjuntamente com a moral, que se vai entranhando no organismo novel com os exercícios, com os hábitos musculares, nervosos, da vida vegetativa ou da vida de relação."²⁸

Portanto, para ele, a verdadeira educação integral, enciclopédica, implica três fases que se completam em três unificações: uma unificação do assunto do curso educativo; uma unificação das atividades dos distintos modos de ser conscientes ou dos poderes da mente; e uma unificação das forças de nossas instituições educativas. A mais fácil delas é a segunda, porque há uma unidade orgânica. Em vez de ter que elaborar tão só uma unidade, tem-se que procurar que não se rompa essa unidade.

Esta visão implica a teoria de que a criança pode ser especificadamente afetada pelas distintas influências, em distintas formas; reconhecendo, assim, o poder dinâmico do conhecimento.

A originalidade de José Feliciano é que para ele a educação integral, enciclopédica deve ser ministrada por um único mestre (tão completo quanto ele, Feliciano), ao contrário de Comte, que entende que ela deve ser dirigida pelos sacerdotes positivistas.²⁹ A justificação é que ela

"...vai ser recebida, vai ser haurida e aproveitada por um cérebro só, em cada educando. Acaso um novo mestre, em cada disciplina, em cada aula, se dirige a uma nova cabeça do mesmo aluno?"³⁰

Destarte, entende que o ensino de disciplinas isoladas, dirigidas por "cérebros diversos" deve ser substituído por um único cérebro. Deste modo, o único mestre deveria seguir o aluno no progresso de seus estudos:

"Em vinte anos repetiria uma 5 vezes a mesma disciplina,mas de 4 em 4 anos e com 1 turma nova, com novas luzes gerais,com hábitos de generalização,com pensamentos largos,generosos,adquiridos na ideal convivência com as teorias todas da enciclopédia humana(...)Como fora grato seguir sempre 1 professor assim ventilado,assim ilustrado pelas auras e pelas linhas da universal planura do pensamento humano."³¹

O que ele propõe é que um único professor percorra com seus discípulos a série do saber,desde o elementar até o universitário. Convém lembrar que para José Feliciano,as universidades deveriam ser livremente fundadas,sem direta interferência do Estado.Seus estabelecimentos,segundo ele,devem ser franqueados aos professores livres que desejam abrir cursos gerais,independente de currículos oficiais.

É sabido que cada ciência oferece ao estudo um campo ilimitado. "Cada descoberta suscita uma série de problemas novos,mais e mais difíceis.É impossível considerar cada ciência como um círculo fechado;cada qual oferece,antes,o aspecto de um ângulo cujos lados,indefinidamente prolongados,compreendem um espaço indeterminado.Daí resulta que uma cultura enciclopédica,abrangendo tudo quanto foi descoberto em cada ciência,só na antiguidade foi possível,sendo hoje inacessível aos mais poderosos espíritos.O tempo necessário para assimilar todas as minúcias de cada ciência excederia a duração da vida,admitindo mesmo excepcional memória. É possível,todavia,estudar cada uma apenas o indispensável para a cultura do espírito e para o conhecimento das ciências seguintes,coordenando-se umas em relação às outras e cada qual em relação ao conjunto.Permite essa coordenação eliminar,como inúteis,inúmeras especulações que atravancam hoje as ciências,embora interessem aos profissionais de cada qual."³²

Esta preocupação dos positivistas,também preocupou José Feliciano que reconheceu que não se trata de fazer de cada homem um sábio enciclopedista,um especialista em generalidades,um erudito

enfim;mas apenas fornecer-lhe as luzes capazes de guiá-lo em todas as circunstâncias de sua vida,preparando-o não só para o exercício de sua profissão,como para o cumprimento de todos os seus deveres com a família e com a Humanidade.

Daí salientar,com Augusto Comte,a necessidade de um sistema geral e enciclopédico da educação,tanto maior quanto mais complicada se torna a civilização e mais considerável a divisão do trabalho. Só esta educação integral poderá,segundo ele,impedir a excessiva desigualdade decorrente de vastos conhecimentos acumulados apenas por alguns indivíduos,os quais adquiririam,assim,um poder irresistível sobre o resto da espécie,de conformidade com o aforismo de Bacon,segundo o qual "saber é poder". Sem a educação enciclopédica,universalmente distribuida,tenderia a massa humana,como afirma Comte,a passar ao estado de máquina,de modo a alterar a civilização num grau difícil de avaliar-se. Por outro lado,longe de favorecer uma igualdade subversiva,entende Comte,e José Feliciano com ele,a universalidade da educação desenvolverá as aptidões individuais,propiciando o surto do mérito onde quer que se encontre.³³

Mas,como conseguir esse desiderato é que iremos ver no próximo capítulo.

Notas

(1) Ver em anexo:Quadro da Escala Enciclopédica,e o Quadro Definitivo das Concepções Humanas. Anexo 1

(2) Ver pp.26 a 29 desta dissertação.

(3) José Feliciano de OLIVEIRA.Cours sur l'Ensemble du Positivisme,passim.

(4) Idem.O Ensino.Notas Esparsas,p.7.

(5) Ibidem.p.6.

(6) Augusto Comte em seu Discurso sobre o Espírito Positivo,pp. 47 a 51,caractetiza o "verdadeiro" método científico,chamando atenção para sete acepções da palavra positivo,que deve ser:real,útil,certo,preciso,orgânico,relativo e simpático.Esses atributos devem sempre presidir a educação positiva.

(7) José Feliciano de OLIVEIRA.Experiências Governamentais Frustrâneas,op.cit.,p.355.

(8) Idem. O Ensino. Notas Esparsas, p.7.

(9) Ibidem, p.17.

(10) Ibidem, p.18. Ver p.47 (nota 15) dessa dissertação.

(11) Ibidem, p.18.

(12) Idem. "Demétrio Ribeiro e Rui Barbosa" in Os Pais da República, p.143: "A realidade é inteiriça, é um conjunto, os seus elementos, quando abstratamente separados, para observação e estudo, só valem como noção real quando integrados num todo, no seu todo."

(13) "Na ordem lógica, porquanto é próprio da inteligência passar do mais simples e abstrato para o mais complexo e concreto, conforme a regra da síntese proposta por Descartes. Ora nesta classificação, a primeira ciência, que é a matemática, é mais simples e abstrata que a segunda, a astronomia, e assim por diante. Na ordem cronológica, porque a primeira ciência que se constituiu, segundo Comte, foi a matemática, depois a astronomia, em seguida, a física, a química, a biologia e a sociologia. Mais tarde, Comte acrescentaria a Moral para coroar essa classificação!" (João RIBEIRO JÚNIOR. Alberto Salles: Trajetória Intelectual e Pensamento Político, p.128).

(14) Ver pp.48-49 desta dissertação.

(15) Augusto Comte a define no Prefácio do Cours de Philosophie Positive: "devo declarar que emprego o termo filosofia na acepção que lhe davam os antigos e particularmente Aristóteles, como designando o sistema geral das concepções humanas; e, juntando a palavra positiva, anuncio que considero este modo especial de filosofar, que consiste em considerar as teorias, em qualquer ordem de idéias, como tendo por objeto a coordenação dos fatos observados, o que constitui o terceiro e último estado da filosofia geral, primitivamente teológica, e em seguida metafísica."

(16) Cf. José Feliciano de OLIVEIRA. Cours sur l'Ensemble du Positivisme, passim, e Augusto Beltrão PERNETTA. Filosofia Primeira, passim. Ver ainda. Augusto COMTE. Política Positiva, vol. IV, pp.173 e segts. Pierre LAFFITTE. Curso de Filosofia Primeira, Revue Occidentale, 1904.

(17) Augusto Beltrão PERNETTA, op.cit, pp.15-16.

(18) "O homem carece, na observação de Comte, muito mais de método do que de doutrina, muito mais de educação do que de instrução!" (Cours de Philosophie Positive, vol. III, p.154).

(19) João RIBEIRO JÚNIOR. O que é Positivismo, pp.14 a 17.

(20) "Sobretudo dedutivo em sua origem matemática, o método positivo, se torna, cada vez mais indutivo à medida que atinge as especulações mais eminentes. Nesta longa marcha, importa distinguir diversos graus essenciais, nos quais a complicação crescente dos fenômenos, nos faz desenvolver, sucessivamente, a observação em Astronomia, a experimentação em Física; a nomenclatura ou classamento em Química. Entretanto é em Biologia e na Sociologia que o método indutivo torna-se completo, porque é então que ele desenvolve seus modos mais transcendentes, representados pela comparação biológica e pela filiação histórica!" (Augusto COMTE. Synthèse Subjective, p.29)

(21) Cf. Alfredo de MORAES FILHO. "Comte e Marx. Métodos e Doutrinas-Apreciação Sumária" in Anais da IV Reunião de Positivistas, Rio, 1981, pp. 67 a 70; João RIBEIRO JÚNIOR, op. cit., pp. 19 a 29; José Feliciano de OLIVEIRA. Cours sur l'Ensemble du Positivisme, passim.

(22) Ver em anexo: Quadro das Quinze Leis de Filosofia Primeira ou Princípios Universais sobre os quais assenta a educação positivista. Anexo 2.

(23) Augusto COMTE. Catecismo Positivista, p. 300; Norma Felicidade Lopes da SILVA. A Educação Positivista (mimeografado) USF, 1988.

(24) Ibidem, pp. 300 e segts. Ibidem.

(25) "No desenvolvimento do espírito humano, Comte admite uma 'grande lei fundamental' que recebe o nome de 'lei dos três estados' ou modo de pensar, que é a base da sua explicação da História: o estado teológico-fictício, que tem diferentes fases (fetichismo, politeísmo e monoteísmo) e em que o espírito humano explica os fenômenos por meio de vontades transcendentes ou agentes sobrenaturais; o estado metafísico-abstrato, onde os fenômenos são explicados por meio de forças ou entidades ocultas e abstratas, como o princípio vital, etc; e o estado positivo-científico, no qual se explicam os fenômenos subordinando-os a leis experimentalmente demonstradas. Todas as ciências, segundo Comte, passaram pelos dois primeiros estados, e só se constituíram, quando chegaram ao terceiro. O Estado Positivo é, pois, o termo fixo e definitivo, em que o espírito humano descansa e encontra a ciência. As sociedades evoluem segundo essa lei, e os indivíduos, em outro plano, também realizam a mesma evolução." (João RIBEIRO JÚNIOR, Alberto Salles... p. 127) Grifado no texto.

(26) Cf. Augusto COMTE. Cours... op. cit., vol. III, p. 187.

(27) Cf. José Feliciano de OLIVEIRA. O Ensino. Notas Esparsas, pp. 7-8; e O Novo Regime, p. 58.

(28) Ibidem, p. 8.

(29) "No Estado Positivista, a classe mais importante é a dos sacerdotes, que não são teólogos, mas sociólogos. São os interpretes das doutrinas sócio-religiosas do Positivismo, por isso, distinguem-se pela coragem, perseverança e prudência." (João RIBEIRO JÚNIOR, "Religião e Positivismo" in Reflexão, 23, maio/agosto de 1982, p. 98).

(30) José Feliciano de OLIVEIRA. O Ensino. Notas Esparsas, p. 8.

(31) Ibidem, p. 9

(32) Ivan LINS. Perspectivas de Augusto Comte, pp. 245-246.

(33) Cf. Augusto COMTE. Apelo aos Conservadores, passim.

CAPÍTULO IV

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL POSITIVISTA NA VISÃO DE JOSÉ FELICIANO

Como vimos, o princípio fundamental do Positivismo é o da primazia da educação para a solução do problema social, devendo a classe proletária participar da riqueza intelectual, tanto quanto os detentores do capital.¹

Concebendo a educação dividida em três fases: 1ª) Educação física e moral; 2ª) Educação estética; 3ª) Educação intelectual, - José Feliciano explica da seguinte maneira a prática pedagógica da educação integral positivista:

1. A Educação física e moral

O fulcro de toda a educação positivista está em ver em ca da mãe a dirigente perpétua dos filhos. Até a puberdade, como vimos, devem eles depender, exclusivamente da mãe; e durante o resto da existência, a mãe deve superintender sua educação.²

Assim, nesta primeira fase, a educação deve ser essencialmente afetiva, embora o cultivo do físico da criança deva prevalecer. Isto porque

"É fato que o coração tem nela uma parte decisiva, por isso que a moralidade a esse tempo incute a perdura a vida toda. A educação física consistirá menos em um exercício grosseiro dos músculos -

los e mais na cultura de nossos sentidos, de nossa destreza, a fim de nos preparar para a observação e para ação. Será a educação nesta fase um exercício intelectual com a aquisição espontânea de noções de todos os gêneros, pela observação dos seres fornecida e finalmente utilizada como materiais para a verdadeira sistematização. Se se aproveitarem esses exercícios espontâneos dos sentidos e dos músculos, a vida especulativa e a vida ativa serão felizmente esboçadas, subordinando-se sempre à vida afetiva, sob a doce influência materna."³

A influência da mãe é, pois, básica neste período, porquanto ela "educa o homem, purifica-o, exalta-lhe os bons sentimentos, tornando-se, a um tempo, consolo, conselheira e providência."⁴

A primeira infância, sob o aspecto intelectual, é consagrada essencialmente a representar o mundo exterior no cérebro. Essa representação se faz por meio de sensações, que aí se vão gravando. Em curto prazo, o cérebro já possui numerosas imagens representativas dos objetos exteriores e dos fenômenos que lhe afetam os sentidos, de modo que frequentemente, a vista de um objeto ou de uma sensação qualquer, auditiva, olfativa, visual, etc., a criança se refere a uma imagem anteriormente formada e guardada; enfim reconhece o objeto ou a simples sensação.

No ponto de vista moral,⁵ ela começa desenvolvendo o instinto de conservação, que se manifesta mais frequentemente pela função nutritiva.⁶ E como é no seio materno que ela vai buscar toda a nutrição em breve, segundo José Feliciano, esse instinto egoísta desperta-lhe a veneração ou respeito, que a liga ao ente donde ela emanou. Acessoriamente, outros seres semelhantes lhe vão despertando sentimentos de altruísmo, isto é, do apego ou amor aos irmãos e às outras crianças; e da bondade ou amizade a todas as pessoas.

A veneração, o apego e a bondade são os três "motores sociais" afetivos que conduzem ao altruismo, segundo a classificação

positivista das dezoito funções interiores do cérebro.⁷

Para José Feliciano, que acompanha Comte, todos os instintos altruistas recebem na família seu surto decisivo.⁸ É unicamente seguindo essa evolução inicial que a sociedade lhes pode oferecer de pois um desenvolvimento superior, que sem essa base não comportaria nenhuma verdadeira consistência.

Nesta primeira fase, que se estende até aos 7 anos, como vimos, a preocupação básica é com o desenvolvimento da afeição, e isto é realizado através do culto⁹ que, de acordo com José Feliciano:

"deve firmar esse desenvolvimento, pela prece¹⁰, isto é, pela elevação de nossa alma a tudo aquilo que é digno de ser amado. O culto na infância se desenvolverá com a veneração e a bondade, pela adoração da mãe, única providência da criança. Depois a linguagem fará surgir a noção de Humanidade, e os contatos humanos confirmá-lo-ão."¹¹

Toda solicitude dos pais consistirá em inspirar os preconceitos e suscitar os hábitos, que serão mais tarde justificados pela educação sistemática.¹²

Nesta educação chamada espontânea, os pais devem educar seus filhos pelo exemplo, pela auto-disciplina, pela atitude correta, pela união de sentimentos. Pois, de acordo com José Feliciano, o lar sem normas de conduta respeitadas por todos, se converterá em foco de desordem e anarquia da família dará cidadãos desajustados e nocivos à sociedade.

É sob o ascendente dessas disposições simpáticas que a criança pode reconhecer fora de si, no mundo exterior, o que há de constante no meio da grande variedade que contempla. Por meio de um órgão intelectual que se destina à indução e sob o impulso da simpatia, é que ela vai pouco a pouco encontrando essa estabilidade no mundo que contempla fora de si. Esse primeiro surto afetivo e intelectual, em que os órgãos contemplativos tomam parte tão importante

para representar e fixar o espetáculo exterior, não é seguido somente do desenvolvimento da memória, mas também do da linguagem, como prova a facilidade com que as crianças já antes dos sete anos aprendem os idiomas estrangeiros.

Explica José Feliciano que

"a unidade cerebral da criança não se altera com isso, porque a mãe torna-se a personificação da Humanidade, em que se confunde a Pátria. Essa unidade será subordinada a uma síntese fetichista, cuja integridade não deve ser conturbada, em proveito do próprio educando."¹³

Ele entende que nesta fase, a criança deve também executar serviços materiais para melhor, desde cedo, conhecer as dificuldades da vida, e "melhor simpatizar com as classes trabalhadoras".

2. A Educação estética

Se a evolução afetiva caracteriza a primeira infância e elabora espontaneamente o principal elemento da lógica - os sentimentos -, a segunda infância assinala-se pelo surto estético, que vem aclarar os sentimentos com o segundo elemento lógico: as imagens.

A educação estética, que vai dos sete aos catorze anos, começa, também, a sistematizar-se por uma série gradual de estudos regulares, até então interditos, ou seja, a leitura, a escrita, o canto, o desenho, e o ensino das línguas modernas.

A hierarquia estética repousa, também, sobre o princípio da generalidade decrescente da classificação positivista; assim a Poesia é colocada no ápice da hierarquia¹⁴, seguida da Música, da Pintura, da Escultura e da Arquitetura. É pela Poesia que será realizada a aprendizagem das principais línguas do Ocidente (francês, italiano, inglês e alemão). Tem-se em vista fazer com que o educando aprecie convenientemente a literatura da Humanidade.¹⁵

Comenta José Feliciano que

"A primeira vista parecerá desarrazoável exigir-se o aprendizado dessas quatro línguas ocidentais.

Mas depois se vê que a cultura familiar das línguas, sem a fradulagem anestésica dos calhamaços metódicos e gramaticais, é um desiderando muito de aceitar. Pois as crianças não aprendem a lín-gua materna no período que vai de um a três a-nos ou quatro quando muito, e isto na tenríssim-a idade em que o desenvolvimento físico predomina? Que muito será exigir-se que uma criança, já vista a língua materna, já com certo desenvolvimento, aos poucos e em 7 anos, aprenda 4 línguas estranhas, seguindo mesmo processo por que aprendeu a própria, porém com mais celeridade? Então, do contraste das línguas surgirá clara a noção da Pátria, que só será dignamente servida na existência prática. Uma prece, um canto, um retrato, um desenho feitos pelo educando em honra de sua mãe, serão mostras evidentes da cultura efetiva, sempre proveitosa, sempre em atividade." ¹⁶

Este curso de estética, de moral cívica e de moral doméstica deve, segundo José Feliciano, ser sustentado apenas pelas leituras seletas, desprezando-se (censurando-se) as produções medíocres, "que pervertem o gosto e entibiam o senso moral."

Nesta segunda fase da educação,

"o politeísmo há de dominar a inteligência do educando e servirá para aperfeiçoar as faculdades estéticas, do mesmo modo que o fetichismo serve para desenvolver o espírito da observação. Isto, porém, sem hipocrisia da parte dos pais, que não ocultarão suas crenças, se a respeito forem inquiridos. Deverão contudo declarar ao educando que suas opiniões são as próprias de sua idade, fazendo-lhe ver que já passou do fetichismo ao politeísmo e que ainda passará a outros estados. Seu espírito crerá em novas transfor-

mações, desviar-se-á do absoluto e seu coração há de simpatizar com as populações que ainda se acham nesses estados preliminares".¹⁷

Mas, não basta apenas a literatura, é preciso ainda ensinar o cálculo, que deverá ser ensinado empiricamente, com os esclarecimentos concretos sobre o mundo e o homem.

Contudo, a Arte¹⁸ deve preponderar, pois é ela que deverá preparar a ciência, desenvolvendo a observação dos acontecimentos de todos os gêneros.

"A arte - ensina José Feliciano -, assim estética como técnica, concerne aos fenômenos do mesmo modo que a ciência, embora desta se aparte atribuindo-se sempre a corpos, em vez de os encarar abstratamente".¹⁹

3. A Educação intelectual

Depois da elaboração dos sentimentos, na primeira infância e do desenvolvimento da educação estética, através do concurso das imagens; finalmente a adolescência completa esse preparo espontâneo, instituindo a lógica universal pelo uso sistemático do terceiro elemento: os sinais, nesta terceira fase, onde será desenvolvido o ensino abstrato, de vez que o cérebro já educado, durante a infância, estará apto para o estudo das leis científicas.

A característica geral da instrução desta fase é desenvolver a razão abstrata, sistematizando os conhecimentos gerais adquiridos na infância. Assim, o ensino deverá consistir principalmente no estudo das leis naturais que regem o mundo e o homem, instruindo-o para a vida ativa. E, o que é muito importante neste momento, a aprendizagem de um ofício, habituando-o para o serviço efetivo na sociedade.

O adolescente também inicia o conhecimento de sua própria personalidade e sua função no organismo social.

Para essa orientação, não podendo mais se realizar dentro do lar, faz-se mister a existência de um sistema de instrução pú-

blica. Este sistema deve proporcionar a todos os jovens a mesma cultura, de modo que ninguém fique à margem dessa instrução.

Entende José Feliciano que

"Não obstante a parte secundária que aos pais cabe nessas lições, o educando não há de ser privado da vida doméstica, indispensável ainda e sempre a sua evolução moral, que continuamente deve sobreexceder o mais. Seguindo os melhores mestres, o educando não exporá assim sua moralidade às alterações más, inevitáveis nos claustros escolares e nas academias de frequência livre."²⁰

Isto significa que a superintendência materna continua vigilante, pois, segundo José Feliciano, "os desvios da cultura, mesmo enciclopédica, tende a ressequir o coração e a desenvolver o orgulho."²¹

Daí a dificuldade desta terceira e última fase do ensino integral positivista. Ela necessita desenvolver o espírito "sem alterar a preponderância do coração, que deve ser mais e mais consolidada."²²

A educação positivista da inteligência é, sobretudo, moral. Cada ciência deve ser estudada no grau necessário para se chegar à seguinte até se atingir a Moral, que é a principal. Nesta se passa naturalmente da teoria para a prática, quando, depois de estudar a natureza humana, na Moral teórica, estabelece-se o seu aperfeiçoamento, na Moral prática, elaborando-se um sistema geral de educação.

A educação intelectual irá coordenar o estudo das sete ciências, segundo a generalidade objetiva decrescente e a complexidade crescente, em torno dos interesses da Humanidade

Dentro desse esquema, o trabalho científico se reduz a "Saber para prever a fim de prover", revelando a ordem universal que nos domina, mediante a instituição do conjunto das leis naturais imutáveis e demonstráveis. O conhecimento das leis, segundo Comte, elimina as ficções teológicas e as entidades abstratas metafísicas.

Explica José Feliciano que

"A educação intelectual, que a revezes recebem os dois sexos, é ministrada integralmente por um professor que segue a turma de seus alunos durante os sete anos precisos para aprender a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral. Somente o estudo sistemático desta escala enciclopédica, pode-nos fazer harto o sentir conjunto das leis abstratas, a fim de cimentar convicções sem as quais os melhores sentimentos não poderiam resistir às perturbações ordinárias."²³

O objetivo desta educação é, pois, completar a ordem interior, que o desenvolvimento afetivo e a cultura estética estabeleceram pelo conhecimento da ordem exterior, que a domina. Em suma, ela institui abstratamente doutrinas gerais capazes de determinar convicções fixas e comuns; vai dos fenômenos mais simples aos mais complexos, e tende para a ordem moral, onde a abstração cessa, pela coincidência do objeto com o sujeito; onde o estado sintético da natureza humana se sistematiza, habilitando a atividade a operar retamente.

Seguindo os parâmetros positivistas, José Feliciano entende que a educação que não chegar à moral, não é educação, mas um acervo desconexo, um amontoado de conhecimentos que desenvolve a discussão, o espírito polêmico, sem sistematizar a submissão.²⁴

Portanto, para ele, a educação intelectual

"há de levar ao educando a convicção de que deve viver para outrem, isto é, para a Família, para a Pátria e para a Humanidade. A educação privada faz apreciar a Família, e a educação pública faz apreciar a Humanidade, mas a Pátria então é apenas esboçada. O liame cívico só se torna verdadeiramente apreciável depois da fase afetiva e da especulativa, quando a atividade regulada permite

ao educando consagrar-se ao serviço comum."²⁵

Mas, não termina aí a educação intelectual. Com o auxílio da educação estética, ela prosseguirá dando ao educando as teorias históricas e morais, que o levarão a estudar o grego e o latim.

Eis aí a educação completa, integral, enciclopédica, segundo José Feliciano, que deverá substituir o ensino, fornecendo os conhecimentos enciclopédicos indispensáveis a qualquer profissão teórica.

O curso enciclopédico, segundo o plano traçado por Augusto Comte para o ensino, deverá ser ministrado em sete anos; mas, de acordo com José Feliciano, na fase de transição, deverá tal curso tomar ao mesmo tempo caráter mais sintético e mais simples, reduzindo-se a sua duração para três anos.

Assim, o primeiro ano constaria de lições de matemática e astronomia; no segundo, ensinar-se-ia a física e a química; no terceiro, haveria um curso de biologia, outro de sociologia e outro de moral. Os candidatos a esse curso deveriam estar preparados nas teorias geométricas e mecânicas, que independerem do cálculo infinitesimal; deveriam saber, pelo menos, o francês, o inglês e o latim, com a obrigação de aprenderem durante o curso, o italiano, o alemão e o grego. E, também, mostrarem conhecimento no canto e no desenho, para receberem na escola lições filosóficas sobre a linguagem musical e plástica. Cada professor teria que seguir a turma de seus alunos desde o primeiro ano até ao terceiro, a fim de bem incutir-lhes o espírito de conjunto.²⁶

Para José Feliciano, as atuais escolas normais deveriam ser transformadas em escolas filosóficas, onde se ministraria a doutrina positivista.

Mas, para tanto, o ensino deveria ser reformado. E como isso se fará, é o que iremos ver no próximo capítulo.

Notas

(1) Sobre a educação do proletariado, é interessante lembrar a posição dos positivistas quanto ao que Tocary Assis Bastos chama de "Positivismo de Púlpito", e que se ligaria com a Religião da Hu-

manidade e e com a nova teoria educacional "que se pode definir como socratismo proletarizante": P.A. Bastide comenta essa introdução do 'Bom proletário' no sistema educacional positivista, que estamos chamando de púlpito, caracterizando a descoberta do discípulo: 'A grande iniciação do proletariado às ciências positivas fundamentais é igualmente a grande iniciação de Comte ao homem comum, ao sentimento do homem da massa, cuja força primitiva permanece pura, autorizando todas as esperanças. O proletário surge para Comte, como uma espécie de Adão antes da queda, um Adão preservado quase milagrosamente da árvore da má ciência. A descoberta do proletariado prefigura a de Clotilde. As duas revelações são análogas. Após 1845, o proletariado e amulher constituirão dois protótipos de uma nova humanidade, os dois catalizadores do poder espiritual, os dois discípulos - tipo cuja educação particular será o ponto de partida da educação universal, fora da qual não há 'salvação'!" (O Positivismo e a Realidade Brasileira, p.30). (grifado no texto).

(2) José Feliciano era contra os Jardins de Infância. Para ele, "a educação ou antes criação materna, deve então predominar, sem mescla estranha, sem partilha. A dissolução da família se acentua hoje com a vida exterior das mães. Estas, - ou são obrigadas a trabalhar fora (donde incremento da prostituição ou das ligações livres), ou se deixam ir livremente a uma vida ociosa de danças, automobilismo, diversões, etc, com o resto, que só não se chama prostituição, porque, segundo a etimologia, não se expõe (pro-stuit) para lucrum de corpore..." (O Ensino em São Paulo, p.46-47) (grifado no texto).

(3) Idem. O Novo Regime, p.58.

(4) Pierre LAFFITTE. Moral Positiva, p.271.

(5) "Toda a moral espontânea, isto é, a educação dos sentimentos, a que, na verdade, mais afeta o conjunto da vida, deve depender essencialmente das mães. É sobretudo por esse motivo que é necessário deixar sempre o aluno no seio da sua família." (Antonio Valença de MELLO. Política Positiva de Augusto Comte, vol.1, p.97).

(6) "Sob a instigação do instinto nutritivo, o filho não tarda em precisar a noção da sua mãe, como ser distinto de tudo mais." (E. TEIXEIRA MENDES. As Últimas Concepções de Augusto Comte, prefácio, p. XIII).

(7) Ver em anexo o Quadro Sistemático da Alma. Anexo 3.

(8) "Portanto, como o sentimento e a inteligência fornecem, respectivamente, os caracteres essenciais da vida doméstica e da existência política, embora cada uma delas tenda também a desenvolver indiretamente o que pertence à outra; a sociedade faz surgir o sujeito mental para dirigir a cooperação crescente que a distingue. Enquanto a família gradualmente nos impele para a generosidade dos sentimentos, a sociedade nos faz tender cada vez mais para a plena generalidade dos pensamentos." (Antonio V. de MELLO, op.cit., vol. II, p. 100).

(9) "Baseado no culto materno, pelo qual os dois sexos se elevam ao amor da Humanidade, o culto íntimo tem como principal resultado prolongar, além da morte, a doce e salutar influência deste

anjo da guarda, comum a todas as idades." (Pierre LAFFITTE, op.cit, p. 274).

(10) "No estado normal da Humanidade, a prece, purificada de todo cálculo pessoal, se tornará uma solene efusão, individual ou coletiva, onde os sentimentos generosos estão sempre ligados às vistas gerais, prescrita a sua prática cotidiana como própria para combater os impulsos egoístas e as idéias estreitas que a vida ativa ordena naturalmente inspira. É principalmente aos homens que ela será recomendada, porquanto eles têm maior necessidade de serem regularmente reconduzidos aos pensamentos de conjunto e afeições desinteressadas, de que sua habitual existência tende a afastá-los mais. Para melhor assegurar-lhe a eficácia, é necessário que seu objeto seja perfeitamente determinado. Ora, essa condição é naturalmente preenchida pelo culto feminino, que assim se pode tornar muito mais alutar que o culto antigo. Sem dúvida, a prece humana finalmente deve ter principalmente em vista a Humanidade, mas tal finalidade seria muito vaga para realizar os efeitos morais de um tal costume, se se quisesse inicialmente centralizá-la assim." (Antonio V. de MELLO, op.cit. vol. I, p. 105).

(11) José Feliciano de OLIVEIRA. O Novo Regime, p. 59.

(12) Diz Pierre LAFFITTE que "o principal dever da mãe é precognizar à criança as regras de moral, sob a forma de hábitos primordiais e preponderantes de tal sorte que, em não satisfazendo uma dessas disposições ela sinta remorso." (Moral Positiva, p. 80). Mas, o Positivismo não dispensa o papel do pai na educação doméstica, como auxiliar da ação materna, pelo criterioso exercício da autoridade.

(13) José Feliciano de OLIVEIRA. O Novo Regime, p. 59.

(14) "É preciso colocar no ápice da hierarquia, como servindo de sustentáculo de todas as outras Artes, a mais geral e menos técnica, a Poesia propriamente dita. Embora suas próprias impressões sejam as menos enérgicas, seu domínio é evidentemente o mais extenso, por isso que abrange toda a nossa existência pessoal, doméstica e social. Como as Artes especiais, ela reproduz os nossos atos e, sobretudo, sentimentos, de preferência aos nossos pensamentos, podendo todavia exercer-se unicamente quanto a nossas concepções mais abstratas, para embelezá-las. É mais popular do que qualquer outra, a princípio em virtude de sua aptidão mais completa e, em segundo, pela natureza de seus meios de expressão, imediatamente estabelecidos na linguagem usual, o que a torna logo inteligível para todos." (Antonio V. de MELLO, op.cit, vol. I, p. 119).

(15) Ver em anexo a sugestão de Comte para a Biblioteca Positivista. Anexo 4.

(16) José Feliciano de OLIVEIRA. O Novo Regime, p. 60.

(17) Ibidem, p. 61.

(18) "A Arte consiste sempre em uma representação ideal daquilo que é destinada a cultivar nosso instinto da perfeição. Seu domínio

é, portanto, tão extenso como o da Ciência, abrangendo ambos o conjunto das realidades que uma aprecia e a outra embeleza. Suas respectivas contemplações seguem o mesmo curso natural, elevando-se das especulações mais simples e mais exteriores às mais complicadas e mais humanas. Assim, essa escala fundamental do verdadeiro, que constitui também a do bom, coincide ainda com a do belo, de maneira a estabelecer a mais íntima harmonia entre as três grandes criações da Humanidade: a Filosofia, a Política e a Poesia." (Antonio V. de MELLO, op.cit., vol. I, p. 114).

(19) José Feliciano de OLIVEIRA. O Novo Regime, p. 61.

(20) Ibidem, p. 61.

(21) Ibidem, p. 61.

(22) Ibidem, p. 61.

(23) Ibidem, p. 61.

(24) Cf. Ibidem, p. 62.

(25) Ibidem, p. 62 (grifei).

(26) Ver em anexo o programa organizado por José Feliciano para o desenvolvimento do estudo dos sete graus científicos, segundo os ensinamentos de Augusto Comte. Anexo 5.

CAPÍTULO V

A REFORMA DO ENSINO, SEGUNDO JOSÉ FELICIANO

1. O Novo Regime

Para se falar em reforma do ensino nos moldes concebido por José Feliciano, torna-se necessário que se estabeleça um novo regime: a Ditadura Republicana Positivista.

Ditadura, para o Positivismo, significa governo em que se concilia o predomínio político da força material, que desconhece a livre supremacia de uma autoridade espiritual independente, com a preocupação exclusiva do bem público.

Assim, ela é um sistema político de caráter transitório, como a ditadura do proletariado de Karl Marx, mas não tem o sentido de totalitário, ou seja aquele em que o Estado é confundido com a totalidade da realidade social. Trata-se mais de um governo exclusivamente temporal, mantendo a ordem material dentro de ampla liberdade espiritual, não prestigiando nenhuma religião nem qualquer doutrina de direita ou esquerda. Segundo Comte, a ditadura positivista decorre das leis da história e do estágio social da nação, podendo ser resumida em três princípios: a) o governo deve ser republicano e não monárquico; b) a república deve ser ditatorial e não parlamentar; c) o governo deve ser temporal e não espiritual.

Como explica José Feliciano:

"Ditadura não é tirania, não é autocracia, uma vez que a exerça um governo verdadeiramente republicano. Ditadura é a ação de ditar leis por um órgão autorizado e que se inspira nas necessidades públicas - único pedestal, única base em que se deve afirmar o verdadeiro estadista(...); é de mister estabelecer um governo de caráter tran sitório que à virga férrea, com mão certa e enérgica vá desbravando nossos meios de plantas exóticas, de ruínas abstrusas, de privilégios imo rais que só servem de embaraçar todo o progresso, toda disseminação de princípios bons. Um tal governo deve ser enérgico, deve ser guiado por uma boa doutrina, a fim de exercer a autoridade sem exorbitar, sem desservir a causa pública, sem prejudicar a liberdade. Esse governo há de reunir em uma só mão o poder legislativo e o executivo, há de ser ditatorial, sem se confundir com uma di tadura imperial ou uma autocracia qualquer."¹

O que ele propõe, seguindo Augusto Comte, é a concentração do poder executivo e do legislativo nas mãos de um só homem, o que resultará em um "governo progressivo e ordeiro", que

"deve abster-se dos meios violentos, para instituir um concerto livre e perdurável entre gover nantes e governados, a fim de melhor conciliar as necessidades do progresso com as necessidades da ordem."²

O ditador, investido da confiança popular e da plenitude do poder político, achar-se-á colocado ao mesmo tempo face a face da Na ção e será inteiramente responsável perante ela. No dia em que ele quiser entravar o progresso social, no dia em que ele abandonar o interesse geral, no dia, enfim, em que ele deixar de ser republicano, a Nação lhe recusará o seu concurso, e o obrigará a demitir-se."³

Mas, por que ainda não se fez a ditadura positivista?

Por que a burguesia continua sendo um grande obstáculo, responde José Feliciano. Para ele, essa burguesia

"que explora a classe operária(...) e que trata de arranjos, trata do próprio bem, atira migalhas ao povo e o ilude com o sufrágio universal, com a soberania popular(...). Os burgueses têm interesse em amendrontrar o povo fazendo da ditadura um papão talhado de molde a servir seus intentos maquiavélicos."⁴

Contudo, ele esclarece que a coisa é mais fácil do que se pensa, bastando para tanto, tirar ao parlamento a atribuição legislativa, dando-lhe o caráter de uma assembléia puramente financeira. A república fará essa transmutação com muita facilidade, porque nos parlamentos em geral é o poder executivo que predomina. Os projetos propostos nas assembléias só se convertem em leis quando o poder executivo os inicia ou patrocina. De ordinário os deputados nada mais fazem que seguir a opinião ditatorial dos partidos. Mas, nesse caso, a responsabilidade a ninguém toca, e fica-se sob o jugo de um despotismo disfarçado.⁵

A base positiva desse regime político, que é chamado, por Augusto Comte, de Sociocracia - forma de governo pacífica-industrial, baseada na filosofia científica e sob inspiração altruística -, está resumido na máxima comteana de que a única garantia da veneração pública é a dedicação que o ditador mostrar pelos fracos, pelo povo: "dedicação dos fortes aos fracos e veneração dos fracos aos fortes".

"Realmente - diz Augusto Comte - nenhuma sociedade pode perdurar se os inferiores não respeitarem os superiores. Nada confirma melhor semelhante lei que a degradação atual, em que, por falta de amor, cada um não obedece senão à força; se bem que o

orgulho revolucionário deplore o pretendido ser vilismo de nossos antepassados, que sabiam amar seus chefes. A segunda parte da dupla condição social é, pois, comum a todos os tempos. Mas a primeira não foi realmente introduzida senão na Idade Média; pois que toda a antiguidade, salvo felizes exceções pessoais pensava de modo diverso, como o atesta seu aforismo predileto: "Paucis nascitur humanum genus" (O gênero humano vive para um pequeno número de homens). Assim, a harmonia pública repousa sobre a atividade combinada dos dois melhores instintos altruístas, respectivamente apropriados aos inferiores e aos superiores em suas mútuas relações. Todavia, este concurso só pode surgir e persistir nas almas assaz preparadas por um hábito suficiente da mais enérgica, conquanto a menos eminente, das três inclinações simpáticas mediante um justo surto dos afetos domésticos".⁶

Mas, como assegurar a dedicação do Empresariado (Patriciado, na linguagem positivista) ao Proletariado?

"Pelo advento de uma classe de fortes - responde Comte - que só possa obter ascendente social devotando-se aos fracos, em virtude da livre veneração destes".⁷

Daí José Feliciano reconhecer com Comte, que a ditadura positivista jamais poderá prevalecer sem o apôio do proletariado,⁸ donde a necessidade de incorporá-lo à sociedade moderna, "a que se acha agregado, servindo a cobiça de uma burgozocracia (sic) timpanizada e glutona".⁹

Preocupado com o sistema de ensino destinado unicamente a burguesia, e que se opõe a solução das grandes questões sociais, José Feliciano entende que a ditadura é o único governo favorável a re-

geração e a incorporação social do proletariado.

A incorporação do proletariado à sociedade moderna supõe, segundo o Positivismo: 1º) a possibilidade de sustentar cada qual sua família, dispondo da propriedade exclusiva de todos os objetos de que, em companhia dos seus, se serve, inclusive o domicílio; 2º) o estabelecimento de um vasto sistema de educação proletária, abrangendo todas as noções essenciais das ciências, das boas-lettras, das belas-artes, da filosofia e da história, de modo a permitir a todos os homens, sem distinção, o pleno desenvolvimento da vida espiritual; 3º) a organização de um sistema político e social em que o proletariado, erigido em esteio da opinião pública, fiscaliza, em colaboração com os intelectuais, o exercício do poder e a administração da riqueza, preservando, nas relações internacionais, a manutenção da paz.

No fundo, a preocupação dos positivistas não é a forma de governo que interessa mais, mas a reorganização social, as relações de classes e os "direitos e deveres de cada uma delas na produção e repartição dos bens". Assim, a questão social pode ser resolvida apelando-se sobretudo para a moral e para a educação.

A esse respeito comenta Ivan Lins que

"para encaminhar a obtenção desse desiderato, podem e devem os Governos estabelecer um salário composto de duas partes, conforme já frisei: uma fixa, correspondente às necessidades mínimas comuns a todas as famílias, e outra variável e proporcional à produção de cada um, representando uma gratificação pro labore, que mantenha a justa emulação entre os trabalhadores. Além desta providência, podem e devem os Governos, à medida que se incrementar o pacifismo, diminuir progressivamente, até à sua completa extinção, todas as despesas propriamente militaristas, constituindo, com as formidáveis reservas daí decorrentes, um fundo exclusivamente consagrado ao melhoramento

da situação geral do proletariado, mediante a construção de vilas operárias, a instituição de cursos facultativos e gratuitos, a edição popular de livros, a assistência médica, o barateamento geral do custo de vida pela abolição dos impostos que diretamente recaem sobre a grande massa da população, etc, etc."¹⁰

É com esse pensamento que o positivista José Feliciano, ao lado da base material ou econômica, visava a uma profunda modificação dos sentimentos, idéias e costumes, exigindo, antes de mais nada, como condição sine qua non, a reforma do ensino.

2. A Reforma do ensino

Para José Feliciano, a reforma do ensino demanda, pois, duas operações conexas: a) incorporação do proletariado na sociedade; b) estabelecimento de uma doutrina geral. Só assim, entende ele, poder-se-ia acabar com

"a exploração dos proletários por parte dos burgueses que não compreendem o destino social da riqueza, que deixam os operários adstritos a um trabalho bruto, sem domicílio, sem família e sem folga para instruir-se e aperfeiçoar-se (E com) o incremento da classe dos parasitas, a superabundância dos pedantes que exploram a ciência, galrando sem tom nem som, sem moralidade e sem lógica."¹¹

Destarte, o governo ditatorial da sociocracia positivista, quanto ao ensino em geral, para reformá-lo, deve, segundo ele, atender às condições atuais do erário público, sem subsidiar academias ou sociedades científicas e literárias, sem decretar impostos de arrecadação duvidosa e imorais, porque o ensino público deve ser gratuito. Por outro lado, deve haver plena liberdade espiritual, reduzindo o ensino público, sem privilégio de qualidade alguma. Atender ao pes

soal docente, fazendo uma escolha severa, por concurso, de homens práticos, que lecionem in totum as teorias indispensáveis à profissão ensinada.¹²

Neste último item, quanto ao pessoal docente, José Feliciano insiste que só uma cabeça deve dirigir um curso inteiro, isto porque

"é o desmantelamento de sempre, em que cada professor leciona uma matéria a seu modo, andando o aluno em pincas para coordenar quanto aprendeu, a fim de formar um todo harmônico que definitivamente lhe servia."¹³

E quanto ao ensino primário, a ação do governo ditatorial deve convergir para dois pontos: 1º) o desenvolvimento da educação da família por meios indiretos que elevem a dignidade da mulher, que dêem garantias de subsistência aos proletários e suas famílias. Para isso é preciso, segundo José Feliciano, sancionar civilmente a monogamia, sem divórcio;¹⁴ é preciso afastar a mulher de todo trabalho exterior; e elevar o nível de sua educação; 2º) redução ao mínimo do ensino primário público e gratuito, puramente leigo, sem obrigatoriedade, sem privilégio de diploma para o mestre, deixando à família ação livre para escolher o melhor para seus filhos. Para José Feliciano, a obrigatoriedade do ensino é "panacéia illusória, é absolutismo", que deve acabar.¹⁵

Quanto ao mais, a reforma da instrução primária deverá conter, segundo José Feliciano, as seguintes condições: 1º) um diretor competente, escolhido por meio de concurso; 2º) um inspetor ou mais em cada localidade com vencimentos e deveres precisos, sendo antes de tudo obrigado a visitar mensalmente as escolas, verificando o exercício efetivo dos professores e dando-lhes o atestado com que receberão seus honorários; 3º) escolha em concursos de professores verdadeiramente aptos; 4º) retribuição calculada pelas despesas que o professor faz para sustentar a si e a sua família em posição decente; 5º) organização das escolas em casas próprias, com os indispensáveis materiais de ensino, podendo se reunir em uma só casa as esco-

las do mesmo distrito;6º)decretação de um programa de ensino fixo, conforme as bases retrocitadas;7º)cometer ao professor a direção completa da escola,deixando a seu alvedrio saber quais os alunos admissíveis,quais os expulsáveis,quais os que podem estar mais tempo na escola,quais os livros a adotar,etc.,etc.,8º)reduzir a duração dos trabalhos escolares a 4 horas,compreendendo 1/2 hora de recreio;9º)não fixar número mínimo de matrícula ou frequência,cabendo aos inspetores examinar os motivos porque um professor ensina muitos meninos e outro poucos;10º)os alunos matriculados numa escola,hão de concluir nela sua educação,não podendo matricular-se em outra da mesma localidade ou distrito,a não ser pela ocorrência de motivos ponderosos;11º)nas escolas públicas só haverá matrícula no começo do ano letivo,e em Julho,quando o professor assim o entenda;12º)haverá aulas diárias,excetuando os domingos,quintas-feitas,dias de festas nacionais e 60 dias no verão,sendo a 15 de Dezembro o encerramento solene dos trabalhos escolares.¹⁶

No que diz respeito a Escola Normal de São Paulo,enquanto não se fizer a reforma positivista,José Feliciano propõe: 1º) o estudo do português e do espanhol,com a leitura das obras primas e redação de composições estéticas em prova e verso;2º)estudo do francês,do italiano,do inglês e do alemão pelos exercícios de fala,pela leitura de obras primas e pela redação comum;3º)estudo do desenho,do canto e do cálculo;4º)estudo de matemática elementar,abstrata e concreta(cálculo,geometria,mecânica e astronomia popular);5º) estudo do grego e do latim,conjuntamente com o estudo da história.¹⁷

Como se vê,a reforma proposta por José Feliciano,apesar dos moldes positivistas,não tinha a intenção apenas de fundamentar a formação do aluno na ciência,rompendo com a tradição humanística clássica;pelo contrário ele se preocupa com a formação literária e humanística,sem desprezar a realista ou científica.O que está de acordo com a sua visão de educação integral,enciclopédica.

3. A Universidade popular

Na perspectiva educacional de José Feliciano poucos frequen

tarão as universidades (como ocorreu com ele), porém, todos, tendo recebido uma cultura enciclopédica nos moldes positivistas, aperfeiçoarão seus conhecimentos em cursos de especialização profissional, em seus próprios lugares de trabalho.

Na verdade, com a implantação de uma instrução científica integral, os jovens até os 21 anos de idade se tornariam aptos a iniciar sua vida social, porquanto portadores de uma cultura enciclopédica, pouco necessitando das universidades, conforme as concebemos hoje.

Pergunta José Feliciano o que uma universidade pode oferecer a um jovem que tenha uma formação enciclopédica positivista, cujo conhecimento agrupa as três categorias: Lógica, Física e Moral, sendo que na Física estão compreendidas as três ciências do mundo: a Astronomia, a Física e a Química; e na Moral, as três ciências do homem: a Biologia, a Sociologia e a Moral. A primeira, Lógica ou Matemática, estudando o tríplice atributo universal - o número, a forma e o movimento - é a ciência mais simples e mais geral, aquela que por isso mesmo melhor desenvolve o método dedutivo devido à grande simplicidade das induções necessárias, mas que dá ao estudante uma excepcional aptidão intelectual.

E ele mesmo responde que, com essa progressão científica: Lógica, Física, Moral -, que corresponde as três modalidades de método: dedutivo, indutivo, construtivo; e as três partes da alma humana: inteligência, atividade, sentimento; e os três seres sintéticos: Espaço, Terra, Humanidade, o jovem não precisa de mais nada.¹⁸

Mas, ele não é contrário a idéia de universidade. Esta, contudo, deverá ter plena autonomia e total liberdade filosófica, e sua estrutura pedagógica será criada por sua própria congregação. Os Conselhos federais e estaduais de cultura, apenas colaborarão com as Congregações aconselhando retificações, quando convenientes.

O Estado procurará não interferir na nova organização que estará se formando. A manutenção das universidades será obtida por doações financeiras, da indústria, de particulares e do próprio governo, para as fundações que administrarão a estrutura das mesmas.

Segundo José Feliciano, universidade quer dizer universalidade: abrange o conjunto essencial do saber humano. Para ele,

"é uma salutar, pacífica reação contra o particularista exclusivismo do ensino retalhado, com programas ilógicos para diplomas profissionais."¹⁹

A universidade é, portanto, mais uma complementação do ensino integral, uma vez que, segundo o positivismo, aprende-se para viver, para assumir uma atividade social, numa útil função qualquer. Não se aprende para se formar, sem se informar competentemente.

E ele comenta que

"Muitos há que zombam desse geral ensino, que ta cham de impossível enciclopedismo. Zombar não cus ta à educação deslastrada e aos deslustrados co rações. Mas a realidade é que podemos conceber tu do, é que tudo havemos de sentir, planejar, antever para depois empreender a prática, forçosamente, especializada. Só quando concebemos o todo, as partes se desenham claras em suas funções, que ao conjunto estão sempre subordinadas. Isolado, ne nhum juízo -e bom. Um julgamento só se faz com as influências universais do ambiente cósmico, vi tal, social e moral, cujos elementos devem ser por isso geralmente determinados. Nem o céu, o dou trinário céu, admite realmente o absoluto."²⁰

De acordo, portanto, com a epistemologia positivista: "Tudo é relativo: eis o único princípio absoluto." É de se notar que pela palavra relativo entendia Augusto Comte, de um modo geral, aquilo que somente existe condicionado a outra coisa e em determinada proporção com ela. O absoluto, ao contrário, seria o que se bastasse a si mesmo, aquilo cuja idéia, como Espinosa o dizia da substância, não exigiria a idéia de nada mais. Por esta máxima, segundo a qual os nossos conhecimentos somente podem ser relativos, Comte en tendia, pois, que não está ao nosso alcance conhecer causas, mas, ape

nas fatos em relação com outros fatos, e, assim, indefinidamente; fatos, vale dizer, fenômenos tais como nê-los manifestam os nossos sen tidos.

Donde José Feliciano entender que, embora seja tudo relati vo, em uma realização qualquer, há condições que dependem sempre de conhecimentos universais. Assim,

"as noções reais, que na vida efetiva nos servem, e que merecem vulgarizadas, são as que se referem aos gerais conhecimentos humanos, às ciências todas, reduzidas a seus elementos essenciais, bem úteis. Não se trata aqui das informes conglomerações de palavras, da congerie de fatos isolados, a fingir um pintalgado mosaico de coisas técnicas em ias, ismos, itos, com arriçados termos gregos, com muito indigesto sarapatel. Trata-se das constantes leis naturais que regem os seres e os fenômenos que nos guiam na vida prática, em seu manejo, em seu real aproveitamento."²¹

Estas premissas servem de base para que ele defina a uni-versidade popular como

"uma cooperação de sentimentos idéias e vontades para afugentar os males da ignorância. Ensina para educar, sem fornecer fictícias bases a pretensões descabidas e invasoras reclamações. Toma os aprendizes das oficinas, o operário, os cidadãos quaisquer, os cidadãos nascentes, os mesmos desviados frequentadores de contubernios escusos e lhes dá um alimento são, para os tornar conscientes co-operadores da vida cívica, livremente aceita. Nada espera dos privilégios que o Estado hoje vai universalmente liberalizando, como para melhor demonstrar seu nenhum valor. Quando os homens todos tiverem diplomas privilegiados, naturalmente a espé

cie humana ficará sendo uma espécie...privilegiada. M. de La Palice então há de inventar o reverso de serem todos distintos na igualdade sem distinção."²²

Com sua preocupação em educar o povo, principalmente, o proletariado, integrando-o na sociedade através de um ensino popular, pela cooperação e concorrências das idéias,²³ José Feliciano vê a universidade não como

"uma instituição utilitária, para obter resultados imediatos, vendáveis no mercado, que se enumeram em relatórios anuais, que se avaliam em dinheiro, em colocações, em indulgências, em fitas multicolores(...) A universidade popular é uma casa de vida, onde se vai antes de tudo para viver plenamente, da mais alta vida... Não é um ensôso ecletismo o que nós preconizamos; também não tendemos a uniformizar. Cada um reste o que é, ou antes, o que deve ser, e completamente; mas compreendendo os mais e exprimindo-se em termos que penetrem as almas, não com os que as dilaceram. Quiseramos fortificar as crenças e as opiniões de cada um. Todos podem concorrer para o fim social. Não há concepção, crenças, temperamento que algum fruto não possa produzir e de que a sociedade não tire qualquer partido. A cooperação das idéias e a liberdade espiritual é que podem opôr um dique à anarquia intelectual e moral que nos divide e contrasta. A universidade popular deverá ensinar-nos a pensar e a agir amando."²⁴

Em suma, para ele, a universidade popular, de acordo com a sistematização positivista, tem por principal objetivo dar ao educando os recursos necessários para guiar a ação modificadora do mundo e do homem. Sua finalidade básica é, portanto, conhecer o du

lismo - mundo e homem - a fim de melhorar cada vez mais a existência humana.

E esse ensino, transformado em universal, disseminação de uma ciência positiva, fará - afirma José Feliciano,

"sentir que a felicidade real é compatível com todas as condições quaisquer, desde que seja honrosamente preenchidas e razoavelmente aceitas." ²⁵

Notas

- (1) José Feliciano de OLIVEIRA. O Novo Regime, pp. 7-10 (grifado no texto).
- (2) Ibidem, p. 28.
- (3) Cf. Jorge LAGARRIGUE. A Ditadura Republicana segundo Augusto Comte, pp. 43-44.
- (4) José Feliciano de OLIVEIRA. op.cit., pp. 23-11
- (5) Cf. Ibidem, p. 23.
- (6) Augusto COMTE. Catecismo Positivista, pp. 358-359.
- (7) Ibidem, p. 359.
- (8) As semelhanças entre as doutrinas sobre a questão social de Comte e Marx está em que os dois viveram na mesma época, e, muito embora tivessem tido formação distinta, vivendo em locais distintos, perceberam que o momento histórico exigia uma mudança social, cuja solução se encontra na adoção de uma conduta socialista. Porém, é na base da organização social proposta pelos dois pensadores que reside as suas diferenças, assim como na finalidade da nova organização. O destino indicado à classe proletária, para Comte, é mais moral que político, destinados a executarem obras para o bem comum, mas como auxiliares do poder espiritual, que é o poder decisório político. Daí a necessidade do concurso dos proletários para o advento do Positivismo; contudo, Comte os coloca no extremo inferior da escala social, em razão de sua "incompetência para decidirem as questões sociais" (Ver Catecismo Positivista, p. 22).
- (9) José Feliciano de OLIVEIRA, op.cit., p. 11.
- (10) Ivan LINS. Perspectivas de Augusto Comte, p. 159.
- (11) José Feliciano de OLIVEIRA, op.cit., p. 54.
- (12) Ibidem, p. 56.
- (13) Ibidem, p. 56.
- (14) Conforme os ensinamentos de Comte: "O melhor resumo prá-

tico de todo o programa moderno breve consistirá neste princípio incontestável: o homem deve sustentar a mulher, a fim de que ela possa preencher convenientemente seu santo destino social" (Catecismo Positivista, p.28). (grifado no texto).

(15) Cf. José Feliciano de OLIVEIRA, op.cit., pp.56-57 e 70. Aliás essa é a posição básica do Positivismo como bem demonstraram Miguel Lemos e R.Teixeira Mendes: "A obrigatoriedade do ensino é uma das muitas panacéias inventadas hoje para sanar males que não comportão remédio legal e que só podem ser debelados pela modificação gradual e lenta das opiniões e dos costumes. Quando se pretende submeter à sanção penal matéria que só comporta uma solução espiritual, planta-se o absolutismo e lança-se o gérme de reações violentas. A liberdade do ensino é apenas um caso particular de liberdade religiosa. Só o obsecado absolutismo democrático e pedantocrático é que não vê a incompatibilidade que existe entre o espírito verdadeiramente liberal e a pretensão de impor às famílias um professor e um sistema qualquer de ensino. Cerceia-se assim a atribuição mais legítima das mães e dos pais, qual a de dirigirem, de acordo com as suas convicções e crenças, a educação e instrução de seus filhos" (Contra o Ensino Obrigatório, pp.9-10).

(16) José Feliciano de OLIVEIRA, op.cit., pp.70-71.

(17) Ibidem, pp.69-70.

(18) Idem. O Ensino. Notas Esparsas, pp.30-31.

(19) Ibidem, pp.30-31.

(20) Ibidem, p.31.

(21) Ibidem, pp.31-32.

(22) Ibidem, p.32.

(23) "Achando que o proletariado deve possuir luzes acêrca de tudo a fim de que possa julgar tudo de modo são, de acordo com os rigorosos princípios científicos, pensa o filósofo deva o proletariado assimilar todos os resultados essenciais da evolução científica, estética e filosófica do gênero humano. Não estabelece, por isto, a doutrina positivista nenhuma distinção entre a educação geral dos proletariados e a dos chefes industriais. Se quisermos reduzir os abismos que hoje as separam, deve a educação geral ser rigorosamente comum a todas as classes da sociedade. A instrução técnica, propriamente dita, iniciada concomitantemente com a instrução enciclopédica, seria completada através de estágios no estrangeiro, que estabeleceriam e desenvolveriam entre os operários, como em fins da Idade Média e durante a Renascença, as simpatias e os laços de fraternidade internacional. Manifesta-se ainda a alta preocupação de Augusto Comte relativamente à instrução popular na admirável coletânea de primores estéticos, científicos, filosóficos e históricos, que constituem a sua Biblioteca do Proletário no século XIX, tão rica e variada, que raros são os intelectuais de nossos dias que se podem gabar de havê-la lido e assimilado em todas as secções que a compõem" (Ivan LINS, op.cit., p.157).

(24) José Feliciano de OLIVEIRA. O Ensino. Notas Esparsas, pp. 33-34.

(25) Ibidem, p. 35.

CONCLUSÕES

Ao nível educacional, a influência positivista limitou-se a uma faixa restrita ligada quase sempre aos militares ou pessoas vinculadas ao campo das ciências físicas, matemáticas, químicas e biológicas.

Assim, os pressupostos educacionais comteanos não vingaram no Brasil, a não ser que se aceite como tais, o tipo de educação científica, que foi levada a efeito na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde os jovens cadetes eram doutrinados por Benjamin Constant, através das ciências físicas e matemáticas. Esses discentes da Escola Militar passaram a interessar-se pela Filosofia de Augusto Comte, adotando-a, em parte, como plataforma política da República nascente; sem, contudo, seguirem as determinações dogmáticas dessa corrente, que previa para a classe militar a simplória posição de milícia cívica, e não de porta-voz da Nação, como os militares se arrogavam.

Nas Escolas Superiores, principalmente nas Academias de Direito, onde a mocidade se mostrava sensível aos ideais que oferecessem as respostas que almejavam na implantação de uma nova sociedade, o Positivismo contou sempre com grupos estudantis ligados aos ensinamentos de Augusto Comte; mas os componentes desses grupos limitaram-se a formação de pequenos núcleos regionais ou restritos aos muros das Escolas Superiores, onde nem sempre conseguiram sensibilizar um número significativo na massa estudantil,

que se orientasse nos mesmos postulados.

Deste modo, os pressupostos da educação enciclopédica positivista não conseguiu romper com o espírito livresco literário, vindo desde o Brasil colonial-império, que estabelecia os parâmetros da educação da classe dirigente, e que perdurou até os primórdios do regime republicano.

No mais, a primeira reforma do ensino sob a égide do Positivismo, na República, inspirada por Benjamin Constant, também falhou. Em primeiro lugar, por dar ao Estado o papel preponderante na organização do ensino; enquanto que Comte transferira esse papel aos sacerdotes positivistas, que não são teólogos, mas sociólogos, interpretes das doutrinas sócio-religiosas do Positivismo. Em segundo lugar, porque incluiu o estudo das ciências já para alunos de 7 anos de idade, sacrificando a educação estética, o que desvirtua as fases da educação integral preconizada por Comte, como vimos.

Especificamente em São Paulo, o ensino positivista também fracassou. A reforma de ensino de 1893, que saiu do esforço de Caxemiras de Campos em dar à Escola Normal os alicerces para a formação de professores positivistas, foi no mínimo desastrosa, porquanto o ensino das ciências não seguiu a hierarquia das ciências comteana. Em virtude disso, o ensino acabou por ser um emaranhado de informações desconexas que, a título de informação enciclopédica, não instruiu o futuro professor em coisa alguma. Aliás, a aprovação dos alunos se dava, nesta época, em massa, e não mediante as aptidões reais que tivessem. Chamavam as formaturas de "Despejo do Dr. Campos".

Enfim, o esforço dos educadores positivistas paulistas esbarrou na apreensão deformada do processo educacional preconizado por Augusto Comte; e, noutro tempo, pela herança do clientelismo e dos interesses político-econômicos de toda espécie, que perpetuavam a incultura do povo, para assim perpetuar as regalias obtidas em virtude de suas vantajosas posições. Outra não foi a intenção quando se acabou com os esforços de abertura de escolas pro-

letárias, ou quando se desorganizou o conjunto sistemático de conhecimentos, que dariam nova visão de mundo aos normalistas.

Neste contexto, que dizer de José Feliciano?

Como vimos, ele foi um positivista ortodoxo, embora não ligado ao Apostolado, "célula-mater" do grupo onde a ortodoxia predominou; mas que, como este, pouca força teve para transformar o estado de coisas, apesar do persistente trabalho doutrinário de Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

Seja como for, não se pode negar, em momento algum, a sua condição de educador excepcional. José Feliciano, a meu ver, foi um positivista de extraordinárias qualidades individuais, capaz de conseguir "milagres" com seus alunos, como se pode constatar pelos depoimentos destes.

Filho de seu tempo, porém com uma visão além dele, fez de sua obra um relato de sua experiência educacional, de sua maneira de ver o mundo, sob a perspectiva positivista. Consciente da decadência da educação no Brasil, e da crise de valores que a seguiu, José Feliciano realizou um estudo positivista para fazer frente a esta crise e desenvolver uma educação integral, enciclopédica, capaz de moldar o homem brasileiro, segundo a cosmovisão educacional preconizada por Augusto Comte.

Mas, mehora pretendesse uma atuação mais efetiva no mundo educacional paulista, não conseguiu ultrapassar as barreiras que se antepuseram à sua prática pedagógica, ainda quando ela se consolidava na Escola Normal de São Paulo, porquanto a estrutura latifúndio-patriarcal, ainda vigente, impedia todas as formulações analíticas, econômico-social e culturalmente fundamentadas, que permitissem quaisquer alterações no status quo.

Por tudo isso, cheguei à convicção de que a figura de José Feliciano representa, no campo da educação, uma tentativa de se reformular e modernizar o ensino no Brasil, uma vez que, não obstante a influência de Comte, insurgiu-se, em vários momentos, contra algumas diretrizes educacionais dogmáticas positivistas ortodoxas, mantendo posições próprias, e contribuindo de modo original para solu

ção das questões pedagógicas, sempre tendo em vista a realidade concreta brasileira.

Porém, seu único prêmio foi a aposentadoria antecipada, além da desilusão que, apesar de tudo, o estimulou para a sua atividade intelectual febril, que não cessou até os seus 94 anos de idade.

É sintomático que até hoje, ele não seja incluído nas Histórias da Educação Brasileira; quando muito, citam-no na Bibliografia.

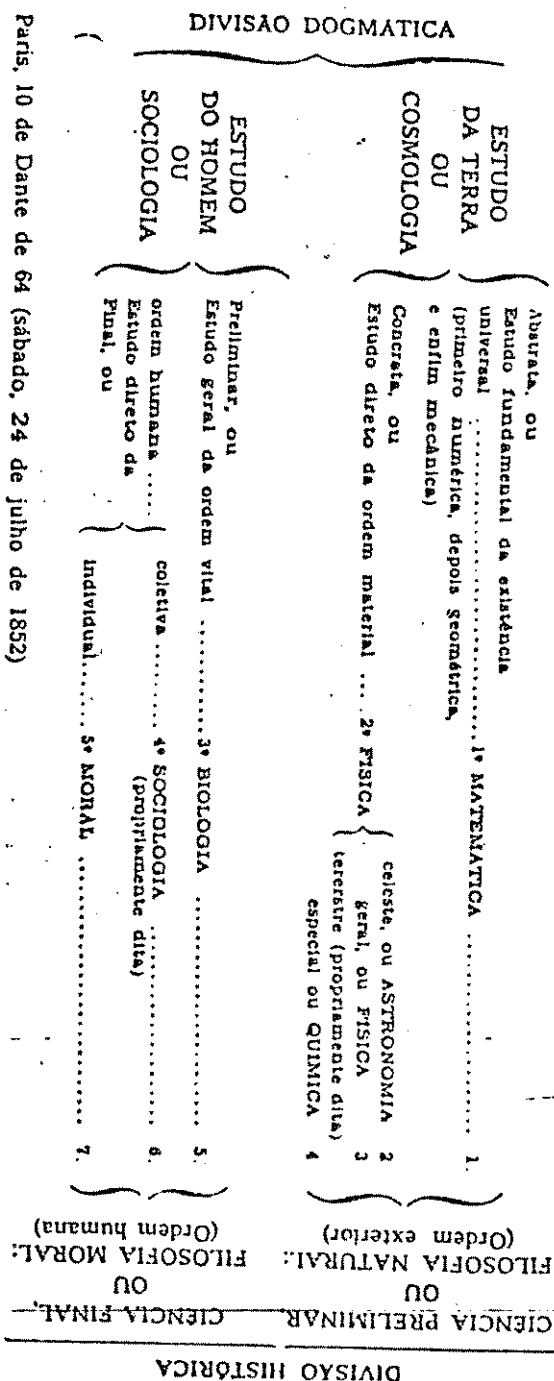
O levantamento de seu trabalho educacional, contudo, não autoriza, a meu ver, que se fale em uma nova teoria da educação. Pro - põe, isto sim, a idéia positivista de educação, a partir da qual, se realmente aplicada, seria possível formular uma teoria.

Tentei nesta dissertação identificar as origens dessa idéia de educação, e ilustrar, de diversas maneiras, as suas implicações na educação nacional, principalmente paulista, no que se refere ao posi tivismo e suas correspondentes estruturas pedagógicas.

Estas são, portanto, as conclusões a que, juntamente com as que se encontram inseridas no texto, cheguei no presente estudo.

ANEXO 1

(B) HIERARQUIA TEÓRICA DAS CONCEPÇÕES HUMANAS
OU QUADRO SINTÉTICO DA ORDEM UNIVERSAL
SEGUNDO UMA ESCALA ENCICLOPÉDICA DE CINCO OU SETE GRAUS
FILOSOFIA POSITIVA, ou conhecimento sistemático da HUMANIDADE



Paris, 10 de Dante de 64 (sábado, 24 de julho de 1852)

AUGUSTO COMTE

Autor do Sistema de Filosofia Positiva e do Sistema de Política Positiva
(10, rue Monsieur-le-Prince)

QUADRO DEFINITIVO DAS CONCEPÇÕES HUMANAS
Segundo AUGUSTO COMTE

O AMOR POR PRINCÍPIO, E A ORDEM POR BASE: O PROGRESSO POR FIM.

AGIR POR AFEIÇÃO, E PENSAR PARA AGIR.
SABER PARA PREVER, AFIM DE PROVER.

A submissão é a base do aperfeiçoamento, primeiro físico, em seguida intelectual, enfim e sobretudo moral.

Os fenômenos mais nobres são por toda parte subordinados aos mais grosseiros.

VIVER AS CLARAS

FATUAL, PATRIA, HUMANIDADE

Domínio Prático, mais governamental do que sacerdotal.		Domínio Teórico, mais sacerdotal do que governamental.	
Filosofia ou Ciência		Poesia ou Arte	
Filosofia Segunda teoria das FATALIDADES ESPECIAIS ou subalternas.	preliminar puramente	Arte Geral, ou Artes Especiais da forma	do som, ou mais abstrata, ou mais concreta
	em método, LÓGICA, ou Matemática (Ciência fundamental)	mais estética, ou mais técnica, ou	
	em doutrina, FÍSICA (Ciência preparatória)		
	única final, ou MORAL.		
Campanha própria constituindo a Ciência Sagrada por excelência		Poesia propriamente dita. Música. Pintura. Escultura. Arquitetura.	
coletivo Sociologia.		DESTINO SUPREMO (constituído pelo conjunto das quinze leis universais, isto é, comuns, sob diversas formas, a todas as classes de fenômenos.)	
Moral teórica, instituindo o conhecimento da natureza humana.		Cálculo. Geometria. Mecânica.	
Moral prática, instituindo o aperfeiçoamento da natureza humana.		Astronomia (estudo celeste do planeta humano, Física, propriamente dita, Química.	
Ciência da HUMANIDADE ou GARAN-SER		Ciência da TERRA ou GRAN-FETICHE	
DOGMA, ou Império próprio da Inteligência. (Síntese)		CULTO, ou Império próprio do Sentimento (Simpatia.)	
INTELLECTUAL e ATIVA ou CIENTÍFICA		AFETIVA e EXPRESSIVA ou ESTÉTICA	
IDEALIZAÇÃO, ou Preparação (Simpatia e Síntese.)		EXECUÇÃO ou Regimen (Sinergia.)	
Ação sobre o HOMEM		Ação sobre o MUNDO	
REGIMEN, propriamente dito, ou Império supremo da Atividade. (Sinergia essencial.)		INDÚSTRIA, ou Império eliminador da Atividade. (Inergia preparatória.)	
Política sacerdotal, explicando a organização espiritual da Indústria positiva.		Política governamental, explicando a economia temporal da Indústria positiva.	
Constituição Geral ou POLITICA propriamente dita		Constituição 3ª Filosofia Terceira, ou Enciclopédia Concreta, mediante a coordenação da Indústria Positiva, isto é, a sistematização das especulações relativas à ação total da HUMANIDADE sobre a TERRA.	
INSTITUIÇÃO Especial ou INDÚSTRIA propriamente dita		Artes biológicas. Artes químicas. Artes físicas. Artes astronômicas. Artes matemáticas.	

(Ponto de vista masculino)
Viver para Outrem,
segundo um regime de paz universal, resumido na utopia atual da VIRGEM-MAE.

RELIGIO

ANEXO 2**QUADRO DAS QUINZE LEIS DE FILOSOFIA PRIMEIRA OU PRINCÍPIOS UNIVERSAIS SOBRE OS QUAIS ASSENTA O DOGMA POSITIVO****PRIMEIRO GRUPO, *tanto objetivo como subjetivo***

- 1.º Formar a hipótese mais simples e mais simpática que comporta o conjunto dos dados a representar (I).
- 2.º Conceber como imutáveis as leis quaisquer que regem os seres pelos acontecimentos, posto que só a ordem abstrata permite apreciá-los (II).
- 3.º As modificações quaisquer da ordem universal limitam-se sempre à intensidade dos fenômenos, cujo arranjo permanece inalterável (III).

SEGUNDO GRUPO, *essencialmente subjetivo***1.ª Série: leis estáticas do entendimento.**

- 1.º Subordinar as construções subjetivas aos materiais objetivos (Aristóteles, Leibniz, Kant) (IV).
- 2.º As imagens interiores são sempre menos vivas e menos nítidas que as impressões exteriores (V).
- 3.º A imagem normal deve ser preponderante sobre as que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir (VI).

2.ª Série: leis dinâmicas do entendimento.

- 1.º Cada entendimento oferece a sucessão dos três estados, fictício, abstrato e positivo, em relação às nossas concepções quaisquer, mas com uma velocidade proporcional à generalidade dos fenômenos correspondentes (VII).
- 2.º A atividade é primeiro conquistadora, em seguida defensiva, e enfim industrial (VIII).
- 3.º A sociabilidade é primeiro doméstica, em seguida cívica, e enfim universal, segundo a natureza peculiar a cada um dos três instintos simpáticos (IX).

TERCEIRO GRUPO, *sobretudo objetivo***1.ª Série: a mais objetiva da filosofia primeira.**

- 1.º Todo estado, estático ou dinâmico, tende a persistir espontaneamente sem nenhuma alteração, resistindo às perturbações exteriores (X).
- 2.º Um sistema qualquer mantém sua constituição ativa ou passiva quando seus elementos experimentam mutações simultâneas, contanto que sejam exatamente comuns (XI).
- 3.º Existe por toda parte uma equivalência necessária entre a reação e a ação, se a intensidade de ambas for medida conformemente a natureza de cada conflito (XII).

2.ª Série: mais subjetiva que a precedente.

- 1.º Subordinar por toda parte a teoria do movimento à da existência, concebendo todo o progresso como o desenvolvimento da ordem correspondente, cujas condições quaisquer regem as mutações que constituem a evolução (XIII).
- 2.º Toda classificação positiva procede segundo a generalidade crescente ou decrescente, tanto subjetiva como objetiva (XIV).
- 3.º Todo intermediário deve ser subordinado aos dois extremos cuja ligação opera (XV).

ANEXO 3

(C) CLASSIFICAÇÃO POSITIVA DAS DEZOITO FUNÇÕES INTERIORES DO CÉREBRO,
OU QUADRO SISTEMÁTICO DA ALMA,
PELO AUTOR DO SISTEMA DE FILOSOFIA POSITIVA. VIVER
HUMANIDADE

VIVER PARA OUTREM

VIVER PARA OUTREM

(AMAR, PENSAR, AGIR)
AGIR POR AFEIÇÃO E PENSAR PARA AGIR

10 MOTORES AFETIVOS
(Inclinações no estado
ativo e sentimentos
no estado passivo)

3 SOCIAIS 7 PESSOAIS

INTERESSE	{	instintos de conservação	{	do indivíduo, ou instinto nutritivo
		instintos de aperfeiçoamento		da espécie
AMBÍÇÃO	{	Temporal, ou Orgulho, necessidade de domínio	{	por destruição ou instinto militar
		Espiritual, ou Vaidade, necessidade de aprovação		por construção ou instinto industrial

Especiais	{	APEGO	
	{	VENERAÇÃO	
Genral	{	BONDADE, ou amor universal (simpatia) humanidade	

CONCEPÇÃO { Passiva, ou contemplação, de onde materiais objetivos
Ativa, ou Modificação, de onde construções subjetivas

EXPRESSÃO { Concreta, ou relativa aos seres, essencialmente sintética
Abstrata, ou relativa aos acontecimentos, essencialmente Indutiva, ou por comparação, de onde Generalização
Dedutiva, ou por coordenação, de onde sistematização

Mímica, oral, escrita, de onde Comunicação

3

QUALIDADES PRÁTICAS

FIRMEZA, de onde perseverança

ATIVIDADE { Coragem
Prudência

IMPULSO
(O CORAÇÃO)

Decréscimo de energia e acréscimo
de dignidade, de ris para diante,
de baixo para cima e dos
bordos para o meio

Egoísmo **Altruismo**

CONSELHO EXECUÇÃO (O ESPÍRITO) (O CARÁTER)

RESUMO DA TEORIA CEREBRAL

O conjunto destes dois órgãos cerebrais constitui o aparelho nervoso central, que, por um lado, estimula a vida de nutrição e, por outro lado, coordena a vida de relação, ligando suas duas espécies de funções exteriores. Sua região especulativa comunica-se diretamente com os nervos sensitivos e sua região ativa com os nervos motores. Porém, sua região afetiva, não tem conexões nervosas senão com vísceras vegetativas, sem nenhuma correspondência imediata com o mundo exterior, que só se liga a ela por meio das outras duas regiões. Este centro essencial de toda a existência humana funciona continuamente, em virtude do repouso alternativo das duas metades simétricas de cada um de seus órgãos. Quanto ao resto do cérebro, a intermitência periódica é tão completa como a dos sentidos e dos músculos. Assim, a harmonia vital depende da principal região cerebral, sob impulso da qual as outras duas dirigem as relações, passivas e ativas, do animal com o meio.

AUGUSTO COMTE
(10, rue Monsieur-le-Prince)

BIBLIOTECA POSITIVISTA NO SÉCULO XIX

1º — POESIA (trinta vols.)

Homero. A *Iliada*, e a *Odisséia*. — Esquilo. Tragédias. — Sófocles. *Edipo-Rei*. — Aristófaes. Comédias. — Píndaro. Ódes. — Teócrito. Idílios. — Longo. *Dáfnis e Cloé*. — Plauto. Comédias. — Terêncio. Comédias. — Virgílio. — Obras completas. — Horácio. Obras escolhidas. — Lucano. *A Farsália*. — Ovídio. Obras escolhidas. — Tibulo. Obras. — Juvenal. Sátiras. — Fabliaux du Moyen-Age, por Legrand d'Aussy. — Dante. *A Divina Comédia*. — Ariosto. *Orlando furioso*. — Tasso. *Jerusalém Libertada*. — Petrarca. Poesias escolhidas. — Metastásio. Teatro escolhido. — Alfieri. Teatro escolhido. — Manzoni. *Os Noivos*. — Cervantes. *D. Quixote*, Novelas exemplares. — Teatro Espanhol escolhido, coleção editada por D. José Segundo Flores (em espanhol). — Romanceiro Espanhol, escolhido, compreendendo o Poema do Cid. — Corneille. Teatro escolhido. — Molière. Obras completas. — Racine. Teatro escolhido. — Voltaire. Teatro escolhido. — La Fontaine. Fábulas. — Lamotte. Fábulas escolhidas. — Florian. Idem. — Lesage. *Gil-Brás*. — Mme. de Lafayette. *A Princesa de Clèves*. — Bernardin de St. Pierre. *Paulo e Virginia*. — Chateaubriand. *Último Abencerrage*, *Os Mártires*. — Shakespeare. Teatro escolhido. — Milton. *O Paraíso Perdido* e as Poesias Líricas. — De Foe. *Robinson Crusoe*. — Goldsmith. *O Vigário de Wakefield*. — Fielding. *Tom Jones*. — Walter Scott. As suas sete obras-primas: *Ivanhoe*, *Waverley*, *A Formosa Donzela de Perth*, *O Oficial de Fortuna* (Legenda de Montrose), *Os Puritanos*, *A Prisão de Edimburgo*, *O Antiquário*. — Byron. Obras escolhidas (suprimindo nomeadamente o *D. Juan*). — Goethe. Obras escolhidas. — As Mil e Uma Noites.

2º — CIÊNCIA (trinta vols.)

Condorcet. Aritmética. — Clairaut. Álgebra e Geometria. — Lacroix ou Legendre. Trigonometria. — Descartes. Geometria. — A. Comte. Geometria Analítica. — Poincaré, A Estática, seguida de todas as memórias do mesmo autor sobre mecânica. — Carnot. Reflexões sobre o cálculo infinitesimal. — Navier. Curso de Análise. Curso de Mecânica. — Carnot. Ensaio sobre o equilíbrio e o movimento. — Lagrange. A Teoria das Funções. — A. Comte. A Astronomia Popular. — Fontenelle. Pluralidade dos Mundos. — Fischer. Física Mecânica, traduzida e anotada por Biot. — John-Carr. Manual Alfabético de Filosofia Prática. — Lavolsier. Química. — Berthollet. Estática Química. — Graham. Elementos de Química. — Meckel. Manual de Anatomia. — Bichat. Tratado sobre a vida e a morte, Anatomia Geral. — Blainville. Organização dos animais, 1º volume (único publicado). — Richerand. Fisiologia, anotada por Bernard. — Segond. Ensaio sistemático sobre a Biologia, Anatomia Geral. — Barthez. Novos Elementos da Ciência do Homem (2ª ed. 1806). — Lamarck. Filosofia Zoológica. — Duméril. História Natural. — Guglielmini. Tratado sobre a natureza dos rios. — Buffon. Discursos sobre a natureza dos animais. — Hipócrates. Tratado sobre os

ares, as águas, e as localidades. — Hufeland. Arte de prolongar a vida humana. — Cornaro. Discursos sobre a Sobriedade. — Hipócrates. Aforismos. — Broussais. Proposições de Medicina, História das Flegmasias Crônicas. — Fontenelle. Elogios dos Cientistas. — Condorcet, Idem

3º — HISTÓRIA (sessenta vols.)

Malte-Brun. Resumo de Geografia Universal. — Rienzi. Dicionário Geográfico. — Cook. Viagens. — Chardin. Viagem na Pérsia. — Mignet. História da Revolução Francesa. — Heeren. Manual da História Moderna. — Voltaire. Século de Luís XIV. — Mme. de Motteville. Memórias. Richelieu. Testamento Político. — Vida de Cromwell. — Davila. História das Guerras Cívicas de França. — B. Cellin. Memórias. — Comines. Memórias. — Bossuet. Resumo da História de França. — Denina. Revoluções de Itália. — Ascargota. História de Espanha. — Robertson. História de Carlos V. — Hume. História de Inglaterra. — Hallam. Europa durante a Idade-Média. — Fleury. História Eclesiástica. — Gibbon. História da Decadência Romana. — Heeren. Manual da História Antiga. — Tácito completo. — Heródoto. História. — Tucídides. História da guerra do Peloponeso. — Plutarco. Vidas dos homens ilustres. — César. Comentários. — Arriano. Expedições de Alexandre. — Barthélemy. Viagem de Anacarsis. — Winckelmann. História da Arte entre os Antigos. — Leonardo da Vinci. Tratado da Pintura. — Gretry. Memórias sobre a Música.

4º — SÍNTESE (trinta vols.)

Aristóteles. Política e Moral. — Bíblia, completa. — Alcorão, completo. — Santo Agostinho. A Cidade de Deus, Confissões. — S. Bernardo. Tratado sobre o amor de Deus. — Tomás de Kempis. Imitação de J. C. (o original latino, com a tradução em verso de Corneille). — Bossuet. Exposição da doutrina católica. — Catecismo de Montpellier. — Santo Agostinho. Comentário sobre o sermão da Montanha. — Bossuet. História das Variações Protestantes. — Bacon. *Novum Organum*. — Descartes. Discurso sobre o Método. — Diderot. Interpretação da Natureza. — Cícero. Pensamentos escolhidos. — Epíteto. Idem. — Marco Aurélio. Idem. — Pascal. Idem. Vauvenargues. Idem. — Mme. de Lambert. Conselhos de uma Mãe. — Duclos. Considerações sobre os Costumes. — Bossuet. Discurso sobre a História Universal. — Condorcet. Bosquejo Histórico. Bossuet. Política extraída das Escrituras Sagradas. — De Maistre. Tratado do Papa. — Diderot. Dissertação sobre os Surdos e os Cegos. — Hume. Ensaio Filosófico. — Adão Smith. Ensaio sobre a História da Astronomia. — Diderot. Ensaio sobre o Belo. — Barthez. Teoria do Belo. — Cabanis. As Relações entre o Físico e o Moral do Homem. — Leroy. Cartas sobre os Animais. — Gall. Tratado sobre as Funções do Cérebro. — Broussais. Tratado sobre a Irritação e a Loucura (1ª edição). — Augusto Comte. Filosofia Positiva (condensada por Miss Martineau). Política Positiva, Catecismo Positivista, Síntese Subjetiva.

ANEXO 5

LOGICA OU MATEMATICA

I

ARITMÉTICA

1.^a parte. Apreciação geral

- 1.^a lição. Conceção geral da Lógica.
- 2.^a lição. Teoria geral das concepções numéricas.
- 3.^a lição. Apreciação histórica da teoria subjetiva dos números.
- 4.^a lição. Sistematização da teoria subjetiva dos números.

2.^a parte. Instituição fundamental.

- 5.^a lição. Teoria da numeração.
 - 1. Numeração. II. Sistemas de numeração.
- 6.^a lição. Teoria da numeração normal.
 - I. Sistema decimal. II. Sistema setimal.
- 7.^a lição. Teoria numérica da ordem.
 - I. Permutações. II. Arranjos. III. Combinações.

3.^a parte. Coordenação especial.

- 8.^a lição. Cálculo fetichico.
 - I. Teoria da avaliação. II. Adição e subtração. III. Teoria da multiplicação.
 - 9.^a lição. Teoria do cálculo teocrático.
 - I. Teoria da divisão. II. Teoria da divisibilidade.
 - 10.^a lição. Teoria das frações ordinárias.
 - I. Origem das frações. II. Simplificação das frações.
 - 11.^a lição. Cálculo das frações.
 - I. Adição e subtração. II. Multiplicação. III. Divisão.
-

- 12.^a lição. Aperfeiçoamento monotônico das frações.
 I. Frações setinais e decimais. II. Cálculo. III. Transformação de frações.
 13.^a lição. Teoria da raiz quadrada.
 14.^a lição. Progressões aritméticas.
 15.^a lição. Teoria dos números figurados.
 16.^a lição. Conclusão.
 I. Reumo. II. Julgamento. III. Resultados.

II

ALGEBRA

1.^a parte. Apreciação geral.

- 1.^a lição. Apreciação geral do cálculo algébrico.
 I. Concepção geral da álgebra. II. Materialismo algébrico.
 III. A disciplina positiva da álgebra.
 2.^a lição. Linguagem algébrica.
 3.^a lição. Divisão e formação da álgebra.
 I. Divisão do cálculo algébrico. II. História da álgebra.

2.^a parte. Instituição fundamental.

- 4.^a lição. O método na álgebra.
 5.^a lição. Elementos algébricos.
 6.^a lição. Generalização algébrica.
 I. Formações compostas. II. A generalização.
 7.^a lição. Relação entre o abstrato e o concreto.

3.^a parte. Coordenação especial.

- 8.^a lição. Equações do primeiro grau.
 I. Equações algébricas. II. Teoria das equações do primeiro grau. III. Sistemas de equações.
 9.^a lição. Transformações algébricas.
 I. Adição e subtração. II. Multiplicação. III. Divisão.
 IV. Máximo divisor comum.
 10.^a lição. A lei binomial.
 I. A lei do desenvolvimento binomial. II. Aplicações.
 11.^a lição. Cálculo indeterminado do primeiro grau.
 12.^a lição. Equações do segundo grau.
 I. Equações completas e incompletas. II. Métodos de resolução. III. Máxima e mínima.

- 13.^a lição. Equações do terceiro e do quarto graus.
 14.^a lição. Progressões geométricas.
 I. Progressões. II. Cálculo exponencial. III. Logaritmos.
 15.^a lição. Séries.
 16.^a lição. Conclusão.
 I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

III

GEOMETRIA PRELIMINAR

1.^a parte. Apreciação fundamental.

- 1.^a lição. Conceção geral da Geometria.
 I. Medida da extensão. II. Retificações, quadraturas e cubaturas. III. A geração das figuras.
 2.^a lição. Teoria do Espaço e dos Tipos.
 I. Instituição do Espaço e dos Tipos. II. Divisão da Geometria. III. Evolução da Geometria.

2.^a parte. Preâmbulo geral.

- 3.^a lição. Teorias da linha reta e da semelhança.
 I. A teoria fundamental da linha reta. II. Teoria da semelhança.
 4.^a lição. Teoria do plano.
 I. O plano. II. Ângulos poliedros. III. Poliedros.
 5.^a lição. Medida dos ângulos.
 I. Preliminares. II. O círculo. III. Os ângulos retilíneos. IV. Os ângulos diedros.

3.^a parte. Coordenação especial.

- 6.^a lição. Retificação do círculo.
 I. Semelhança dos círculos. II. Polígonos inscritos e circunscritos. III. Retificação do círculo.
 7.^a lição. Quadratura das áreas planas.
 I. Instituição da quadratura fundamental. II. Quadratura do círculo. III. Quadratura dos polígonos. IV. Transformações e combinações de medidas de áreas. V. Comparação das áreas retilíneas.
 8.^a lição. Cubatura dos poliedros.
 I. Apreciação do caso fundamental. II. Cubatura dos poliedros. III. Comparação de volumes semelhantes.

- 9.^a lição. Cubatura dos três corpos redondos.
I. Quadratura. II. Cubatura.
- 10.^a lição. Teoria das seções cônicas.
I. A parábola. II. A ellipse. III. A hipérbole.
- 11.^a lição. Cissóide, espiral, cicloíde, hélice.
- 12.^a lição. Teoria das linhas trigonométricas.
I. Instituição fundamental. II. Fórmulas trigonométricas.
- 13.^a lição. Construção das táboas trigonométricas.
- 14.^a lição. Resolução de triângulos.
I. Triângulos retilíneos. II. Triângulos esféricos. III. Aplicações.
- 15.^a lição. Reações de trigonometria sobre a álgebra.
- 16.^a lição. Conclusão.
I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

IV

GEOMETRIA ALGÉBRICA

1.^a parte. Concepção fundamental.

- 1.^a lição. Instituição cartesiana.
I. Geometria geral. II. A concepção cartesiana. III. Sistemas de coordenadas.
- 2.^a lição. Subordinação normal do abstrato ao concreto.
I. O abstrato e o concreto. II. O preparo abstrato. III. Aplicações do princípio cartesiano.

2.^a parte. Preâmbulo geral.

- 3.^a lição. Materialismo concreto.
I. O materialismo teórico. II. Teoria positiva do materialismo. III. Refutação do materialismo geométrico.
- 4.^a lição. Teorias da linha reta e do plano.
I. Teoria plana da linha reta. II. Teoria geral da linha reta. III. Teoria do plano.
- 5.^a lição. Teoria da transposição de eixos coordenados.
I. Apreciação geral. II. Transposição de eixos no plano. III. Transposição de eixos no espaço.

3.^a parte. Coordenação especial.a) *Constituição concreta.*

- 6.^a lição. Teoria do número de pontos determinantes.
I. Divisão da coordenação especial. II. Teorias subjetivas. III. A teoria do número de pontos determinantes.

- 7.^a lição. Teorias dos diâmetros e dos centros.
 8.^a lição. Teoria algébrica da semelhança.
 9.^a lição. Geometria objetiva.
 I. Instituição objetiva da geometria cartesiana. II. Taxonomia geométrica. III. Classificação das superfícies. IV. Classificação das curvas. V. Discussão geométrica de uma equação. VI. Teoria das curvas do segundo grau.
 10.^a lição. Aplicações características da geometria objetiva.
 I. Teoria dos focos e diretrizes. II. Teoria da parábola. III. Teoria da elipse. IV. Teoria da hipérbole. V. Apreciação das seções cônicas. VI. Construção das equações. VII. Classificação das superfícies.

b) *Complemento algébrico.*

- 11.^a lição. Composição das equações.
 I. Apreciação geral da álgebra superior. II. Teoria geral da composição de equações. III. Teoria das raízes iguais.
 12.^a lição. Transformação de equações.
 I. Teoria da transformação das equações. II. Teoria das formações simétricas.
 13.^a lição. Teoria geral da eliminação.
 14.^a lição. Teoria da resolução numérica das equações.
 15.^a lição. Raízes incommensuráveis.
 16.^a lição. Conclusão.
 I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

V

Geometria diferencial

1.^a parte. Conceção fundamental:

- 1.^a lição. Instituição infinitesimal.
 I. O cálculo das relações indiretas. A instituição infinitesimal.
 2.^a lição. Conceção leibnitesiana.
 I. A concepção de Leibnitz. II. As concepções de Newton e de Lagrange. III. A divisão da geometria transcendente.

2.^a parte. Preâmbulo abstrato.

a) *Teoria da diferenciação.*

- 3.^a lição. Fórmulas a uma só variável.
 I. As leis fundamentais da diferenciação. II. Diferenciação das formações compostas. III. Diferenciação sucessiva.

4.^a lição. Fórmulas de mais de uma variável.

5.^a lição. Formações implícitas.

I. Diferenciação das equações. II. Transformações diferenciais.

b) *Aplicações algébricas.*

6.^a lição. Teoria de séries.

I. Transformações em séries. II. Séries de Maclaurin, Taylor e João Bernoulli. III. Método de Lagrange. IV. Extensão às formações explícitas e implícitas.

7.^a lição. Máxima e mínima.

3.^a parte. Constituição concreta.

a) *Geometria subjetiva.*

8.^a lição. Tangentes, planos tangentes e assíntotas.

9.^a lição. Curvatura das linhas planas.

10.^a lição. Teoria geral dos contactos.

11.^a lição. Curvatura das linhas não planas.

12.^a lição. Curvatura das superfícies.

13.^a lição. Linhas de curvatura.

b) *Geometria objetiva.*

14.^a lição. Constituição algébrica das famílias de superfícies.

15.^a lição. Teoria das envoltórias.

16.^a lição. Conclusão.

I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

VI

GEOMETRIA INTEGRAL

1.^a parte. Apreciação geral.

1.^a lição. Apreciação geral da geometria integral.

2.^a parte. Domínio subjetivo.

a) *Prêâmbulo abstrato.*

2.^a lição. Integração das fórmulas de uma só variável.

I. Integrais imediatas. II. Métodos de integração.

3.^a lição. Integração das fórmulas compostas dos três primeiros pares algébricos.

- 4.^a lição. Integração das fórmulas compostas dos dois últimos pares.
 I. Fórmulas exponenciais e logarítmicas. II. Fórmulas trigonométricas.
- 5.^a lição. Integração das fórmulas de mais de uma variável.
- 6.^a lição. Duplo suplemento da integração explícita.
 I. Suplemento algébrico. II. Suplemento aritmético.

b) *Constituição concreta.*

- 7.^a lição. Quadratura das áreas planas.
- 8.^a lição. Teoria da retificação das curvas.
 I. Curvas planas. II. Curvas não planas.
- 9.^a lição. Teoria da quadratura e da cubatura das curvas excepcionais.
- 10.^a lição. Instituição geral das cubaturas.
- 11.^a lição. Instituição geral das quadraturas.

3.^a parte. Complemento objetivo

a) *Preâmbulo abstrato.*

- 12.^a lição. Integração implícita.
- 13.^a lição. Integrais excepcionais.
- 14.^a lição. Integração das equações de uma ordem qualquer a uma só variável.
- 15.^a lição. Integração implícita a mais de uma variável.
- 16.^a lição. Integração implícita entre derivadas parciais.

b) *Constituição concreta.*

- 17.^a lição. Instituição sistemática dos tipos geométricos.
- 18.^a lição. Linhas traçadas sobre uma superfície.
- 19.^a lição. Reações do cálculo integral sobre o aperfeiçoamento da geometria comparada.
 I. Famílias de superfícies. II. Aplicações.
- 20.^a lição. Conclusão.
 I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

VII

MECÂNICA GERAL

1.^a parte. Apreciação fundamental.

- 1.^a lição. Apreciação geral da mecânica.
 I. Posição enciclopédica. II. Evolução. III. Teoria geral do movimento.

2.^a lição. Instituição normal da mecânica.

I. Definição. II. Base subjetiva.

3.^a lição. Terceiro modo de materialismo matemático.

I. Materialismo. II. Materialismo concreto. III. O materialismo na mecânica.

4.^a lição. Plano didático da mecânica geral.

2.^a parte. Preâmbulo geral.

5.^a lição. Preâmbulo científico da mecânica geral.

I. Base física. II. A lei de Kepler. III. A lei de Galileu.

6.^a lição. Lei de Newton.

I. A lei de Newton. II. As três leis. III. O princípio de D'Alembert. IV. Teoria das velocidades virtuais.

7.^a lição. Cálculo das variações.

3.^a parte. Coordenação especial.

A. Estática.

8.^a lição. A composição de forças.

9.^a lição. Centro de forças paralelas.

I. Forças paralelas. II. Teoria dos momentos. III. Teoria dos pares ou conjugados.

10.^a lição. Centros de gravidade.

11.^a lição. Equilíbrio de um sistema invariável.

I. Equações de equilíbrio dos sistemas. II. Princípio das velocidades virtuais.

12.^a lição. Equilíbrio dos sistemas variáveis.

I. Os sistemas variáveis. II. A catenária. III. O cálculo das variações e o equilíbrio.

B. Dinâmica.

13.^a lição. Teoria geral do movimento retilíneo.

I. A dinâmica. II. Teoria dinâmica da gravidade. III. Teoria das forças aceleratrizes. IV. Teoria dos contactos.

14.^a lição. Teoria do movimento curvilíneo.

I. Movimento curvilíneo. II. Forças centrais. III. Força centrífuga. IV. Movimento sobre uma superfície.

15.^a lição. Movimento de um sistema invariável.

I. Equações gerais do movimento. II. Translação e rotação.

16.^a lição. Movimento de um sistema variável.

I. Os sistemas variáveis. II. A hidrodinâmica.

17.^a lição. Propriedades gerais do movimento.

I. Movimentos de translação. II. Centro de massa. III. Força viva.

18.^a lição. Teoria das rotações.

I. Rotação em torno de uma reta fixa. II. Momento de inércia. III. Pêndulo.

19.^a lição. Rotação em torno de um ponto.

20.^a lição. Conclusão.

I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

ASTRONOMIA

1.^a lição. Introdução.

- I. Conceito. II. Evolução. III. Posição enciclopédica.
IV. Método.

1.^a parte. Astronomia preliminar.

- 2.^a lição. Objeto próprio dos estudos astronômicos.
 1. Os astros. II. Astros interiores. III. Astros exteriores.
- 3.^a lição. Espetáculo diário do céu.
 I. Movimento diário dos astros. II. Coordenadas astronômicas.
- 4.^a lição. Modificações periódicas do espetáculo diário do céu.
 I. As variações periódicas. II. A eclítica.
- 5.^a lição. Teoria elementar das estações.
- 6.^a lição. Variações do espetáculo do céu segundo as latitudes.
 I. A latitude. II. A forma da terra. III. Teoria astronômica dos climas.
- 7.^a lição. Variações do espetáculo do céu segundo as longitudes.
- 8.^a lição. Coordenadas astronômicas.
 I. Coordenadas horizontais. II. Coordenadas equatoriais.
- 9.^a lição. Meios gerais de observação e medida.
 I. Preliminares. II. Medida horária. III. Medidas angulares.
- 10.^a lição. Teoria da refração astronômica.
 I. A refração. II. Tabelas e correções. III. Teoria matemática dos crepúsculos.
- 11.^a lição. Teoria das paralaxes.
- 12.^a lição. Catálogos de estrelas.

2.^a parte. Estática da Geometria Celeste.

- 13.^a lição. Distâncias mútuas dos astros interiores.
 I. Geometria celeste. II. Distâncias mútuas. III. Distâncias à Terra.

14.^a lição. Figura e grandeza dos principais astros interiores.

I. A Lua. II. Os planetas.

15.^a lição. Grandeza e figura da Terra.

I. A forma da Terra. II. Dimensões.

3.^a parte. Dinâmica da Geometria Celeste.

16.^a lição. Rotações dos astros interiores.

I. Rotação da Lua. II. Rotações dos planetas.

17.^a lição. Rotação da Terra.

18.^a lição. Provas preliminares do movimento anual da Terra.

19.^a lição. Demonstração final do duplo movimento da Terra.

20.^a lição. As três leis de Kepler.

21.^a lição. Planetas.

I. Elaboração geométrica. II. Órbita.

22.^a lição. Satélites.

I. Aplicação das leis de Kepler. II. Teoria do movimento da Lua.

23.^a lição. Cometas.

I. Planetas e cometas. II. Teoria dos cometas.

4.^a parte. Previsões normais.

24.^a lição. Disposições mútuas dos astros interiores.

I. Conjunções e oposições. II. Eclipses.

25.^a lição. Teoria positiva dos eclipses.

I. Fases da Lua. II. Eclipses da Lua. III. Eclipses do Sol.

26.^a lição. Passagens.

I. Apreciação geral das passagens. II. Passagens de Vênus. III. Passagens de Mercúrio.

27.^a lição. Teoria positiva do calendário.

I. A medida do tempo. II. Teoria astronômica do calendário.

28.^a lição. Determinação da hora.

I. Tempo solar e tempo sideral. II. Processos para determinação da hora. III. Correções.

29.^a lição. Determinação da latitude.

30.^a lição. Determinação da longitude.

5.^a parte. Lei fundamental da mecânica celeste.

31.^a lição. Noções preliminares.

I. A mecânica celeste. II. O princípio fundamental da mecânica celeste.

32.^a lição. A lei da gravitação universal.

33.^a lição. Teoria das forças centrais.

FÍSICA

1.^a lição. Introdução.

- I. Apreciação geral da Física. II. Evolução. III. Definição e divisão. IV. O método na Física. V. Plano do estudo.

1.^a parte. Barologia.

A. Estática.

2.^a lição. Equilíbrio dos sólidos.

- I. A Barologia. II. Teoria do equilíbrio dos sólidos.

3.^a lição. Equilíbrio dos líquidos.

- I. Teoria do equilíbrio dos líquidos. II. Teoria das marés. III. Teoria da capilaridade.

4.^a lição. Equilíbrio dos corpos flutuantes.

- I. Princípio de Arquimedes. II. Areômetros. III. Equilíbrio dos corpos flutuantes.

5.^a lição. Equilíbrio dos gases.

- I. Gás e vapor. II. Pressão atmosférica. III. Barômetros. IV. Pressão dos gases. V. Manômetros. VI. Teoria do equilíbrio atmosférico.

B. Dinâmica.

6.^a lição. Dinâmica dos sólidos.

- I. Teoria do movimento dos corpos pesados. II. Teoria positiva da queda dos corpos. III. Teoria do movimento curvilíneo. IV. Teoria do pêndulo.

7.^a lição. Dinâmica dos flúidos.

- I. Dinâmica dos líquidos. II. Dinâmica dos gases.

2.^a parte. Termologia.

8.^a lição. Introdução.

- I. O calor. II. Evolução da termologia. III. A termologia positiva.
-

- 9.^a lição. Condutibilidade calorífica.
I. Bons e maus condutores de calor. II. Calorimetria.
III. Calor específico.
- 10.^a lição. Irradiação e reflexão do calor.
I. Irradiação do calor. II. Reflexão e refração do calor.
- 11.^a lição. Estudo preliminar da terminologia matemática.
I. Teoria matemática do calor. II. Propagação do calor nos sólidos e nos flúidos.
- 12.^a lição. Exame direto da terminologia matemática.

B. Alterações térmicas.

- 13.^a lição. Mudanças de volume. Termômetros.
I. Alterações térmicas. II. Mudanças de volume. III. Termômetros.
- 14.^a lição. Mudanças de estado.
I. Fusão e dissolução. II. Solidificação. III. Vaporização e evaporação. IV. Liquefação e condensação. V. Sublimação.
- 15.^a lição. Complementos da teoria das mudanças de estado.
I. Termodinâmica. II. Higrometria.

3.^a parte. Ótica.

- 16.^a lição. Propagação e intensidade da luz.
I. A ótica. II. História da ótica. III. Divisão da ótica.
IV. Velocidade da luz.
- 17.^a lição. Reflexão da luz.
- 18.^a lição. Espelhos.
I. Espelhos planos. II. Espelhos curvos.
- 19.^a lição. Teoria geral da refração.
- 20.^a lição. Lentes e prismas.
I. Prismas. II. Lentes. III. Instrumentos de ótica.
- 21.^a lição. Decomposição da luz.
I. Análise e síntese da luz. II. Teoria das cores. III. Análise espectral.
- 22.^a lição. Difração, dupla refração e polarização.

4.^a parte. Acústica.

- 23.^a lição. Produção e propagação do som.
I. A acústica. II. História da acústica. III. Velocidade do som. IV. Propagação do som. V. Reprodução e ampliação do som.
- 24.^a lição. Reflexão e refração do som.

- I. Teoria dos tons. II. Teoria física da música.
27.^a lição. Instrumentos musicais.
I. Instrumentos de corda. II. Instrumentos de sopro.
28.^a lição. Teoria da composição de sons.

5.^a parte. Electrologia.

A. Estática.

- 29.^a lição. Introdução.
I. A electrologia. II. História da electricidade. III. Divisão da electrologia. IV. Electricidade e magnetismo.
30.^a lição. Electricidade estática.
I. Produção e propagação da electricidade. II. Pilhas. III. Electroquímica.
31.^a lição. Cargas elétricas.
I. Corpos eletrizados e isolamento. II. Medida da electricidade estática. III. Condensadores.

B. Dinâmica.

- 32.^a lição. Pilhas, intensidade de corrente, medidas.
I. A electricidade dinâmica. II. Intensidade de corrente. III. Unidades de medida. IV. Acumuladores.
33.^a lição. Magnetismo.
I. Imantação. II. Solenoides e bobinas. III. Aparelhos de medida.
34.^a lição. Electromagnetismo.
I. Indução electromagnética. II. Intensidade de corrente induzida.
35.^a lição. Máquinas elétricas.
I. Bobinas de indução. II. Geradores. III. Alternadores.
36.^a lição. Aplicações da electricidade dinâmica.
I. Iluminação. II. Telégrafo e telefone. III. Outras aplicações. IV. Electricidade atmosférica.
37.^a lição. Rádio comunicação.
38.^a lição. Raios X.
I. História dos raios X. II. Teoria positiva dos raios X. III. Aplicações.
39.^a lição. Radioatividade.
I. A radioatividade. II. Sua história. III. Teoria positiva da radioatividade. IV. Utilizações. V. Apreciação positiva da desintegração atômica.
40.^a lição. Conclusão.
I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

6.ª parte. Reação estática da lei da gravitação.

- 34.ª lição. Determinação das massas dos principais astros interiores.
I. Gravitações elementares. II. As massas dos astros interiores. III. O peso nos diversos planetas. IV. Peso e densidade da Terra.
- 35.ª lição. Teoria da figura dos planetas.
I. Estática celeste. II. A forma dos planetas. III. O achatamento.
- 36.ª lição. Teoria positiva das marés.

7.ª parte. Dinâmica celeste.

- 37.ª lição. Apreciação geral da dinâmica celeste.
I. Movimentos dos astros. II. As perturbações. III. O problema dos três corpos redondos.
- 38.ª lição. Os três graus dinâmicos.
- 39.ª lição. Perturbações relativas às rotações.
- 40.ª lição. Conclusão.
I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

QUÍMICA

Introdução

- 1.^a lição. Concepção geral da Química.
 - I. Posição enciclopédica. II. Definição. III. Plano geral.
 - IV. Apreciação científica e lógica. V. Influência física.
- 2.^a lição. Base lógica dos estudos químicos.
- 3.^a lição. O método na Química.
 - I. O método indutivo. II. A nomenclatura. III. Notação.

1.^a parte. Estudo dos elementos.

- 4.^a lição. Os elementos químicos.
 - I. Os corpos simples. II. História dos corpos simples. III. As substâncias consideradas elementares.
- 5.^a lição. O meio terrestre flúido.
 - I. O ar e a água. II. O oxigênio. III. O azoto.
- 6.^a lição. Teoria da água.
 - I. A água. II. O hidrogênio.
- 7.^a lição. Teoria das substâncias de origem orgânica.
 - I. A química dos seres vivos. II. O carbono.
- 8.^a lição. Classificação geral dos elementos.
 - I. As classificações dos elementos. II. A classificação positiva.
- 9.^a lição. Grupos de elementos.

2.^a parte. Apreciação química do meio terrestre sólido.

- 10.^a lição. O meio terrestre.
- 11.^a lição. As substâncias do meio terrestre.
 - I. Substâncias de origem mineral. II. Substâncias de origem orgânica.

12.^a lição. Apreciação geral dos menores compostos.

I. Os compostos binários. II. Leis de formação dos compostos binários. III. Classificação dos menores compostos.

13.^a lição. Compostos binários do hidrogênio.

I. Teoria dos hidretos e hidrácidos. II. Principais ácidos binários.

14.^a lição. Compostos binários do oxigênio.

I. Teoria dos óxidos e anidridos. II. Principais compostos.

15.^a lição. Sais binários.

I. Teoria dos sais binários. II. Principais sais binários.

16.^a lição. Compostos binários do carbono.

I. Teoria dos hidrocarbonetos. II. Séries de hidrocarbonetos.

4.^a parte. Teoria do segundo grau de composição.

17.^a lição. Compostos de duas dualizações.

I. O segundo grau de composição. II. Classificação dos compostos do segundo grau.

18.^a lição. Teoria dos oxiácidos.

19.^a lição. Teoria dos hidratos.

20.^a lição. Teoria dos sais de segundo grau.

21.^a lição. Derivados de segundo grau dos hidrocarbonetos.

I. Os álcoois. II. Fermentações. III. Os fenóis.

22.^a lição. Teoria das reações químicas.

I. As reações químicas. II. Classificação das reações.

23.^a lição. Análise química.

I. Análise. II. Síntese.

5.^a parte. Leis gerais da combinação.

24.^a lição. As leis da combinação.

I. A lei de Lavoisier. II. A evolução das leis químicas. III. A fundação da Química. IV. Constituição positiva da Química.

25.^a lição. Doutrina química das proporções definidas.

I. Apreciação geral. II. Teoria atômica.

26.^a lição. Teoria dos múltiplos sucessivos.

27.^a lição. Teoria dos equivalentes químicos.

28.^a lição. Teoria electroquímica.

I. A electro-química. II. Extensão positiva. III. Materialismo electro-químico.

- 29.^a lição. Apreciação geral.
30.^a lição. Estudo químico dos ácidos do terceiro grau.
I. Teoria dos ácidos do terceiro grau. II. Principais ácidos do terceiro grau.
31.^a lição. Estudo químico dos sais do terceiro grau.
I. Teoria dos sais do terceiro grau. II. Principais sais do terceiro grau.
32.^a lição. Estudo químico dos aldeídos e cetonas.
33.^a lição. Estudo químico dos éteres e álcalis.
34.^a lição. Teoria dos compostos azotados do terceiro grau.
35.^a lição. Compostos álcool-metálicos.

7.^a parte. Teoria das substâncias instáveis.

- 36.^a lição. Apreciação geral.
37.^a lição. Principais substâncias instáveis.
I. Classificação das principais substâncias instáveis. II. Estudo químico das principais substâncias instáveis.
38.^a lição. Síntese química.
I. As operações de síntese. II. Importância científica e industrial da síntese química.

Conclusão.

- 39.^a lição. Relações da Química com a Biologia.
40.^a lição. Conclusão.
I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

BIOLOGIA

Introdução

- 1.^a lição. Natureza e destino da Biologia.
 - I. A instituição da Biologia. II. O materialismo biológico.
 - III. A evolução da Biologia.
- 2.^a lição. O método na Biologia.
 - I. O método indutivo. II. A experimentação.
- 3.^a lição. Processos lógicos próprios à Biologia.
 - I. O método comparativo. II. A experimentação patológica.
 - III. As classificações.

1.^a parte. Biotomia.

- 4.^a lição. Anatomia abstrata ou elementar.
 - I. A progressão anatômica. II. A teoria celular.
- 5.^a lição. Tecidos.
 - I. Apreciação geral. II. Classificação positiva dos tecidos.
 - III. Tecidos vegetais. IV. Tecidos animais.
- 6.^a lição. Apreciação dos órgãos.
- 7.^a lição. Aparelhos.

2.^a parte. Biotaxia.

- 8.^a lição. Teoria taxonômica.
 - I. Apreciação geral. II. Classificação positiva dos seres vivos.
 - 9.^a lição. Vegetais.
 - I. Caracteres diferenciais. II. Classificação.
 - 10.^a lição. Animais inferiores.
 - I. Caracteres fundamentais. II. Classificação.
-

- I. Apreciação geral. II. Classificação. III. Estudo especial das classes características.

12.^a lição. Animais superiores.

- I. A escala teórica dos vertebrados. II. Estudo especial das principais classes.

3.^a parte. Vegetalidade.13.^a lição. A Biologia dinâmica ou fisiologia.

- I. Vegetalidade e animalidade. II. As leis da vegetalidade.

14.^a lição. A renovação material.

- I. Teoria abstrata da vida. II. Subordinação aos fenómenos inorgânicos.

15.^a lição. A lei da renovação material.

- I. Importância lógica e científica. II. Os alimentos.

16.^a lição. Teoria da nutrição.

- I. Os aparelhos de nutrição. II. A digestão. III. A respiração.

17.^a lição. Assimilação e desassimilação.

- I. A assimilação. II. A desassimilação. III. A harmonia funcional.

18.^a lição. Circulação.

- I. A teoria positiva da circulação. II. O aparelho da circulação. III. A função circulatória.

19.^a lição. Teoria do desenvolvimento.

- I. A lei biológica do desenvolvimento. II. A longevidade.

20.^a lição. Teoria geral da morte.21.^a lição. Teoria da reprodução.

- I. A lei biológica da reprodução. II. A função da reprodução.

4.^a parte. Animalidade.22.^a lição. Leis da animalidade.

- I. A vida de relação. II. A intermitência das funções animais. III. As funções cerebrais.

23.^a lição. Teoria da sensibilidade.24.^a lição. Teoria da contratilidade.25.^a lição. Sistemas muscular e nervoso.

- I. O aparelho muscular. II. O sistema nervoso.

26.^a lição. Lei do exercício.

- I. As leis da animalidade. II. A lei do exercício. III. O exercício e o repouso.

- 27.^a lição. Lei do hábito.
I. O hábito e a persistência. II. A lei do hábito. III. A teoria da imitação.
- 28.^a lição. Lei do aperfeiçoamento.
I. O progresso em Biologia. II. O aperfeiçoamento da natureza vital.

5.^a parte. Hereditariedade.

- 29.^a lição. A lei da hereditariedade.
I. Apreciação científica e lógica. II. A hereditariedade e o aperfeiçoamento.

6.^a parte. O meio.

- 30.^a lição. Apreciação geral do meio.
I. Relações entre o organismo e o meio. II. Limites de modificação do organismo.
- 31.^a lição. Teoria geral dos meios orgânicos.
I. Instituição subjetiva. II. A teoria dos meios orgânicos.
- 32.^a lição. Ação do meio sobre o organismo.
I. Teoria da alimentação. II. Alimentos, venenos e medicamentos. III. Sistemas de alimentação. IV. Estados patológicos provocados pela alimentação.
- 33.^a lição. Ação perturbadora do meio.
- 34.^a lição. Reação total do ser sobre o meio.

7.^a parte. A modificabilidade.

- 35.^a lição. Teoria da modificabilidade vital.
- 36.^a lição. Modificações dos organismos vegetais.
- 37.^a lição. Modificações dos organismos animais.
- 38.^a lição. Modificações do organismo humano.

Conclusão.

- 39.^a lição. Limites normais de variação das modificações vitais
I. Saúde e moléstia. II. A terapêutica e a higiene. III. A medicina positiva.
- 40.^a lição. Conclusão.
I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

SOCIOLOGIA

Introdução

- 1.^a lição. Introdução.
 - I. Preliminares. II. O materialismo sociológico. III. A Sociologia Positiva.
- 2.^a lição. O método na Sociologia.
 - I. O método positivo e os fenômenos sociais. II. O método na estática social. III. O método na dinâmica social.
- 3.^a lição. A fundação da Sociologia.
 - I. A fundação da estática social. II. Os precursores da sociologia positiva. III. A fundação da sociologia positiva.

1.^a parte. Estática social.

A. Propriedade

- 4.^a lição. Teoria positiva da propriedade material.
 - I. Preliminares. II. A existência prática. III. A propriedade material.
 - 5.^a lição. A organização material.
 - I. O número e a riqueza. II. Teoria das acumulações. III. A organização material e o progresso.
 - 6.^a lição. Teoria positiva do trabalho.
 - I. O trabalho. II. A divisão do trabalho.
 - 7.^a lição. Teoria positiva do capital.
 - I. O capital. II. Teoria positiva da transmissão das riquezas. III. Formação e utilização das riquezas.
 - 8.^a lição. Classificação das indústrias.
 - I. Preliminares. II. As três indústrias fundamentais. III. O banco.
-

- 9.^a lição. Teoria positiva da família.
I. Concepções provisórias. II. A evolução da organização doméstica. III. A teoria positiva da família.
- 10.^a lição. Organização normal da família.
I. Eficácia moral da vida doméstica. II. O laço conjugal. III. Os outros laços domésticos.
- 11.^a lição. Relações entre a existência doméstica e a sociedade.
I. Relações gerais da família com a sociedade. II. Relação normal da sociedade sobre a família. III. Influências egoístas nas relações domésticas.

C. Linguagem

- 12.^a lição. Teoria positiva da linguagem.
I. Preliminares. II. Teoria biológica da linguagem. III. Teoria sociológica da linguagem.
- 13.^a lição. Os sinais usados pela linguagem humana.
I. Apreciação geral. II. Teoria da arte. III. Utilização e desenvolvimento da linguagem.

D. Organismo social.

- 14.^a lição. Teoria positiva do organismo social.
I. As forças sociais. II. Organização material da sociedade. III. O órgão da estrutura social.
- 15.^a lição. Teoria positiva da ordem social.
I. A coesão social. II. O governo temporal. III. Governo espiritual.

E. Existência social.

- 16.^a lição Teoria positiva da existência social.
I. Sistematização da existência social. II. A sociedade religiosa. III. A existência material.
- 17.^a lição. Existência intelectual e moral da sociedade.
I. A educação. II. Disciplina temporal.
- 18.^a lição. Teoria positiva dos limites de variação dos fenômenos sociais.
I. Modificações sociais. II. As modificações provenientes do meio. III. As modificações provenientes da ordem vital. IV. Os modificadores diretos da sociedade. V. Modificações provenientes da ordem individual. VI. Teoria das raças. VII. Conclusão.

19.^a lição. Dinâmica social.

- I. A evolução humana. II. As leis da evolução. III. A marcha normal na evolução.

A. *Antiguidade.*20.^a lição. Teoria do fetichismo.

- I. Preliminares. II. Fetichismo nômade. III. Fetichismo sedentário.

21.^a lição. Fetichismo astrolátrico.

- I. A passagem para a astrolatria. II. Resultados sociais. III. Formação intelectual.

22.^a lição. Teoria positiva do politeísmo.

- I. A evolução politeísta. II. Resultados intelectuais. III. Resultados sociais.

23.^a lição. Apreciação geral da idade teocrática.

- I. A constituição teocrática. II. Resultados do regimen teocrático. III. Anomalias teocráticas.

24.^a lição. Teoria positiva da evolução grega.

- I. O politeísmo intelectual. II. Divisão da elaboração grega. III. Caracteres e resultados sociais da elaboração grega. IV. A arte grega. V. Evolução filosófica e científica.

25.^a lição. Teoria positiva da incorporação romana.

- I. A atividade militar. II. A sociabilidade romana. III. As fases sociológicas da incorporação romana.

B. *Idade Média*26.^a lição. Considerações fundamentais sobre o catolicismo.

- I. Destino social do catolicismo. II. Aspecto intelectual do monoteísmo. III. Destino geral da Idade-média. IV. Evolução intelectual da Idade-média. V. A existência social na Idade-média.

27.^a lição. Considerações fundamentais sobre o feudalismo.

- I. O feudalismo. II. A cavalaria. III. Resultados sociais do feudalismo.

28.^a lição. Apreciação da primeira fase medieval.

- I. A divisão fundamental da Idade-média. II. Resultados sociais da primeira fase medieval. III. O islamismo.

29.^a lição. Apreciação da segunda fase medieval.

- I. As instituições sociais. II. As guerras defensivas. III. A república ocidental. IV. O movimento intelectual. V. Origem da organização do trabalho.

30.^a lição. Apreciação da terceira e principal fase medieval.

- I. O complemento da elaboração da constituição católico-feudal. II. As cruzadas. III. A cultura intelectual. IV. A existência industrial. V. A decadência do sistema católico-feudal.

C. *Idade Moderna*

31.^a lição. Teoria positiva da revolução moderna.

- I. O duplo movimento moderno. II. A revolução moderna. III. Os problemas modernos.

32.^a lição. A primeira fase da revolução.

- I. A doutrina negativa. II. A fase espontânea da revolução. III. Resultados sociais.

33.^a lição. Movimento positivo da primeira fase moderna.

- I. A elaboração científica. II. A evolução estética. III. O desenvolvimento industrial.

34.^a lição. Segunda fase moderna.

- I. O protestantismo. II. O catolicismo. III. Reações retrógradas. IV. A decomposição temporal. V. A decadência do organismo.

35.^a lição. Movimento positivo na segunda fase moderna.

- I. Desenvolvimento teórico. II. Evolução estética. III. Progressos práticos.

36.^a lição. Terceira fase de transição moderna.

- I. Preliminares. II. Evolução política. III. A doutrina crítica. IV. Os enciclopedistas. V. O deísmo.

37.^a lição. Movimento positivo na terceira fase moderna.

- I. A filosofia e a ciência. II. Surto estético. III. Progressos industriais. IV. A revolução francesa. V. Os regimens políticos da atualidade.

38.^a lição. Elaboração da doutrina universal.

- I. Impulsos filosóficos e científicos. II. Influências revolucionária e retrógrada. III. A doutrina positiva.

Conclusão.

39.^a lição. Transição final da evolução humana.

- I. Organização temporal da transição final. II. Organização espiritual das fases de transição. III. Concepção social do futuro.

40.^a lição. Conclusão.

- I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

MORAL

1

MORAL TEÓRICA

1.^a lição. Introdução.

I. Apreciação geral da Moral Positiva. II. História da instituição da Moral Positiva. III. Valor lógico e científico da Moral Positiva.

1.^a parte. Teoria Cerebral

2.^a lição. Funções interiores.

3.^a lição. Funções exteriores do cérebro.

4.^a lição. Ineruações.

2.^a parte. Teoria do Grão-Sêr.

5.^a lição. Teorias da Família e da Pátria.

6.^a lição. Teoria da Humanidade.

3.^a parte. Teoria da Unidade.

7.^a lição. Teoria da Unidade.

8.^a lição. Teoria da continuidade.

4.^a parte. Teoria Vital.

9.^a lição. Teoria da existência.

I. A existência biológica. II. A existência moral. III. Relação entre o físico e o moral. IV. Teoria positiva das idades. V. A teoria da existência e a educação.

10.^a lição. Teoria positiva da saúde.

- I. O conceito positivo de saúde. II. Condições de equilíbrio do estado de saúde. III. Cuidados para a conservação da saúde.

11.^a lição. Teoria da moléstia.

- I. Os estados patológicos. II. O estado geral de moléstia. III. Classificação dos estados patológicos. IV. Teoria positiva das epidemias. V. O exercício da medicina. VI. A higiene pública.

5.^a parte. Teoria do sentimento.12.^a lição. Personalidade.

- I. Preliminares. II. Os instintos da conservação. III. Os instintos do aperfeiçoamento. IV. Os instintos da ambição.

13.^a lição. Sociabilidade.14.^a lição. Moralidade.

- I. A instituição da moralidade. II. O aperfeiçoamento da concepção da moralidade. III. O desenvolvimento da existência moral. IV. Perturbações da moralidade.

6.^a parte. Teoria da inteligência.15.^a lição. Razão abstrata.

- I. O trabalho intelectual. II. A abstração. III. A meditação abstrata. IV. A expressão.

16.^a lição. Razão concreta.17.^a lição. A harmonia mental.

- I. O estado normal da inteligência. II. Os estados patológicos.

7.^a parte. Teoria da atividade.18.^a lição. A atividade prática.

- I. Apreciação geral. II. A atividade material.

19.^a lição. A atividade teórica.

- I. Apreciação geral. II. Atividade filosófica. III. Atividade poética.

Conclusão.

20.^a lição. Conclusão.

- I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

MORAL PRÁTICA

Introdução

- 1.^a lição. Teoria da educação.
I. A moral prática. II. A unidade cerebral. III. A educação moral. IV. A educação intelectual. V. A educação prática.
- 2.^a lição. Teoria dos sacramentos religiosos.
I. A vida individual e a sociedade. II. Os sacramentos no passado. III. Os sacramentos no futuro.

1.^a parte. Educação da primeira infância.

- 3.^a lição. Educação moral.
I. A compressão do egoísmo. II. O desenvolvimento do altruísmo. III. A disciplina moral.
- 4.^a lição. Educação intelectual.
I. Orientação das concepções espontâneas. II. Subordinação do espírito ao coração. III. A imaginação.
- 5.^a lição. Educação física.
I. A formação corporal. II. Os exercícios espontâneos. III. Os divertimentos. VI. Reações morais e intelectuais.

2.^a parte. Educação da segunda infância.

- 6.^a lição. Educação moral.
I. Repressão aos exagêros da personalidade. II. Educação do altruísmo.
- 7.^a lição. Educação intelectual.
I. O ensino da linguagem. II. Conhecimentos concretos. III. O cálculo. IV. As belas-artes.
- 8.^a lição. Educação da atividade.
I. Desenvolvimento corporal. II. Educação do caráter.

3.^a parte. Educação da adolescência.

- 9.^a lição. Educação moral.
I. Considerações gerais. II. A cultura moral masculina. III. A cultura moral feminina.

10.ª lição. Educação intelectual.
I. O ensino abstrato. II. O ensino moral. III. O ensino de línguas. IV. A cultura estética.

11.ª lição. Educação física.

I. Desenvolvimento corporal. II. Conforto material. III. O caráter.

4.ª parte. Educação da juventude.

12.ª lição. Educação moral e intelectual.

13.ª lição. Educação prática.

I. A educação prática na juventude. II. Adaptação ao destino teórico ou prático. III. Educação prática feminina. IV. O desenvolvimento corporal.

5.ª parte. Educação da virilidade.

14.ª lição. Educação moral.

15.ª lição. Educação intelectual e prática.

6.ª parte. Educação da maturidade.

16.ª lição. Educação moral.

17.ª lição. Educação intelectual e prática.

7.ª parte. Educação da velhice.

18.ª lição. Educação moral.

19.ª lição. Educação intelectual e prática.

Conclusão.

20.ª lição. Conclusão.

I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

CONCLUSÃO FINAL

21.ª lição. Conclusão geral do estudo das sete ciências.

I. Resumo. II. Julgamento. III. Resultados.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ATAS da Câmara de Jundiaí (março de 1879 a março de 1883).

AZEVEDO SAMPAIO, Antonio Gomes de. Essai sur l'Histoire du Positivisme au Brésil. Paris. Société Positivista, 1898.

BRAGA, Teófilo. Traços Gerais da Filosofia Positivista. Lisboa. Nova Livraria Internacional, 1877.

BARBOSA, Rui. Escritos e Discursos Seletos. Rio, Aguilar Ed., 1966.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. Ensaaios sobre Educação. São Paulo, Ed. Grijalbo/Edusp, 1970.

"Positivismo e Educação" in O Estado de São Paulo, de 4, 11 e 25 de outubro de 1959.

BASTIDE, Paul-Arroux. La Doctrine de L'Éducation Universelle dans la Philosophie d'Auguste Comte. Paris. Presses Universitaires de France, 1957.

BASTOS, Tocary Assis. O Positivismo e a Realidade Brasileira. Belo Horizonte, Ed. Rev. Brasileira de Estudos Políticos, 1965. (Col. Estudos Sociais e Políticos, 25).

BERGO, Antonio Carlos. O Positivismo como Superestrutura Ideológica no Brasil e sua Influência na Educação. Dissertação de Mestrado, mimeografado, PUC, São Paulo, 1979.

CARVALHO, Cipriano José de; FURTADO, Godofredo; e SILVA JARDIM, Antonio. A Escola Normal e seus Professores Positivistas. São Paulo Typ. King, 1885.

COARACY, Vivaldo. Todos contam sua vida. Memórias de Infância e Adolescência. Rio, Ed. J. Olympio, 1959.

COMTE, Augusto. Apelo aos Conservadores. Rio, Igreja Positivista do Brasil, 1889.

_____ Cours de Philosophie Positive. Paris, J. B. Ballière et Fils, 1869, 6 vols., 3ed.

_____ Catecismo Positivista. Rio, Templo da Humanidade, 1934, trad. Miguel Lemos, 4a. ed.

_____ Discours sur l'ensemble du Positivisme. Paris, Société Positiviste Internationale, 1907.

_____ Discurso sobre o Espírito Positivo. Porto Alegre. Globo/Edusp, 1973.

_____ Opúsculos de Filosofia Social. Porto Alegre. Globo/Edusp 1972.

_____ Princípios de Filosofia Positiva. São Paulo, Editorial Paulista, s/d.

_____ Synthèse Subjective ou Système Universel des Conceptions propres a l'etat normal de l'Humanite. Paris. Fonds Tip. de l'execution testamentaire d'Auguste Comte, 1900, tome I, 2ed.

_____ Système de Politique Positive ou Traité de Sociologie Instituant la Religion de l'Humanité, Paris, Larousse, 1890.

CRUZ COSTA, João. Contribuição à História das Idéias no Brasil. Rio. Ed. José Olympio, 1956.

_____ Augusto Comte e as Origens do Positivismo, Rio. Cia. Ed. Nacional, 159, ed. 2ª

- LAFFITTE, Pierre. Moral Positiva. Rio de Janeiro, s/editor, 1938.
- LAGARRIGUE, Jorge. La Dictature Republicaine d'après Auguste Comte. Rio, Fond. Typ, Auguste Comte, 1934.
- _____ A Religião da Humanidade. Rio, Liv. S. José, 1954.
- LINS, Ivan. História do Positivismo no Brasil, São Paulo, Cia. Ed. Na- 1967, 2ed.
- _____ Perspectivas de Augusto Comte. Rio, Liv. S. José, 1965.
- LEMOES, Jeferson. Condições Fundamentais de Ordem e Progresso neces- sárias à Organização da Pátria Brasileira. Rio. Sociedade Brasi- leira de Cultura Positivista, 1946.
- LEMOES, Miguel. 1a. Circular Anual do Apostolado Positivista do Bra- sil (1881) Rio, Templo da Humanidade, 1900, 2ed.
- _____ e TEIXEIRA MENDES, R. Bases de uma Constituição Políti- ca Ditatorial Federativa para a República Brasileira. Rio. Tem- plo da Humanidade, 1934, 2ed.
- _____ Contra o Ensino Obrigatório, Rio, Apostolado Positivista do Brasil, 1902, 2ed.
- LIMA, Hermes. "O Positivismo e a República." in Revista do Brasil (3a. fase) ano II nº 17. 1939.
- LITTRÉ, E. "Prefácio de um discípulo" e "Estudo sobre os Progressos do Positivismo" in Augusto COMTE. Princípios de Filosofia Positi- va, São Paulo, Ed. Paulista, s/d.
- MELLO, Antonio Valença de. Política Positiva de Augusto Comte. Rio. Ed. Civiliz. Brasileira, 1979 e 1981, 2 vols.
- MERCADANTE, Paulo. Militares e Civis. A Ética e o Compromisso. Rio, Za- har Ed., 1978.

- MIRANDA, Maria do Carmo de. A Educação no Brasil: Esboço de um estudo histórico. Recife. Imp. Universitária, 1966.
- MORAES FILHO, Evaristo de. Augusto Comte e o Pensamento Sociológico. Rio, Liv. S. José, 1957.
- _____ (org) Comte. São Paulo, Ed. Ática, 1978 (Col. Grandes Cientistas Sociais, 7).
- MORAES FILHO, Alfredo. "Metodos e Doutrinas. Apreciação Sumária" in Anais da IV Reunião de Positivistas, Rio, 1981.
- MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo, São Paulo, Difel, 1970.
- NAGLE, Jorge. "A Educação na Primeira República" in História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, Difel, III, 2, 1977.
- _____ Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.
- NEIVA, Venâncio de Figueiredo. Augusto Comte e a República. Rio, Ed. Dois Irmãos, 1954.
- OLIVEIRA, Ataliba. "Dias Idos e Vividos" in Correio Paulistano, 8 de maio de 1940.
- OLIVEIRA, José Feliciano. As obras citadas nas páginas 34, 35 e 36 desta dissertação.
- PERNETTA, Augusto Beltrão. Filosofia Primeira. Rio. Ed. Gráf. Laemmert Ltda., 1957.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1967, 10ed.
- PRIMITIVO, Moacyr. A Instrução no Estado de São Paulo (1890-1893), São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1942, 2vols.

_____ A Instrução e o Império. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1936, 3vols.

_____ A Instrução e as Províncias. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 2vols. s/d.

RIBEIRO JÚNIOR, João. Alberto Salles: Trajetória Intelectual e Pensamento Político, São Paulo, Ed. Convívio, 1983.

_____ "Crítica à Concepção Comteana do Direito" in Reflexão, PUCCAMP, Campinas, 2(6):203-212, julho de 1977.

_____ "Religião e Positivismo" in Reflexão, PUCCAMP, Campinas, 6(23):86-110, maio/agosto de 1972.

_____ "Subsídios para a análise do discurso religioso positivista" in Reflexão, PUCCAMP, Campinas, 10(12):115-118, maio agosto de 1985.

_____ O que é Positivismo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

_____ "José Feliciano de Oliveira" in Jornal de Jundiaí, 10 de dezembro de 1980.

RIBEIRO, Maria Luiza S. História da Educação Brasileira. São Paulo, Ed. Moraes, 1984, 5ª ed.

RICCI, Maria L. de S. Rangel. "Ação e Pensamento em Silva Jardim" in Notícia Bibliográfica e Histórica, ano XIX, 125, janeiro-março de 1987. PUCCAMP.

REIS FILHO, Casemiro. A Educação e a Ilusão Liberal, SP (mimeografado) PUC/SP, 1977.

RODRIGUES, João L. Retrospecto, São Paulo, s/ed, 1930.

ROMERO, Sílvio. Obras Completas. Edição do Estado de Sergipe, 1926.
 SILVA, Norma Felicidade Lopes da. Augusto Comte: Parteiro de Idéias,
 São Paulo, Ed. Brasiliense (no prelo).

_____ As Idéias Pedagógicas no Brasil (mimeografado) USF, 1987.

_____ A Educação Positivista (mimeografado) USF, 1988.

TEIXEIRA MENDES, Raimundo. As Últimas Concepções de Augusto Comte ou Ensaio de um Complemento do Catecismo Positivista. Rio. Igreja Positivista do Brasil, 1898.

_____ A Universidade, Rio, Apostolado Positivista do Brasil, 1903, 3ed.

_____ Ainda contra o ensino obrigatório. Rio, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1908.

_____ A nova organização do ensino e o Apostolado Positivista do Brasil, Rio, Igreja e Apostolado Positivista, 1913.

_____ O ensino primário oficial e a regeneração humana. Rio, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1915.

_____ A Harmonia mental. Rio, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1935, 3ªed.

_____ Ensino Positivista no Brasil, Rio, Delegação Executiva da Igreja Positivista do Brasil, 1936, 2ed.

TORRES, João Camilo de Oliveira. O Positivismo no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 1957.

VARGAS, Afonso. "A Evolução das Idéias no século XIX" in Revista de Portugal. Porto, Ed. Lugan & Genelioux, IV, 1892, pp. 279-313.

XAVIER, Agliberto. "Entre o Abstrato e o Concreto" in Anuário do Colégio Pedro II, Rio, vol. IV, 1921.

_____ Lições de Filosofia Primeira. Rio, Liv. S. José, 1960, 2 vols. (obra póstuma).